



VOZES *Insurgentes*

diversidade brasileira em foco na Linguística

Jorcemara Matos Cardoso
Maísa Ramos
(Organizadoras)

Editora da **ABRALIN**

VOZES *Insurgentes*

diversidade brasileira em foco na Linguística

DIRETORIA 2024-2026

Dr. Cleber Alves de Ataíde (UFPE)

Dr^a Evandra Grigoletto (UFPE)

Dr^a Thaís Ludmila da Silva Ranieri (UFRPE)

Dr. Emanuel Cordeiro da Silva (UFPE)

Dr. Ricardo Rios Barreto (UFPE)

Dr^a Isabela Barbosa do Rêgo Barros (UNICAP)

COMISSÃO EDITORIAL

EDITORES

Ana Paula Scher – USP

Olga Ferreira Coelho – USP

CONSELHO EDITORIAL

Adeilson P. Sedrins – UFRPE/UAG

Adelia Maria Evangelista Azevedo – UEMS

Ana Paula Scher – USP

Aniela Improta França – UFRJ

Atilio Butturri Junior – UFSC

Carlos Alberto Faraco – UFPR

Carlos Piovezani – UFSCar

Carmem Luci Costa e Silva – UFRGS

Cassiano R. Haag – MPSC

Cátia de Azevedo Fronza – Unisinos

Cláudia Regina Brescancini – PUCRS

Claudia Toldo Oudeste – UPF

Dermeval da Hora – UFPB

Eduardo Kenedy – UFF

Edwiges Maria Morato – Unicamp

Eliane Silveira – UFU

Elisa Battisti – UFRGS

Esmeralda Negrão – USP

Gabriel de Ávila Othero – UFRGS

Heloisa Monteiro Rosário – UFRGS

Heronides Moura – UFSC

Ingrid Finger – UFRGS

Jairo Nunes – USP

Janaína Weissheimer – UFRN

João Paulo Cyrino – UFBA

Juciane Cavalheiro – UEA

Leonel Figueiredo de Alencar – UFC

Luiz Carlos Schwindt – UFRGS

Luiz Francisco Dias – UFMG

Mailce Mota – UFSC

Marcelo Ferreira – USP

Marcos Lopes – USP

Marcus Lunguinho – UnB

Maria Eugenia Duarte – UFRJ

Mariangela Rios de Oliveira – UFF

Olga Ferreira Coelho – USP

Pablo Ribeiro – UFSM

Plínio Barbosa – Unicamp

Rafael Minussi – Unifesp

Renato Basso – UFSCAR

Ronice Muller de Quadros – UFSC

Ruth Lopes – Unicamp

Simone Guesser – UFRR

Simone Sarmento – UFRGS

Sirio Possenti – Unicamp

Sonia Cyrino – Unicamp

Tânia Maris de Azevedo – UCS

Ubiratã K. Alves – UFRGS

Valdir do Nascimento Flores – UFRGS

Vitor Nóbrega – UFSC

Viviane de Melo Resende – UnB

PARERERISTAS AD HOC DO EDITAL 2024-2025

Aquiles Tescari Neto – Unicamp

Beatriz Raposo de Medeiros – USP

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer – Unicamp

Eduardo Ferreira dos Santos – UNILAB

Emilio Gozze Pagotto – Unicamp

Flaviane R. Fernandes Svartman – USP

José Borges Neto – UFPR

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos – UFPI

Maria Mertzani – UNISC

Marília Uchoa Cavalcanti – UFRJ

Sandra Quarezemin – UFSC

Wellington Santos da Silva – USP

VOZES *Insurgentes*

diversidade brasileira em foco na Linguística

Jorcemara Matos Cardoso
Maísa Ramos
(Organizadoras)

Editora da **ABRALIN**

Diagramação:

TELMA CUSTÓDIO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vozes insurgentes [livro eletrônico] : diversidade
brasileira em foco na linguística /
Jorcemara Matos Cardoso , Maísa Ramos (orgs.).
-- Campinas, SP : Editora da Abralín, 2025.
-- (Altos estudos em linguística)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-68990-57-5

1. Diversidade 2. Linguagem 3. Linguística
4. Sociedade I. Cardoso, Jorcemara Matos. II. Ramos,
Maísa. III. Série.

25-304803.0

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Direitos reservados à

ABRALIN

Associação Brasileira de Linguística

R. Sérgio Buarque de Holanda, 571

Cidade Universitária

13083-859 Campinas, SP

☎ [82] 99699-9900

🌐 abralin.org

✉ abralin@abralin.org

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Editora da Abralín.

ISBN: 978-85-68990-57-5

© da edição: ABRALIN, Campinas, 2025.

Quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem, quero mascar, rasgar entre os dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim versejar o âmago das coisas.

Conceição Evaristo

Eu tive que me construir e me reconstruir. Em dor, na minha ancestralidade, no amor, em Deus, em Deusas, no zelo e na luta. Sobre tudo na luta. Tive que aprender a ser eu. E outras. E a me reconhecer na minha pele. Na minha cor. Precisei ter um nome. O meu nome.

Zélia Amador de Deus

Sumário

Palavras das editoras	7
<i>Ana Paula Scher e Olga Coelho.</i>	
Apresentação	9
<i>As organizadoras</i>	
Entre o fazer acadêmico e o engajamento político: diálogos necessários	14
<i>Jorcemara Matos Cardoso e Maísa Ramos</i>	
Sobre memórias e universidades na Amazônia: interfaces entre línguas indígenas e os estudos do discurso	34
<i>Ivânia dos Santos Neves</i>	
As línguas indígenas e o fazer pesquisa na Amazônia: caminhos e reflexões	49
<i>Ana Vilacy Galucio</i>	
O braço, o abraço e outros afetos: discursos de/sobre o quilombo urbano da Liberdade (SLZ-MA)	71
<i>Glória França</i>	
A atuação das mulheres na Dialetoлогия	86
<i>Marcela Moura Torres Paim Fernandes</i>	
Discutindo a suposta simplificação das línguas crioulas: o caso do sujeito nulo	97
<i>Fernanda de Oliveira Cerqueira e Larissa de Santana Silva</i>	
O contato linguístico e a tal simplificação gramatical: analisando a concordância nominal de número no português brasileiro	118
<i>Thamiris Coelho</i>	
O papel da Abralin para a presença fundamental das mulheres na Linguística brasileira	134
<i>Adelaide Silva</i>	
Sobre as autoras	149

Palavras das editoras

Houve um tempo em que as grandes religiões se apresentavam como a principal fonte de parâmetros éticos explícitos para a vida em sociedade. Jessé de Souza, no livro *A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite* (Editora Leya, 2015, p. 12), entretanto, chama a nossa atenção para o fato de que esse papel tem sido hoje disputado com as ciências, na medida em que elas oferecem um conjunto de ideias (construídas em espaço social de prestígio) capturadas por programas de partidos políticos, de planejamento do Estado, de planejamento e condução do ensino, de elaboração e aplicação das leis, por aquilo que a mídia publica. Pudemos testemunhar um tanto dessas disputas durante os períodos mais críticos da pandemia de SARS-COVID-19, em que cientistas, falsos cientistas e anticientistas ofereceram produtos e valores capturados pelo poder, levando, por um lado, a cenários caóticos inimagináveis e, por outro lado, a oportunidades de demonstração de tudo o que se ganha quanto o conhecimento (teórico, aplicado, tecnológico) é respeitado.

A ABRALIN tem sido incansável no esforço de fortalecimento e de difusão dos saberes produzidos pelas ciências da linguagem no Brasil. Uma parte desse esforço resultou na criação, em 2020, desta Editora, cuja função é apoiar e divulgar a pesquisa em Linguística – o nosso modo peculiar de enfrentamento da ignorância, da injustiça, do preconceito que se constroem com as línguas ou em torno delas.

Existe uma grande diversidade de áreas, temas, orientações, interesses, pessoas no nosso campo de estudo. A Editora da ABRALIN quer se firmar como um espaço para a expressão dessa diversidade, que aqui se alia a propósitos científicos, democráticos e humanitários. Sendo *open access*, gratuita e digital, ela quer contribuir para que a circulação de saberes linguísticos solidamente construídos seja garantida e alcance a todos e todas que por eles se interessarem (estudantes, docentes e quem mais quiser).

Cada obra passa pelo crivo de especialistas associados à ABRALIN, que gentilmente prestam esse serviço à comunidade, e pelas disposi-

ções de editais públicos, pensados para assegurar a ampla participação e a relevância dos textos selecionados.

Assim, é com muita satisfação, que publicamos esta obra, plenamente inserida nesse conjunto de diretrizes e compromissos da Editora da ABRALIN.

Ana Paula Scher e Olga Coelho.

Apresentação

Esta coletânea emerge como um espaço de encontro e convergência de pesquisadoras que desempenharam e têm desempenhado um papel importante na e para a Linguística no Brasil. Ao longo de diferentes momentos, as vozes e as memórias dessas mulheres se entrelaçaram em mesas-redondas, conferências e arenas organizadas pela Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Associação Brasileira de Linguística (CDII-Abralin), fazendo ranger a rica diversidade de epistemologias, de vivências, de vozes, de territorialidades, de objetos e de campos de estudo na Linguística brasileira.

A obra *Vozes insurgentes: diversidade brasileira em foco na Linguística* reúne oito capítulos de pesquisadoras da área da Linguística que versam sobre questões relativas à diversidade brasileira a partir de referenciais teóricos distintos. As autoras refletem sobre questões de linguagem atravessadas pelo social, histórico, político, ideológico, dialetológico, mobilizando tanto conceitos consagrados nos Estudos da Linguagem como forjando noções atinentes aos/às sujeitos/as e/ou objetos implicados nas análises.

Em cada capítulo, a singularidade, o cuidado e as inquietações reverberam nas escritas das autoras. Com a leitura dos textos, observamos as regularidades que as transpassam, seja no comprometimento ético e ancestral com a memória das mulheres linguistas e não-linguistas que pavimentaram suas emergências como pesquisadoras, seja em não prescindir das relações históricas e das interseccionalidades que as atravessam e que as constituem. Confluentes, essas singularidades e regularidades nos provocam a pensar o papel de cada linguista na construção dos saberes linguísticos, assim como o papel da língua(gem) nos processos de apagamento e silenciamento histórico de línguas, de culturas e de cosmovisões indígenas e africanas nos mais diferentes espaços, sobretudo no âmbito acadêmico.

A escrita, em cada parte desta obra, é tomada como um ato político de disputa pelos territórios da razão e das subjetividades - como proposta de novos gestos para o fazer científico contemporâneo. Os capítulos tecem entre si uma rica teia de sentidos, memórias e apro-

fundamentos teóricos, para além das historiografias linguísticas que, por muito tempo, produzem uma falsa evidência de que se propaga na área um saber “imparcial”, “neutro” e “objetivo”, apagando as/os sujeitas/os da pesquisa e as condições de emergência dos objetos, privilegiando, majoritariamente, setores dominantes da nossa sociedade.

É nessa direção que o primeiro capítulo, *Entre o fazer acadêmico e o engajamento político: diálogos necessários*, emerge. Nele, Jorcemara Cardoso e Maísa Ramos observam como se materializam as lutas por reparação histórica por/para segmentos sociais historicamente excluídos das Instituições de Ensino Superior, em notícias que circularam em plataformas jornalísticas digitais sobre o ingresso desses setores na Universidade na condição de estudantes e docentes. Para isso, no batimento descrição e interpretação, partem de uma Análise de discurso fronteira, de ilharga (Cardoso, 2021), na qual o diálogo epistemológico com outros campos do saber caminha na direção de *contracolonizar* os saberes, as sujeitas e os sujeitos de pesquisa e os objetos de análise. Em tal capítulo, as análises evidenciam o quanto é fundamental compreender que disputar os sentidos de “universidade” perpassa por disputar todas as relações que a produzem em todos os seus níveis hierárquicos.

Adentrando um pouco mais as linhas discursivas e históricas que constroem a universidade, no capítulo 2, em *Sobre memórias e universidades na Amazônia: interfaces entre línguas indígenas e os estudos do discurso*, Ivânia dos Santos Neves reflete sobre como as mulheres, nas aldeias e nas universidades, resistiram aos governos autoritários e pluralizaram os Estudos da Linguagem no Brasil. Com ampla riqueza de dados, compartilha sua trajetória acadêmica, desde os tempos de estudante em uma universidade marcada pelo eurocentrismo até sua imersão nos estudos do discurso. Por meio de noções-conceito como a de “dispositivo colonial”, a autora nos faz ler/ouvir os ritmos que ora emanam da oralidade das mulheres indígenas e ora acompanham as trajetórias de mulheres linguistas que escreveram e escrevem suas histórias a partir dos anos de 1980, movimentando o tecido histórico do fazer linguístico na Amazônia e acenando para novas melodias possíveis.

No capítulo 3, *As línguas indígenas e o fazer pesquisa na Amazônia: caminhos e reflexões*, Ana Vilacy Galucio parte de um amálgama de lugares de fala e existências para refletir sobre a situação das línguas indígenas no Brasil e o fazer pesquisa na Amazônia. A partir de sua trajetória enquanto mulher amazônida de ascendência indígena, mas

também negra e portuguesa, linguista pesquisadora e estudiosa das línguas dos povos originários do Brasil, nos apresenta sua atuação e de outras mulheres, especialmente de mulheres indígenas guardiãs de seus territórios e de suas línguas, na documentação, descrição, valorização, fortalecimento e revitalização das línguas indígenas e na formação de pesquisadoras e pesquisadores motivados e interessados em fazer pesquisa na Amazônia. Tal capítulo aponta os caminhos percorridos e a percorrer, os desafios, as conquistas alcançadas e aquelas ainda no horizonte, nessa área de atuação dentro da Linguística brasileira.

No capítulo 4 desta coletânea, *O braço, o abraço e outros afetos: discursos de/sobre o quilombo urbano da Liberdade (SLZ-MA)*, Glória França apresenta um olhar analítico sobre a relação da metáfora, da metonímia, da paráfrase, da polissemia com os sentidos de território, de terreiro e de comunidade cultural em discursos sobre o reconhecimento do Quilombo urbano da Liberdade, em São Luís — MA, Nordeste do Brasil. A partir do quadro da análise do discurso materialista, a autora verifica a possibilidade de se efetuar uma leitura dos processos de identificação interseccionais no/do discurso, uma leitura que pense a produção dos sujeitos e dos sentidos, partindo da ideia de uma constituição no cruzamento ou encruzilhada das dimensões de classe, raciais e de gênero/sexualidade. Este capítulo nos convida a pensar o *braço* violento do Estado, a demanda do *abraço* das lutas por territórios e pertencimento nas instituições e os *afetos* que ainda não conseguimos nomear, mas que demandam a urgência de uma escuta comprometida e atuante de todos os setores da sociedade.

No capítulo 5, *A atuação das mulheres na Dialetoлогия*, Marcela Moura Torres Paim Fernandes, apresenta o protagonismo de mulheres na Dialetoлогия brasileira, ramo dos estudos linguísticos que se propõe a descrever, a sistematizar e a inventariar os dados dialetais de natureza, prioritariamente espacial, mas sem deixar de levar em consideração os aspectos sociais que podem estar envolvidos na variação da língua. A autora faz um trabalho denso de mapeamento da contribuição das mulheres na preservação e registro da variação linguística do português falado no Brasil e suas fundamentais contribuições para a publicação dos primeiros atlas linguísticos regionais brasileiros até o atlas mais recente, o *Atlas Linguístico do Brasil*, cujos volumes iniciais foram publicados em 2014 e o volume 3, em 2023. Ao mesmo tempo, provoca o/a leitor/a a pensar a importância desta área para o ensino de língua materna, tendo em vista a variação, para o entendimento

de que a língua deve ser sempre um instrumento de socialização de ganhos, de histórias, de fontes de conhecimento e, sobretudo, de humanização de todo e qualquer falante.

No capítulo 6, *Discutindo a suposta simplificação das línguas crioulas: o caso do sujeito nulo*, Fernanda de Oliveira Cerqueira e Larissa de Santana Silva problematizam, em instância preliminar, com base no fenômeno do apagamento do sujeito pronominal nas línguas crioulas faladas em Malaca, Bombaim e Ceilão, até que ponto línguas crioulas são simplificadas ou a noção de complexidade reflete estritamente o padrão linguístico indo-europeu. Com uma rica diversidade de dados, a partir das Teorias de Contato, sob método hipotético-dedutivo, as autoras questionam a colonialidade dos processos de descrição e classificação de línguas que se traduzem em hierarquias e valorações hegemônicas de línguas. Ademais, alertam para a importância do estabelecimento de um fazer tipológico capaz de superar a ideologia eugenista que mobilizou os estudos histórico-comparativistas, mas que ainda estão presentes em muitos aspectos do fazer linguístico contemporâneo.

Dialogando com o capítulo anterior, no capítulo 7, *O contato linguístico e a tal simplificação gramatical: analisando a concordância nominal de número no português brasileiro*, Thamiris Coelho conduz sua escrita por um terreno de investigação linguística com o objetivo de ampliar a desmistificação de que as línguas africanas são línguas simplificadas em relação ao português no que tange à estrutura. Adotando a perspectiva da evolução das línguas, a partir da competição e seleção de traços e da teoria nula, e apresentando alguns resultados encontrados acerca da variação da concordância nominal de número no português do interior do Estado da Bahia, a autora, ao explorar a variação na concordância nominal de número, propõe uma nova perspectiva sobre a evolução das línguas, destacando a complexidade e a riqueza das influências de outras línguas que formaram nossa fala. Este capítulo provoca o debate de como a escolha da perspectiva adotada por pesquisadores pode reforçar um comportamento discriminatório, preconceituoso e racista em relação aos descendentes e falantes de línguas de tronco diferente do indo-europeu.

Em *O papel da Abralin para a presença fundamental das mulheres na Linguística brasileira*, Adelaide Silva fecha esta coletânea de textos, desenvolvendo a reflexão sobre o papel expressivo das mulheres na consolidação da linguística nacional, em suas diferentes áreas. Toca no papel fundamental das mulheres para a constituição de asso-

ciações da área, como a Associação Brasileira de Linguística-Abralin, cuja primeira diretoria, instituída no ato da fundação da associação, era encabeçada por uma mulher. Porém, apesar de ocuparem um papel de relevância e destaque no cenário da Linguística nacional, a autora coloca em evidência o quanto as mulheres dessa área, nos mais diferentes níveis, ainda enfrentam desafios que necessitam ser considerados, especialmente quando interseccionadas por questões de raça/etnia e classe. Acerca dessas questões, Adelaide Silva aponta para a falta de um mapeamento da presença feminina na Linguística brasileira para que possamos agir em diferentes direções, com práticas que incentivem o ingresso e a permanência de futuras linguistas, assim como práticas que não nos deixem esquecer todas as linguistas desbravadoras que nos precederam.

Por fim, esta obra nos impõe a urgência de pensar a democratização dos espaços, dos objetos, das epistemologias, das sujeitas e sujeitos de pesquisa, a partir dos quais a diversidade e a pluralidade sejam a norma e a partir dos quais práticas equânimes do fazer, do acesso e da circulação de saberes linguísticos possam se consolidar. Esta coletânea é, portanto, um convite à reflexão e à ação, um chamado para que continuemos a trilhar os caminhos pavimentados por vozes de mulheres insurgentes que, ao trazerem e ampliarem a diversidade brasileira na Linguística, nos convocam a construir, coletivamente, novos horizontes possíveis para o fazer acadêmico no Brasil.

As organizadoras

Entre o fazer acadêmico e o engajamento político

Diálogos necessários¹

Jorcemara Matos Cardoso
Maísa Ramos

1. Introdução

Um dos relatos históricos sobre a fundação da primeira Universidade Pública Brasileira faz referência a que essa Instituição teria sido fundada para conceder um título de *doutor honoris causa* a um rei da Bélgica em visita ao Brasil². Por bastante tempo, esse dado não foi questionado, pelo menos publicamente. Afinal, que mal haveria nisso? Não seríamos as primeiras a estranhar a naturalização dessa narrativa. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em muitas ocasiões, em muitos de seus pronunciamentos, questiona a naturalização desse dado histórico. Então, a Universidade Brasileira não foi fundada para o povo? Diríamos, e como bem sabemos, que nem o próprio Brasil foi fundado para o povo brasileiro. Não custa nada repetir que esse país se ergueu em cima e às custas do sangue, do suor e das lágrimas de pessoas indígenas e negras escravizadas.

Em meados de 2008, José Francisco Gonçalves Bastos, Técnico em Assuntos Educacionais do Centro de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão, costumava dizer que a Universidade vinha mudando, a Universidade vinha se transformando. Outrora, no Estado do Maranhão, não se via tantas/os estudantes negros/as na Universidade. Essa era a fala de um Trabalhador em Educação que se dedicou por mais de 40 anos a uma Universidade pública federal, que atravessou distintos períodos históricos, distintos governos, incluindo-se aí um longo período de ditadura militar, mas que nunca tinha visto uma

¹ Capítulo derivado de intervenção feita por Jorcemara Cardoso e Maísa Ramos em mesa intitulada “Entre o fazer acadêmico e o engajamento político: diálogos necessários”, na série ABRALIN ao Vivo, em 13 de novembro de 2021.

² Ver: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>.

Universidade tão diversa em um Estado majoritariamente negro, indígena, afro-indígena, como é o Estado do Maranhão.

Para adentrar na Universidade, movimentos negros e indígenas organizados tiveram que lutar por espaços, pelas mesmas oportunidades, pelo direito à Educação Superior formal, que deveria ser universal. Ninguém deveria precisar lutar ou resistir pelo direito a uma Educação pública gratuita de qualidade, mas as injunções históricas impuseram às gerações antecessoras de estudantes, pesquisadoras/es e intelectuais negras/os e indígenas que questionassem por que eram os/as únicos/as negros/as e indígenas em uma sala de aula em uma Universidade, em uma faculdade, dentre outros espaços públicos. Por que, sendo maioria no Brasil, eram minoria nesses espaços institucionais? Tal questão segue em discussão, em pauta, porque está bem longe de que tenhamos reparação histórica diante do que se passou neste país, com o avanço da extrema-direita, que defende diuturnamente uma série de políticas de extermínio dessas mesmas populações.

A *memória histórica*, disputada por sujeitos sociais excluídos das esferas públicas de poder, confere legitimidade de existência e de resistência para maiorias sociais minorizadas, estigmatizadas e criminalizadas. A cada vez que um jovem ingressa em uma Universidade e anuncia “Vai ter filho de empregada doméstica na Universidade, sim!”, ecoa o sentido de um dos pronunciamentos de posse de Lula da Silva, quando diz:

E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade e que os filhos das pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País (Lula da Silva, Brasília/DF, Palácio do Planalto, 2007)³.

Ao pensarmos em teia de sentidos, em redes de sentidos, em *discursividades*, antes que houvesse o governo progressista do Partido dos Trabalhadores, oriundo e gestado por movimentos sociais, antes que esse governo contemplasse em alguma medida demandas históricas das “pessoas mais pobres”, levantaram-se os punhos do movimento negro brasileiro e de movimentos indígenas, reverberaram as vozes de lideranças históricas que pavimentaram o caminho para o ingresso, a

³ PRONUNCIAMENTO à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse. 01 jan. 2007. Biblioteca da presidência da república. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>.

permanência e a formação de estudantes “filhos das pessoas mais pobres” nas Universidades públicas brasileiras, que são, estatisticamente e historicamente - desde a barbárie colonial, a população afrodescendente e indígena.

Dentre tantas personalidades históricas, que lutaram/lutam pelos direitos da população negra e indígena, poderíamos citar: Abdias do Nascimento, Ailton Krenak, Carlos Alberto Medeiros, Carlos Benedito Rodrigues, Clóvis Moura, Conceição Evaristo, Daniel Munduruku, Davi Kopenawa Yanomami, Edson Kaiapó, Eliane Potiguara, Flávio Gomes, Ieda Leal, Jessy Baniwa, Kabengele Munanga, Kátia Evangelista Regis, Lélia Gonzalez, Luísa Bairos, Luís Alves Ferreira⁴, Milton Santos, Neusa Santos Souza, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Sônia Guajajara, Sueli Carneiro, Suzete Lima Kourliandsky, Zélia Amador de Deus e tantos/as outros/as intelectuais e ativistas organizados em movimentos indígenas e negros.

Assim, essa Universidade de que falamos, essa Universidade que ocupamos, na qual trabalhamos, na qual estudamos, na qual fazemos pesquisa, foi e segue sendo um lugar em disputa. O ingresso, a permanência e a formação da juventude negra e indígena que hoje ocupa a Universidade se deve às lutas sociais travadas por militantes históricas/os de movimentos negros e indígenas, tendo em vista que a Universidade brasileira foi fundada para os filhos das elites locais, brancas e ricas, fidalgos, que eram os únicos a ter acesso ao estudo formal, que se formavam em Direito e Medicina na Europa, antes mesmo que o Brasil tivesse uma Universidade.

Nesse sentido, o prestígio acadêmico era restrito ao domínio das famílias tradicionais, brancas, ricas e oligárquicas⁵. Bem sabemos que,

⁴ Fazemos uma menção especial ao professor Luís Alves Ferreira, professor Luizão, que perdemos em março de 2020, docente do Departamento de Patologia da UFMA. Doutor Quilombola, como era conhecido carinhosamente, de Saco das Almas, filho de uma comunidade quilombola do Maranhão, chamada Brejo Buriti, Professor Luizão foi um dos fundadores e foi também o primeiro presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão, no bairro do João Paulo, em São Luís. Um grande lutador dentro e fora da Universidade, pelos direitos da população negra, além de que sempre foi muito atento e solidário aos movimentos dos/das trabalhadores/as em Educação das Universidades públicas federais. Não raras vezes, encontramos o Professor Luizão nas assembleias sindicais dos/das Técnicos/as Administrativos/as em Educação da UFMA, sendo um dos poucos professores que se faziam presentes, com sua escuta atenta e qualificada, aberto ao diálogo e ao debate de ideias. O Professor Luizão era uma referência de militância e de solidariedade. Foi homenageado no Carnaval de 2020 pelo Bloco Afro Akomabu, do Centro de Cultura Negra, de São Luís do Maranhão, por meio do tema “Luizão Guerreiro Quilombola, símbolo de luta contra o racismo”.

⁵ Ver: <https://memorialdademocracia.com.br/card/sao-paulo-ganha-universidade>.

se a ocupação do espaço acadêmico avançou significativamente no que diz respeito à diversidade do corpo discente, certo monopólio de fala nos cargos institucionais mais destacados persiste nas Universidades. Uma das formas de se combater essa desigualdade de oportunidades na Academia, e na sociedade como um todo, é justamente questionando o modo de funcionamento das Instituições, como as funções institucionais têm sido ocupadas, por quê, por que grupos, para quem, devido a quê, por que projetos políticos, visto que projetos políticos de poder determinam o *modus operandi* das Instituições. Portanto, vale questionar que projetos políticos de poder estão em exercício e em disputa nas Universidades públicas brasileiras.

Para apreender como se manifestam historicamente projetos políticos de poder, as teorias do discurso dispõem de ferramentas de análise que podem nos apontar como descrever e analisar redes de enunciados dados como naturais e óbvios. Na próxima seção, apresentaremos o modo como trabalhamos com o *corpus* deste trabalho.

2. Gestos de interpretação sobre os dados

No batimento descrição e interpretação, este trabalho se inscreve nas linhas de uma Análise de Discurso fronteira, de ilharga (Cardoso, 2021), na qual o diálogo epistemológico com pensadores/as de outros campos do saber, como a História, a Psicologia e as Ciências Sociais (Medeiros, 2004; Bento, 2022; Carneiro, 2023), caminha na direção de *contracolonizar* os saberes, as sujeitas e os sujeitos que pesquisam e os objetos de análise. Tendo a Análise de Discurso derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e de Michel Foucault como norte teórico, trabalhando a linguagem com sua historicidade, compreendemos as/os sujeitas/os como simbólicos, históricos, atravessados pelo inconsciente (Pêcheux, 2008) e o *discurso como algo por que se luta* (Foucault, 2012). Produzimos reflexões ancoradas, sobretudo, nas noções de *discursividades* e de *relações de poder-saber*, que circunscrevem o próprio movimento de análise dos dados.

Ao tratar da extensão de *corpora* em ambiente digital, Moirand aponta que a/o analista de discurso pode desenvolver seu estudo a partir de *pequenos corpora* a fim de observar como as várias designações competem, assim como pode *trabalhar na instância do acontecimento, sobre a maneira de dizer a atualidade* (Moirand, 2020). Os *pequenos corpora* “possibilitam descrever as formas discursivas, raras

ou não estabilizadas ainda, refletir sobre os conceitos e noções envolvidas nessa análise, bem como sobre as relações entre a linguagem verbal e o mundo” (Moirand, 2020, p. 21), permitindo sequenciar determinada produção discursiva em três instâncias: *acontecimento discursivo*, *momento discursivo* e *instante discursivo*, o que possibilita um recorte de *corpus* que abrange distintas instâncias discursivas. Desse modo, é possível:

capturar um fato da atualidade no momento em que ele é “registrado”, e assim que deixarmos o campo das possibilidades, formas de dizer que são representativas do discurso social em um momento da história de uma sociedade e que também se referem aos domínios da memória de curto ou longo prazo, conforme definido no sentido de Foucault (Ibidem).

Os dados gerados para observar regularidades e rupturas dos ditos (Foucault, 2014) sobre a produção e a implementação de políticas afirmativas no Brasil consistem em notícias-reportagens que circularam a partir de 2019, após a publicação, pelo Ministério da Educação (2019), do Censo do Ensino Superior e da publicação do informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, pelo IBGE (2019). Na esteira de Moirand (2020), buscamos dar conta de um *instante discursivo*, para compreender como se materializam as lutas por reparação histórica para segmentos sociais historicamente excluídos das Instituições de Ensino Superior, em notícias que circularam em plataformas jornalísticas digitais sobre o ingresso desses setores na Universidade na condição de professores/as e estudantes.

Neste estudo, o *acontecimento discursivo* refere-se ao tema amplo de “políticas afirmativas no Brasil”. O *momento discursivo* concerne às notícias-reportagens, publicadas em formato digital sobre o ingresso de pessoas pretas e pardas na Universidade. Por fim, o *instante discursivo* consiste nas notícias-reportagens geradas para análise que se propuseram a discutir e ampliar a discussão acerca do ingresso de pessoas pretas e pardas na Universidade nos segmentos docente e discente.

O critério de seleção das matérias digitais se baseou na procura do tema proposto em diferentes plataformas jornalísticas, contemplando três eixos principais, sendo escolhidas uma notícia-reportagem de cada eixo: (1) sites de notícias institucionalmente vinculados a universidades; (2) portais de veículos de comunicação com circulação consolidada em âmbito nacional; (3) sites de notícias produzidas por coletivos de regiões historicamente marginalizadas. Essa diversidade

de fontes visou abarcar distintas perspectivas, com observância das discursividades que permeiam cada contexto. Após o levantamento dos dados, selecionamos três notícias-reportagens, as quais serão analisadas nas próximas seções.

3. A diversidade brasileira adentra na Universidade?

Grupos historicamente subalternizados, marginalizados e minorizados precisaram forjar seus lugares de acesso nas Instituições de Ensino Superior. A lei 12.990, de 9 de junho de 2014, assinada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, Miriam Belchior e Luiza Helena de Bairros, que estipula que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para o provimento de cargos na administração pública direta e indireta sejam reservadas a pessoas negras, é apenas uma das tantas leis que, para além ou aquém de uma política pública de acesso, materializa as lutas por reparação histórica. Segundo Medeiros:

Não é de hoje que se reivindica a implementação, por parte do governo, de medidas especiais destinadas à promoção dos afro-brasileiros. Ainda na década de 1940, entre as reivindicações apresentadas no Manifesto à Nação Brasileira, resultado da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, organizada pelo Teatro Experimental do Negro de Abdias Nascimento, encontramos a seguinte: “4) Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos militares.” Mas a primeira proposta legislativa com esse objetivo seria apresentada quase 40 anos depois, pelo mesmo Abdias Nascimento, agora deputado federal pelo Rio de Janeiro, com o Projeto de Lei 1.332/83, que “Dispõe sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação ao demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo art. 153, § 1º da Constituição da República” (Medeiros, 2004, p. 147).

No entanto, as complexas relações que estruturam a organização e o funcionamento de poderes e saberes na sociedade brasileira fazem com que, mesmo diante da obrigatoriedade legal, sejam reformuladas estratégias para impedir o acesso de pessoas que não espelhem o ideal fenotípico e os valores ideológicos dos grupos hegemônicos. Uma espécie de pacto taciturno atravessa as mais diferentes esferas sociais - nomeado por Bento (2022) como pacto narcísico da branquitude.

Segundo Bento (ibidem, p.12-13), “o pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns”. Bento, ao passo que observou como essas práticas se materializam em diferentes setores sociais, denunciou o nocivo efeito de naturalização e normatização do pacto da branquitude, o qual atravessa, inclusive, setores que buscam romper com as relações de dominância e hierarquias sociais.

Se na sua fundação a Universidade brasileira irrompe como braço formador das e para as classes dominantes, após 1988, com a redemocratização e com a constituição de um Estado de Direito, grupos historicamente excluídos dos espaços de voz e vez passaram a reivindicar cada vez mais equidade e representação nos lugares institucionais da Academia, além de permanência digna e respeito como condições fundamentais para a produção de saberes. Nas últimas décadas, vemos frutos desses movimentos, com diferentes setores da Universidade co-construindo esse espaço para que este deixe de reverberar em seu funcionamento estruturas coloniais, imperialistas, oligárquicas, supremacistas, eurocêtricas, neoliberais, machistas, racistas, misóginas, etc. Contudo, como um lugar em disputa, as tensões, as contradições, as falhas, os equívocos emergem de diferentes formas.

Nesse sentido, vejamos a figura 1, um quadro publicado na notícia intitulada “A trajetória dos professores negros na Educação Superior brasileira⁶”, produzida por Jaqueline Suarez e publicada no *Jornal RioOnWatch*, em março de 2021. O quadro traz informações do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação, nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2019.

Na figura supracitada, das/dos mais de 378 mil professoras/es universitárias/os do Brasil, em 2012, 47,5% se autodeclararam brancas/os; 11,9% se autodeclararam pardas/os; 1,3% se autodeclararam pretas/os; e menos de 1% se autodeclararam de outras formas. Aquelas/es que não se autodeclararam, ou que não conseguiram fazer essa auto-declaração por algum motivo, ou mesmo não quiseram fazer essa auto-declaração, somavam 38,4%.

⁶ A reportagem também tem sua versão em inglês, traduzida por Jiselle Steele, sendo seu título “The Path of Black Professors in Brazilian Higher Education [PODCAST]. Disponível em <<<https://rioonwatch.org/?p=65179>>>.

Figura 1: A cor de professores e professoras no Ensino Superior - 2012 e 2019



What is the color of university professors in Brazil?

Fonte: Site RioOnWatch.org⁷

A partir de 2019, começamos a perceber o impacto da lei de cotas raciais para ingresso na graduação, na pós-graduação e no serviço público, no levantamento dos dados. No caso da figura 1, o número de professoras/es que se autodeclararam brancas/os, naquele ano, sobe de 47,5% para 52,6%; a autodeclaração de professoras/es pardas/os sobe de 11,9% para 14,7%; a autodeclaração de professoras/es pretas/os sobe de 1,3% para 2%; e, professoras/es que se autodeclararam de outras formas subiram para 1,1%. Dentre as pessoas que não fizeram autodeclaração, há uma queda considerável de 38,4%, em 2012, para 29,6%, em 2019.

⁷ O jornal RioOnWatch é um jornal criado em 2010, a partir do fomento de ações criadas para dar visibilidade às vozes da comunidade de favelas, inicialmente pensando na preparação para as Olimpíadas do Rio de 2016. Segundo consta no próprio site: "RioOnWatch.org cresceu e se tornou uma referência muito necessária e única, apresentando perspectivas de favelas sobre a transformação urbana do Rio. Com artigos diversos e profundamente interligados por uma mistura de repórteres comunitários, opiniões de moradores, repórteres solidários, observadores internacionais e pesquisadores acadêmicos, trabalhamos para gerar uma imagem mais precisa das favelas, suas contribuições para a cidade e o potencial do desenvolvimento comunitário liderado por favelas no Rio e ao redor do mundo". Disponível em <<<https://rioonwatch.org/?p=65179>>>. Acessado em novembro de 2021.

Se não considerarmos a densidade histórica destes últimos dados, corremos o risco de apagar todas as articulações de lutas que são parte do que os fazem emergir. O termo autodeclaração é atravessado por tensões e lutas pelo direito à identidade como um lugar de pertencimento e como um lugar político, após séculos de processos de exclusão e apagamentos da memória de amplos setores sociais que descendem de povos indígenas e povos africanos. Nessa direção, é importante que não sejam subestimados dados que podem indicar presenças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ciganas, caiçaras, amarelas, ainda que essas identidades não estejam nomeadas, materializadas sob a forma homogeneizante da categoria “Outros”.

Para caber, talvez, em uma metodologia que busque “facilitar” a representatividade dos dados, a categoria “Outros” emerge. Mas, é preciso lembrar que o *dado não está dado*, não se categoriza ou significa *a priori*: a escolha de como o nomeamos, como o apresentamos, todos esses lugares de produção de sentidos têm efeitos nos modos de dizer a realidade. Diferente da forma como as categorias relacionadas a cor/raça são nomeadas no Censo do Ensino Superior, publicado em 2019⁸, quais sejam - *Branca, Preta, Parda, Indígena, Amarela e Não dispõe da informação*⁹, na reportagem aparece “Branços”, “Pardos”, “Pretos”, “Não declaram” e “Outros”, com a supressão das opções “Indígena”, “Amarela” e “Não dispõe de informação”. Teríamos, nesse caso, a materialização da contradição constitutiva dos discursos¹⁰, uma vez

⁸ Os dados podem ser acessados no seguinte link: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acessar o ano de 2019, abrir o documento Press Kit Censo da Educação Superior 2019. Em seguida ir para página 13 do referido documento, intitulada Sinopse Estatística, acessar o link acesse que abrirá uma pasta de documentos. Acessar o documento nomeado Sinopse Educação Superior Município 2019, aba Docente.

⁹ Há uma nota de rodapé no arquivo da nota anterior, na qual consta a seguinte explicação: “A coluna denominada “Não Dispõe de Informação” agrega tanto os casos em que de fato não se dispõe da informação, quanto os docentes que não quiseram declarar cor/raça”.

¹⁰ Contradição aqui não é entendida como uma oposição, confronto, erro, mas parte constitutiva da produção do simbólico que atravessa as diferentes tomadas de posições das/os sujeitas/os do discurso, podendo essas/es mesmas/os sujeitas/os ocuparem posições ambivalentes em suas enunciações. A contradição marca a heterogeneidade, os atravessamentos, as disjunções dos discursos. Marca que a/o sujeito do discurso não tem total consciência do que diz, pois é atravessado pela história e pelo inconsciente, e que as propriedades do que diz não são transparentes. Para Pêcheux (2008, p. 33): “Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informa-

que cada resposta advinda de docentes que se identificam como pessoas indígenas, por exemplo, é um dado suprimido, silenciando possíveis impactos das lutas desses setores para o ingresso no espaço acadêmico¹¹.

Em outra matéria, publicada em 2019, pela Agência Brasil, se trazia em letras garrafas: “Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público”, como mostramos na figura 2.

Figura 2: Pessoas negras são maioria no Ensino Superior público



Fonte: Print screen da manchete da notícia no site da Agência Brasil¹²

A reportagem, realizada por Akemi Nitahara, publicada em 13 de novembro de 2019, no site da Agência Brasil, tinha como fonte os dados publicados pelo IBGE (2019). Assim como na reportagem anterior, os gestos de leituras podem ser múltiplos, a depender da posição discursiva que os sujeitos ocupam¹³. Uma das interpretações possíveis se-

ção até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis - com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros”.

¹¹ No corpo do texto da reportagem, é possível ler “Com mais estudantes não-brancos—pretos, pardos, indígenas e outros—chegando ao ensino superior, a expectativa era de que essa mudança de perfil chegasse também ao quadro de professores, o que ainda está longe de acontecer”. Ainda que o termo indígena apareça, a categoria outros continua a figurar no texto, ainda que ela não esteja em textualizada no referido Censo.

¹² A Agência Brasil é uma agência pública de notícias, fundada em 1990 durante o governo Collor. É um dos grandes meios de comunicação estabelecidos no Brasil. A notícia está disponível em: <<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>>>. Acesso em novembro de 2021.

¹³ Nesse caso, nos referimos mais especificamente à noção-conceito de formação discursiva, a qual, segundo Pêcheux, Haroche e Henry é “o que pode e deve ser dito articulado (sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam.

ria a do anúncio de que, pela primeira vez na história, devido a políticas públicas, a maior parte da população brasileira estava, finalmente, representada no ingresso de estudantes nas Universidades públicas e privadas. Nessa chave interpretativa, há o apagamento das lutas que movimentam o tecido da história e que constroem o *modus operandi* das Instituições para que as políticas públicas possam ser criadas. Outra possível interpretação faria emergir o incômodo, seja com a maioria de pessoas pretas e pardas na Universidade, seja com as políticas públicas que possibilitaram tal acesso.¹⁴

Ao observar como sujeitas/os de segmentos sociais atravessadas/os e imersas/os nas lutas políticas por reparação histórica aparecem na reportagem de Akemi Nitahara para Agência Brasil, outro efeito de sentido possível emerge para a manchete:

(1) “A intervenção de políticas públicas é um fator essencial para a redução dessa desigualdade. Onde há avanços percebidos, **apesar da distância que ainda reside**, são espaços em que houve intervenção de políticas públicas e também organização do movimento social para a conquista de uma sociedade mais igualitária. Como as cotas para acesso ao nível superior”, explicou. (excerto retirado da matéria da Agência Brasil. **Grifos nossos**).

Ao enunciar dessa forma e não de outra, a fala de Crespo se filia a uma rede de enunciados¹⁵ que posicionam as/os sujeitas/os nas lutas por reparação histórica e, para além disso, marca um forte po-

Podemos agora deixar claro: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (2007, p. 16).

¹⁴ Esse incômodo muitas vezes se fundamenta no imaginário de que os privilégios de acesso das pessoas brancas às universidades, especialmente aquelas provenientes de famílias oligárquicas, são direitos naturais, em vez de resultarem de um sistema legal historicamente estruturado para garantir cotas permanentes a essa parcela da população. As leis de acesso à educação formal, não aleatoriamente, estabeleceram critérios de ingresso que excluíam sistematicamente amplos setores da população brasileira, alvos constantes de violências estruturais perpetuadas pelo Estado ao longo da História.

¹⁵ A noção de enunciado neste trabalho liga-se aos trabalhos de Foucault (2014), ao pensar que o enunciado não é apenas o que é formulado no fio da língua, mas o que possibilita o próprio sentido para os discursos. O enunciado tem uma função, há sistemas que regem sua emergência que o ligam a uma rede, a uma população de enunciados que não se inscrevem numa ordem da língua, mas dos discursos. (Foucault, 2014). Nessa tangente, é possível um diálogo com os trabalhos de Michel Pêcheux, quando Pêcheux(2008) aventa a possibilidade de pensarmos os pontos de deriva e o ordinário do sentido, ou seja, cria condições de possibilidade de pensar o discurso se inscrevendo no real da língua e para além dele.

sicionamento do quanto ainda é preciso avançar em busca da equidade social. Desse modo, o enunciado (1) não expressa conformidade ou incômodo com a crescente de pessoas pretas e pardas no ensino superior, mas expressa forças em contínua disputa pela produção das subjetividades e dos espaços na sociedade brasileira.

Essa posição aparece fortemente na reportagem publicada na *RioOnWatch*, trazendo para o debate além da variável raça/etnia, questões de classe e de gênero, dentre outras intersecções:

(2) Uma pessoa que vem de uma **classe trabalhadora**, ou que, por exemplo, não tem formação formal ou mesmo um emprego estável, se o filho dessa pessoa for aprovado em uma universidade, as chances desse filho ter uma vida melhor, uma profissão, ganhar uma vida melhor, dar melhores oportunidades para sua família, para a família que vai construir, ou até para si mesmo, **são muito maiores do que se a pessoa simplesmente permanecesse dentro de sua própria classe social**”, diz Rios. (Excerto retirado da matéria do *RioOnWatch*. **Grifos nossos**).

A fala é de Flávia Rios, socióloga e professora da Universidade Federal Fluminense. Na reportagem, Flávia Rios é apresentada da seguinte maneira:

(3) **De origem humilde, Rios foi a primeira pessoa da família a receber educação superior. Sua entrada na Universidade de São Paulo (USP) não foi por acaso, mas determinada pelas acomodações oferecidas pela instituição na Residência Universitária da Universidade de São Paulo (CRUSP).** Naquela época, o debate sobre políticas de ação afirmativa ainda estava longe de se tornar uma medida concreta. Como a maioria das universidades, a USP, no início dos anos 2000, era um espaço ainda mais elitizado e branco do que é hoje. **Rios representava o perfil oposto da maioria dos estudantes: era negra, de escola pública, e sua família tinha pouquíssimos anos de estudo.** (Excerto retirado da matéria do *RioOnWatch*. **Grifos nossos**).

Nos enunciados (2) e (3), materializa-se no real da língua o real da história. É na materialidade linguística que é possível rastrear os processos históricos e discursivos que inscrevem Flávia Rios como sujeita do discurso. A história das lutas que antecederam a emergência de Flávia Rios como professora universitária, lutas que a produzem consciente do que representa o ingresso de camadas sociais que, por muitos séculos, tiveram arrancados o direito de sonhar, especialmente

de sonhar com a obtenção de um diploma, fosse ele em qualquer nível da educação formal. Essa densidade histórica aparece no enunciado (2), inscrita como consciência política, como desabafo e como conquista.

Em “A ordem do discurso”, Foucault, ao falar do comentário como um princípio interno ao discurso, nos chama a atenção para a produção do novo, não como acaso, mas como próprio da condição de repetibilidade do discurso, da possibilidade de seu retorno. O novo, então, “não está ligado ao que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2012, p. 22). É a partir dessa condição que conseguimos rastrear no fio da língua “discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (Ibidem, p. 22). Nessa direção, os sintagmas “pela primeira vez” e “a primeira pessoa da família” não podem ser lidos apenas sob o efeito de algo inédito, novo, nunca ocorrido, mas, observadas as condições de possibilidade que os fazem emergir dessa forma e não de outra, podemos compreender a densidade de suas significações, os discursos que ali ressoam e aquilo que é possível ainda se dizer a partir de suas emergências. Desse modo, não é acaso que estes sintagmas apareçam de forma recorrente em notícias e reportagens sobre o ingresso de pessoas negras e indígenas nos diferentes espaços da Universidade, especialmente em espaços historicamente ocupados pela branquitude (Bento, 2022).

Vemos, nos enunciados analisados, portanto, disputas que parecem exteriores ao funcionamento das relações internas da Universidade, mas que se tratam de lutas organizadas por políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, de tensionamento e confrontação contra o racismo, especificamente o institucional (Almeida, 2021), lutas essas que produzem as condições materiais de implementação das ações afirmativas. Quando observamos o funcionamento interno da Academia, conseguimos mensurar simbolicamente o impacto/incômodo que pessoas negras e indígenas, periféricas, parte majoritária da classe trabalhadora precarizada e empobrecida deste país, provoca nos pactos narcísicos (Bento, 2022) ainda a todo vapor na Universidade. Vejamos os enunciados (4) e (5).

(4) Pessoas negras sofrem esses constrangimentos nas universidades porque ninguém espera que elas sejam membros do corpo docente. Então, é bem curioso ouvir funcionários da universidade, terceirizados ou não, dizerem que eu **não tenho ‘aparência de professor’.** **Eles não dizem isso porque estão me discriminando, eles dizem**

porque não é algo que eles estão acostumados a ver. Eles trabalham lá há anos e anos sem nunca, ou quase nunca, ver um membro negro do corpo docente”, pondera o professor. (Excerto retirado da matéria do RioOnWatch. **Grifos nossos**)

(5) Quantas, incontáveis vezes, eu entrei na sala dos professores, dei bom dia e ninguém respondeu? Quantas vezes eu dei boa noite e ninguém respondeu? **Porque eles estavam acostumados a me ver como o cara que tira fotos, o fotógrafo, o fotoboy.** Quantas vezes eu tirei fotos para os crachás dos professores? Quantos eventos eu cobri? Quantas fotos do campus eu tirei?”, questiona Villalba. Segundo ele, demorou um pouco para que sua presença fosse vista como normal em espaços frequentados **apenas** por professores. (Excerto retirado da matéria do RioOnWatch. **Grifos nossos**)

Em (4) e (5), vemos como, no âmbito acadêmico, a construção de hierarquias e a valoração de categorias e lugares institucionais fazem girar a roda que mantém vivo o pacto narcísico da branquitude, do qual Cida Bento (2022) nos fala. Se, de um lado, vemos em (4) o relato acerca do *constrangimento*, dentro da própria universidade, que pessoas negras sofrem ao ocuparem o lugar da docência universitária, por não terem “*aparência de professor*”; de outro, nesse mesmo relato, é preciso tornar visível que o “inesperado” é significado como tal a depender do lugar institucional que essa presença negra, indígena, quilombola, etc. passa a ocupar. Dizendo de outra forma, a diversidade de corpos não é lida como ameaça em qualquer âmbito da Universidade. É o que vemos no enunciado (5).

Segundo o contexto relatado por Villalba, enquanto fotógrafo, em ambientes fora do contexto docente, sua presença não causava “incômodo”. É somente quando se torna professor, e transita em espaços frequentados somente por docentes, que passa a ser tratado com indiferença por outras/os professoras/res devido ao fato de ter feito parte de outra categoria dentro da mesma Universidade. No linguístico, se evidencia a violência que a produção dessas hierarquias e valoração produzem - como ocupante de um cargo técnico-administrativo, Villalba perde seu nome próprio e é tornado *o cara que tira fotos, o fotógrafo, o fotoboy*. Nos rituais históricos e discursivos da Academia, professora/professor tem nome e sobrenome, e, mais que isso, tem Lattes.

Vemos, pois, dois movimentos em (4) e (5): um primeiro, no campo da produção das subjetividades, parte da normalização de pro-

cessos históricos e discursivos que produzem na memória social que a arquitetura da intelectualidade brasileira é/deve ser branca¹⁶. Subjetivadas/os (consciente ou inconscientemente) nesse lugar de superioridade fabricada, professoras/es lidas/os como brancas/os no território brasileiro continuam a reproduzir as matrizes de sentidos de sistemas de opressão. Um segundo movimento, muito mais complexo, é da ordem dos discursos. Trabalhadoras/es em Educação, ocupantes de diferentes funções na Universidade, são atravessadas por diferentes discursos. Discursos que estimulam que a diversidade, nesse caso étnico/racial, pode adentrar na universidade, contanto que em cargos ou funções que não onerem os privilégios da branquitude. Discursos que denunciam que, interseccionadas, as variáveis cor/raça/etnia, classe social, gênero, funções/cargos, produzem uma matriz bem delineada de hierarquias de valor moldadas na Universidade, as quais precisam ser superadas.

As formas, portanto, como as lutas por condições amplas e melhores de acesso aos espaços da Universidade se inscrevem e/ou são inscritas nas notícias-reportagens analisadas, acerca do aumento de pessoas pretas e pardas como docentes e discentes universitárias/os, não são homogêneas. Foi possível observar como diferentes *discursividades* se inscrevem nessas notícias, na disputa de quem, como, em quais condições e em quais funções, os/as mais diferentes sujeitos/as sociais adentram e/ou podem adentrar nos mais diversos ambientes acadêmicos.

4. Não existe fazer acadêmico que não seja político

Sem consciência crítica da historicidade e dos lugares sociais que nos constituem, os valores hegemônicos que buscam nos classificar, nos racializar, nos territorializar e nos impor suas *vontades de verdade* (Foucault, 1984) podem emergir em nossas práticas e na construção de nossas subjetividades. Para Foucault, o poder não está localizado somente nos aparelhos do Estado, considerando “que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (Ibidem, p. 135).

¹⁶ O termo “branca” utilizado nesse trecho está alinhavado ao conceito de branquitude, anteriormente citado.

Dessa forma, ainda que o ingresso de docentes pretas/os, pardas/os, por exemplo, não alcance na Universidade a mesma proporção que esses segmentos ocupam na sociedade brasileira, quando atravessadas/os e comprometidas/os com as lutas que pavimentaram seus ingressos, passam a disputar externa e internamente os discursos e os lugares institucionais acadêmicos. E, à medida que tiram do campo da invisibilidade as macro e micro relações de poder-saber que operam na manutenção de uma base colonial e corporativista, ainda muito presente e constante, nas Universidades brasileiras, possibilitam que outras matrizes de sentidos e práticas possam emergir.

Observemos como esse movimento se evidencia na figura abaixo:

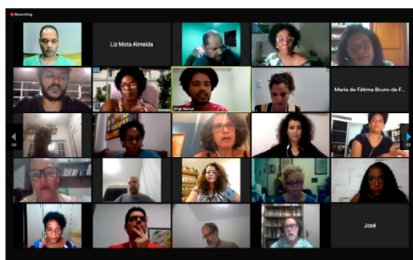
Figura 3: Ocupação dos espaços da Universidade

Docentes negros se reúnem e querem ocupar espaços

Por Liz Mota Almeida

Publicado: 21 Novembro 2020

Criado: 20 Novembro 2020



Na última terça-feira (17/11), um grupo de 30 docentes negros se reuniu, pela primeira vez, para dialogar sobre os desafios das relações raciais na universidade e o papel deles no enfrentamento ao racismo institucional. O encontro por videoconferência foi organizado pelo professor Vantuil Pereira, do Núcleo de Estudos de

Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH). Estiveram presentes

Fonte: adufrj.org.br

Na figura 3, temos a manchete de uma notícia-reportagem, realizada por Liz Mota de Almeida, publicada em 21 de novembro de 2020, no site da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ADUFRJ. Ao lado da foto que compõe a manchete, lê-se:

(6) [...] grupo de 30 docentes negros se reuniu, **pela primeira vez**, para dialogar sobre os desafios das relações raciais na universidade e o papel deles no enfrentamento ao racismo institucional. (Excerto retirado da matéria da ADUFRJ.org)

Há no enunciado (6), assim como em (2) e (3) um encontro entre o que é da ordem do singular e o que é da ordem do coletivo como luta política. Vemos, dessa maneira, a partir desse ingresso atuante e político de segmentos sociais historicamente excluídos dos espaços acadêmicos, a emergência cada vez mais fortalecida da produção de uma intelectualidade capaz de movimentar os vetores de certas construções de saberes eurocêntricos, majoritariamente presentes nas formas de dizer *o que é e como deve ser o Brasil* (Cardoso, 2021). Essas atuações políticas, ao longo das últimas décadas¹⁷, aparecem na circulação de notícias cada vez menos espaçadas, visibilizando ações, projetos e pesquisas que insurgem também como resistência e com enfrentamento a um histórico epistemicídio¹⁸ (Carneiro, 2023) que apaga as potencialidades da intelectualidade indígena e negra.

Faz pouco mais de 20 anos que foi promulgada uma lei no âmbito nacional que previu a obrigatoriedade do ensino sobre cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas ou privadas. Nos referimos à lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.” Mais recente ainda se dá a promulgação da lei Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, com alteração da ementa da lei supracitada, que a reformula para “Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e

¹⁷ Segundo Medeiros, “Com efeito, o surgimento das pesquisas sobre desigualdade racial no Brasil, produzidas por um crescente setor da academia que questiona o mito da “democracia racial”, foi estimulado pela emergência, no início da década de 1970, daquilo que veio a ser conhecido como o “movimento negro” - um novo tipo de organização da luta negra que trazia a influência tanto das lutas anticolonialistas que então se desenvolviam em território africano, particularmente na chamada África Portuguesa, como também dos movimentos nacionalista e de direitos civis dos negros norte-americanos. Essas organizações começam a surgir no Brasil no princípio dos anos de 1970, e logo se fazem presentes nas principais cidades brasileiras. Seu alvo inicial foi exatamente o mito da “democracia racial”[...] (Medeiros, 2004, p. 76).

¹⁸ Para Carneiro: “O epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta. (Carneiro, 2023, p. 97)

cultura afro-brasileira e indígena””. Ambas as leis nascem do bojo de lutas, denúncias e pesquisas que escancaram que a Educação no Brasil é um projeto de poder elaborado para manutenção dos privilégios da branquitude brasileira.

Diferente de intelectuais que olham para a identidade como ponte em deriva, atravessada pela liquidez das relações, no guarda-roupa de identidades a se vestir, que é tão pertinente quanto, intelectuais co-construídas/os pelas injunções históricas que as/os interpelam reivindicam a identidade como espaço sólido de representatividade, igualdade e equidade nas instituições brasileiras, mobilizando a identidade como categoria de luta política, buscando sedimentá-la no interior dos próprios grupos e, principalmente, no funcionamento das instituições e da memória social.

Do silenciamento historicamente imposto à tomada de palavra (Ramos, 2020), portanto, as/os sujeitas/os sociais excluídas/os de lugares de privilégio furam o bloqueio das interdições históricas e passam a narrar sobre si em primeira pessoa, a reivindicar suas problemáticas como legítimas no interior de todas as instituições. Nessa direção, é importante que se desconstrua a ideia de Universidade como lugar democrático regido por suposta horizontalidade, neutralidade e objetividade.

Vantuil Pereira, Coordenador Geral de Pesquisa e Professor do NEPP-DH/UFRJ, realizou uma pesquisa focada em traçar um perfil étnico-racial de servidores/as (docentes e técnicos/as administrativos/as em Educação)¹⁹ da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das maiores Universidades públicas do Brasil, apresentando de modo mais contundente e detido as baixas porcentagens de servidores/as autodeclarados/as negros/as naquela Instituição, o que advém de uma maior dificuldade de acesso a esses lugares institucionais por parte de grande parte da população brasileira, ainda que se tenha avançado minimamente com as políticas afirmativas de cotas.

Pode-se observar que, regularmente, as pessoas negras que trabalham nas Universidades públicas brasileiras se encontram nas funções pior remuneradas, embora sejam funções essenciais, fundamentais e imprescindíveis para o pleno funcionamento da estrutura institucional, como trabalhadoras/es de limpeza e conservação, eletricitistas, carpinteiros, jardineiros, dentre outras categorias. Nos últimos vinte anos, tais cargos passaram por processos de terceirização (privatiza-

¹⁹ Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=IaYHmzeD_L0>>

ção) sem que houvesse qualquer comoção ou resistência da Academia, o que tem resultado em perdas de direitos, piores salários e piores condições de trabalho para esses/as mesmos/as Trabalhadores/as da Educação no seio da Universidade.

Pesquisas como a liderada pelo Professor Vantuil Pereira nos alertam para o quanto é fundamental compreendermos que disputar os sentidos de “Universidade” perpassa por disputar todas as relações que a produzem em todos os seus níveis hierárquicos. Segundo Ramos (2020, p.220), “As conquistas de um povo dependem de sujeitos que ousam romper oficialismos, padronizações, legalidades, construindo caminhos para que outros tantos possam trilhar seus percursos, sem tantos entraves”. Nesse caso, assim como se precisou radicalizar as lutas para que hoje pudéssemos disputar e ocupar espaços que por tanto tempo nos foram negados, ao ingressarmos nesses espaços, é preciso que nossas lutas nesses lugares sejam, também, radicalizadas. Não existe fazer acadêmico que não seja político, precisamos, pois, saber a qual lado da História nossas práticas estão aliadas.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro)
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude** (Portuguese Edition) (p. 119). Companhia das Letras. Edição do Kindle. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 8, 10 de jan. de 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.
- _____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de mar. de 2008. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm?msckid=0c0d30.
- _____. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, n. 109, p. 3, 10 jun. 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12990.htm.
- CARDOSO, Jorcemara Matos. **Ao internacional e além: as relações de poder-saber na constituição da identidade brasileira inscritas em livros didáticos de Português pa-**

- ra estrangeiros. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, 2023. Edição do Kindle.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ed. 1984.
- _____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas**. In: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>>. Acesso em: novembro de 2021.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MOIRAND, S. **A contribuição do pequeno corpus na compreensão dos fatos da atualidade**. Tradutores Fernando Curtti Gibin & Julia Lourenço Costa. Revista Linguagem, São Carlos, v.36, Dossiê Metodologias de Pesquisa em Ciências da Linguagem, jul./dez. 2020, p. 20-41.
- PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. **A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso**. In: BARONAS, R. L. (Org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Orlandi. Pontes Editores: Campinas, 2008.
- PEREIRA, Vantuil. **Lançamento do Projeto e Debate Traçando o Perfil Étnico-Racial/Gênero dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos em Educação da UFRJ**. In: [PR4 - Semana do Servidor Público] Encerramento/Debate - Perfil Étnico-Racial/Gênero dos Servidores. YouTube. 30 de outubro de 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IaYHmzeD_L0>>.
- RAMOS, Maísa. **Silenciamento e Tomada de Palavra**: Discursos de Evo Morales e Lula da Silva. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.
- SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>

Notícias-reportagens analisadas:

- ALMEIDA, Liz Mota. **Docentes negros se reúnem e querem ocupar espaços**. ADU-FRJ, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2020. Disponível em <https://adufjrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/21-destaques/3431-docentes-se-reunem-e-querem-ocupar-espacos>.
- NITAHARA, Akemi. **Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>.
- SUAREZ, Jaqueline. **A trajetória dos professores negros no ensino superior brasileiro [PODCAST]**. RioOnWatch, 18 de março de 2021. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=53993>.

Sobre memórias e universidades na Amazônia

Interfaces entre línguas indígenas e os estudos do discurso

Ivânia dos Santos Neves

1. Abertura

A questão do etnocentrismo está presente em qualquer cultura. Na medida em que você é socializado, você recebeu uma carga cultural (classificação, valores, significações, etc) muito grande, e você vai olhar o mundo através dessa perspectiva crítica. Mas há “etnocentrismos” e “etnocentrismo”, mas no nosso caso, no caso negro, vemos o seguinte: as nossas instituições sempre estiveram abertas aos brancos e a recíproca não é verdadeira.
Lélia Gonzalez

Começo esse texto com um agradecimento político. Considero significativo o compromisso da Associação Brasileira de Linguística com a diversidade, e em especial, aqui, a homenagem às mulheres linguistas. Não foi sempre assim que as associações acadêmicas se comportaram no Brasil. Não podemos, por outro lado, desconsiderar que vivemos um momento histórico, no país e no mundo, marcado pelo avanço de governos autoritários e violentos, interessados em silenciar as minorias, mesmo quando representam mais da metade da população, como é o caso das mulheres.

A história das universidades no Brasil é muito recente. Os primeiros cursos superiores só foram implementados para atender a vinda da Família Real Portuguesa no início do século XIX. Nasceram, portanto, comprometidos com epistemes eurocêntricas e sem nenhum respeito aos saberes locais. Apenas no período republicano, aconteceu a fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo — USP, em 1934, mas o processo de implementação também seguiu na mesma trajetória de silenciamento da diversidade do país.

Na Amazônia brasileira, a situação foi mais dramática, pois recaíram sobre a região os discursos do atraso, da negação do progresso e

do desenvolvimento associados aos povos indígenas. Seus saberes foram hierarquicamente inferiorizados, tomados apenas como “objeto” de estudo. Os registros de suas línguas e culturas passaram a ser realizados por pesquisadores formados nos grandes centros de pesquisa, a partir de técnicas objetivas e supostamente neutras, que ignoravam os interesses desses povos.

Os anos de 1950 marcaram um momento especial nessa história. O pensamento brasileiro, embora não incluísse efetivamente as mulheres como pesquisadoras, dava sinais de amadurecimento em direção ao reconhecimento dos problemas do país. A miséria produzida pelas secas no Nordeste, a ameaça aos povos indígenas, as condições das favelas, o acesso à educação e ao saneamento básico, a exploração do capital internacional, entre outros problemas, começavam a ganhar centralidade nas universidades. A última ditadura civil-militar (1964-1985), no entanto, afetou profundamente esse processo.

A prisão, a morte e o exílio de professores universitários, em sua grande maioria homens, estabeleceu um regime autoritário que não permitiu qualquer tipo de manifestação política nas universidades. A repressão às liberdades individuais, o desrespeito à diversidade, o cerceamento às mulheres são práticas, em maior ou menor grau, impostas por esses regimes aos corpos de sujeitas e sujeitos divergentes. As matrizes curriculares recrudesceram e nas áreas de Educação e Letras, as recentes proposições de leitura de mundo propostas por Paulo Freire foram banidas.

Em 1987, quando iniciei o curso de Letras na Universidade Federal do Pará-UFPA, em Belém, uma das maiores cidades da Amazônia brasileira, acreditava, ingenuamente, que no século XXI a condição da mulher brasileira estaria em outro patamar social. Não imaginava os índices de feminicídio de nossos dias, tampouco acreditava na persistência das assimetrias profissionais, que implicam em diferenças salariais entre homens e mulheres. Minhas primeiras impressões também não conseguiam ver os processos de colonização externos e internos, tão potentes no sentido de hierarquizar e desqualificar saberes. Quando recebi o convite para falar sobre mulheres linguistas em um evento da ABRALIN em 2023, essas questões ganharam relevo.

Neste capítulo, procurei mostrar como essas mulheres, nas aldeias e nas universidades, resistiram aos governos autoritários e pluralizaram os estudos da linguagem no Brasil. Apresento suas trajetórias e os acontecimentos que as envolveram a partir de diferentes melodias.

Ritmos que ora emanam da oralidade das mulheres indígenas e ora acompanham as trajetórias de mulheres linguistas que escreveram e escrevem suas histórias a partir dos anos de 1980, quando termina a última ditadura civil-militar no Brasil (1965-1985).

2. Solo em Ré Menor

*É preciso desconstruir e permitir
Uma interculturalidade
Um respeito à diversidade
Nessa casa de saber.
Porque na minha universidade-aldeia
Onde o rio corre à vontade
O pesquisador não vai sofrer.
Márcia Kambeba*

Quando ingressei na universidade, a ordem imposta pelos militares ainda estava completamente estabelecida. O regime de créditos das disciplinas dispersava os estudantes em turmas aleatórias e desfavorecia a formação de grupos. As matrizes curriculares estavam comprometidas com uma epistemologia de exclusão dos saberes locais e das reflexões políticas. Em 1987, no curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), havia apenas um nível de Linguística e quatro de Língua Portuguesa, voltados à estrutura interna da língua. Infelizmente, ainda hoje não conseguimos redefinir completamente nossas matrizes, mas também não podemos negar as novas conquistas, inclusive a participação das mulheres na área de Letras e nas universidades de uma forma geral, que hoje são maioria.

Minha formação inicial foi realizada numa das maiores cidades da Amazônia brasileira, em Belém, cuja região metropolitana tem aproximadamente 2.200.000 habitantes. Apesar da visibilidade midiática da região, ainda hoje persiste um discurso de um espaço populacional homogêneo e composto de grandes vazios demográficos. A Amazônia é constituída por grandes, médias e pequenas cidades, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, extensas Reservas Extrativistas e ainda há povos indígenas isolados tentando resistir à expansão das fronteiras econômicas.

Embora estivesse na Amazônia brasileira, entrei numa universidade branca, onde os homens eram maioria e ocupavam os cargos de gestão. Ainda hoje, não houve nenhuma reitora na UFPA, mas a presença das mulheres na gestão é expressiva, diferente da realidade dos

anos de 1980. A criação das primeiras universidades públicas brasileiras estava a serviço de um modelo de ciência excludente e representaram um projeto de país vinculado ao que defino como dispositivo colonial.

Na América Latina e na África, o agenciamento do dispositivo colonial, com suas tecnologias sociais, atravessa os séculos e, independente das independências políticas dos países dessas regiões, continua a impor a colonialidade do poder e do saber, reforçando o discurso da hierarquia de racionalidades, perpetuando as práticas predadoras do capitalismo transnacional, reforçando as estruturas do patriarcado (Neves, 2023, p. 71).

Este projeto de país e de universidade deixou de fora as indígenas e os indígenas, as negras e os negros, e as pessoas pobres. A criação da UFPA, em 1957, fez parte desse processo. O curso de Letras não foi concebido para incluir a diversidade linguística da região, mas sim para reforçar o ensino-aprendizagem das línguas europeias, civilizadoras. Não havia espaço para as línguas indígenas, consideradas saberes inferiores, de povos selvagens que se opunham ao moderno e significavam o atraso da Amazônia brasileira, tampouco as pesquisas consideravam a influência das línguas indígenas e africanas no português falado na região.

O formalismo da Teoria Literária comprometida com os cânones das escolas literárias europeias, a predominância de disciplinas da Literatura Portuguesa, distribuída em quatro níveis a abordagem da Literatura Brasileira em três níveis, que não incluía autores e autoras da Amazônia. Havia um total silenciamento em relação à literatura de outros países lusofalantes na África ou na Ásia. As aulas fomentavam a produção de uma memória europeia de Belém e da região. Desde que analisadas no jogo da história, não podemos negar a relevância das matrizes europeias para o que somos hoje, contudo, essas não podem ser as únicas memórias visibilizadas, ainda mais quando tomadas como superiores.

Dentro dessa universidade, a primeira melodia diferente que chegou aos meus ouvidos trazia as cosmovisões indígenas para o debate acadêmico e era entoada por uma mulher. Nos anos de 1970, a professora Leopoldina Araújo começou a desenvolver projetos com o povo indígena Parkatejê — Gavião, que vivia na Terra Indígena Mãe Maria, às proximidades da cidade de Marabá, localizada a 800 km da cidade de Belém. Até esse momento, as pesquisas com as línguas indígenas eram realizadas apenas por pesquisadores estrangeiros.

Não havia nenhuma pesquisa de línguas indígenas, os exercícios de fonética, análise fonológica e morfológica, feitos em Linguística eram aqueles do SIL [Summer Institute of Linguistics] sobre línguas americanas e africanas, se bem me lembro (Araújo, 2020, p. 146).

No período que entrei na Faculdade de Letras, a professora estava realizando seu doutorado em Santa Catarina. Aquela notícia aos meus ouvidos de 17 anos chegou como uma possibilidade, mesmo distante de mim, pois não tinha acesso direto à professora. Até aquele momento, era como se houvesse uma cortina nos meus olhos que me impedia de ver a realidade da diversidade cultural e linguística da Pan-Amazônia, esta região plural, que envolve o território de nove países ao norte da América do Sul.

O trabalho de Leopoldina Araújo se conduziu a partir de uma perspectiva ética, sempre estabeleceu um profundo diálogo com os Parkatejê e procurou atender às demandas sociais desse povo. De sua produção acadêmica voltada a eles, há um dicionário e outros livros sobre a língua e cultura em que suas narrativas orais ganham bastante destaque. Suas pesquisas iniciam o trabalho com as línguas indígenas no curso de Letras da Universidade Federal do Pará.

A partir de sua experiência com os Parkatejê ficou bastante evidente a necessidade de uma escola indígena em Mãe Maria onde as línguas indígenas estivessem presentes. Nesse contexto, foi criada a Divisão de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado do Pará formada pelos professores que atuavam na escola e as discussões começaram a ganhar o âmbito estadual. O estado do Pará sempre esteve num ritmo muito lento em relação à Educação Indígena, quando comparado com outros estados da região. Atualmente, Leopoldina Araújo representa uma grande referência para esse povo e continua atuante como linguista.

2. Um coro em Sol Maior

As mulheres, sobretudo as mães, são sujeitas fundamentais na transmissão dos saberes ancestrais. Não posso, por isso, deixar de reverenciar mulheres fundamentais em minha formação como pesquisadora da área da linguagem, minha avó materna, já falecida, e minha mãe, que me ensinaram as primeiras palavras e as primeiras histórias, investidas desse grande poder de interação da oralidade.

Minha genealogia materna se inscreve na cidade de Belém, com os limites da história do colonizador. Uma envergonhada herança africana e o silenciamento da ancestralidade indígena definiram uma memória incompleta de nossa família, ainda que as práticas cotidianas teimassem em exibir essas lacunas. Apenas há bem pouco tempo, com as pesquisas sobre Mairi, a ancestralidade indígena da região (Neves, 2022) onde se localiza Belém, essa memória indígena começou a ganhar mais visibilidade. Este processo de silenciamento rigorosamente administrado pelo dispositivo colonial, portanto, não está presente apenas nas universidades e se inscreve nesses potentes espaços micros de poder, como a história das famílias.

A pesquisa acadêmica com povos indígenas me deu oportunidade de conhecer diferentes universos culturais e de ampliar minha percepção sobre resistência e ancestralidade. Desejo, por isso, visibilizar a história de duas mulheres indígenas, guardiãs de suas línguas e da ancestralidade de seus povos com quem convivi e aprendi bastante sobre uma Amazônia profunda: Verônica Tembé e Arihêra Suruí. Mulheres fundamentais para que suas línguas não desaparecessem durante a última ditadura civil-militar, uma época de muita perseguição aos saberes indígenas, quando passou a ser proibido o registro civil com nomes indígenas e se podia morrer por insistir em falar uma língua indígena.

Verônica Tembé foi uma grande liderança indígena que morreu aos 93 anos, em 2013, na Terra indígena Alto Rio Guamá - TIARG, no nordeste do estado do Pará, onde viveu toda sua história de resistência. Ela e sua geração resistiram às imposições dos militares, que nos anos de 1970 concederam permissão para a criação de uma grande fazenda no meio da TIARG. A fazenda separou os Tembé do Gurupi dos Tembé do Guamá. Verônica Tembé e sua família criaram estratégias para continuar realizando os rituais tradicionais e conseguiram alimentar a ancestralidade Tembé nas práticas desse povo.

Arihêra Suruí vive hoje na Terra Indígena Sororó, no sudeste do estado do Pará. Ainda muito nova, viveu a tragédia da Guerrilha do Araguaia durante a ditadura. Ela e outros 32 Suruí-Aikewara, sobreviventes à depopulação produzida pelo contato sistemático com os não indígenas, resistiram às invasões em suas terras e ao processo de perseguição de seus saberes no início dos anos de 1970. O pequeno grupo se refugiou na floresta para impedir a dizimação total, desejo dos fazendeiros locais, interessados em se apropriar das terras indígenas.

No início dos anos 2000, sua participação foi fundamental para a manutenção da língua Aikewara e dos rituais ancestrais de seu povo.

Boa parte das narrativas orais indígenas são tomadas apenas como lendas, quando não há uma referência clara à cosmovisão de uma sociedade indígena ou como mito, se podemos identificar suas narradoras e seus narradores. Essas duas generalizações apagam a riqueza de gêneros das poéticas da oralidade indígenas, canções, narrativas cosmológicas, narrativas de contato, recitações, histórias de vidas, rituais. Essas duas classificações são políticas e a elas subjaz um discurso de inferioridade (Neves, 2023, p.7).

Essas mulheres cantaram as cantigas, contaram as histórias, preservaram os nomes ancestrais e fizeram questão de marcar suas subjetividades indígenas. Quando pensamos a linguagem de dentro destas diversas Amazônias, necessariamente devemos reverenciar essas grandes mestras. Suas trajetórias não passam pela universidade, mas elas são verdadeiras heroínas brasileiras na área da linguagem e merecem nosso reconhecimento, porque graças a essas mulheres e tantas outras mulheres indígenas no Brasil, hoje, ainda existe essa espetacular diversidade linguística. Poderíamos não ter, por tudo que houve de perseguição.

3. Ensaio em Dó Maior

Atuei como professora de língua portuguesa na Educação Básica, em Belém, por quinze anos. Minha prática de sala de aula também me colocou o desafio das matrizes curriculares descontextualizadas. O ensino de estruturas gramaticais, nessa perspectiva, não produzia resultados positivos. A carga horária mínima das aulas de redação diante das aulas de língua portuguesa representava um paradoxo e nos perguntávamos quais os objetivos dessas aulas. A dificuldade com a produção de texto era desanimadora.

No início dos anos de 1990, outro acontecimento revolucionário em minha trajetória aconteceu, quando mais uma vez chegou uma música diferente aos meus ouvidos: a voz da professora da Unicamp Ingedore Koch e suas proposições sobre Linguística Textual. Em 1994, tive acesso às provas de seleção de ingresso da graduação da Unicamp, com questões discursivas. Durante o período militar, as provas passaram a ser feitas apenas por questões com respostas de múltipla escolha, a maioria delas com conteúdos descontextualizados, sem qualquer

perspectiva política. As provas da Unicamp começaram a demandar uma nova postura nas metodologias de ensino.

As proposições da Linguística Textual interferiram muito positivamente nas aulas de produção de texto nas salas de aula brasileira. Os livros “Coesão Textual” (Koch, 1990) e “Coerência Textual” (Koch & Travaglia, 1990) rapidamente viraram leitura obrigatória para os professores de Letras. A Linguística Textual dava uma resposta para a produção do texto escrito nas salas de aula. Na quinta série, o professor poderia ensinar técnicas efetivas de produção de texto. Ingedore Koch é uma referência fundamental no Brasil e a partir de seu trabalho passei a me interessar sobre as produções da área de Letras produzidas na Unicamp.

Os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa, publicados em 1996, foram produzidos a partir desta nova posição, adotada por uma frente progressista de pesquisadoras e pesquisadores comprometidos em inserir nos currículos a Linguística Textual e a perspectiva crítica nas aulas de leitura. Dentro desse contexto, uma linha de pesquisa que foi duramente silenciada pela ditadura militar começa a ganhar espaço: a Análise do Discurso AD. Com sua proposta interdisciplinar, nas interfaces dos estudos da linguagem, da história e da psicanálise, a AD será mal recebida por grande parte dos linguistas, sobretudo pelos que compreendiam a língua em sua perspectiva endógena. Ainda hoje, há quem não considere que os Estudos do Discurso possam constituir a Linguística.

Em 1999, encontrei pela primeira vez o povo indígena Tembé-Tenethara e conheci Verônica Tembé, um acontecimento decisivo para definir os caminhos da pós-graduação. Como não estava interessada em fazer um trabalho de descrição linguística e o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFGA) naquele momento não oferecia outra opção de pesquisas com sociedades indígenas, escolhi fazer o mestrado em Antropologia e fui estudar as narrativas orais dos Suruí-Aikewara. Em todo o meu percurso acadêmico, as pesquisas com a oralidade estiveram presentes.

Durante o mestrado fiz as primeiras leituras de Michel Foucault e comecei a me aproximar ainda mais das discussões do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Na Unicamp, as pesquisas de Eni Orlandi foram fundamentais para estabelecer esse campo de pesquisa. Seu livro “Terra à vista” (Orlandi, 1988), em que fala desse trágico encontro entre os povos indígenas e os europeus foi decisivo para cursar o doutorado em Análise do Discurso na Unicamp.

Durante o doutorado, um universo mais amplo sobre os estudos da linguagem se descortinou sobre meus olhos. Conheci as pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos Urbanos-Labeurb, coordenado por Eni Orlandi e fui aluna de Mônica Zoppi e Suzy Lagazzi, professoras importantes na minha formação. Elas criaram uma situação favorável para uma doutoranda do norte do Brasil. Nem todos os professores agiam dessa forma, alguns alimentavam um discurso de superioridade das instituições do sudeste e viam no meu tema de pesquisa uma espécie de disfunção. No Seminário de Teses em Andamento, um avaliador me aconselhou a mudar de tema, porque não estava adequado trabalhar com discursos e povos indígenas.

Quando cheguei à Unicamp, em 2006, para cursar o doutorado, no primeiro dia tomei consciência do que era segregação racial. Na Unicamp daquele período, eu era uma mulher negra da região norte e enfrentei os desafios dessa condição. A fala do professor avaliador, descredibilizando uma pesquisa com povos indígenas em AD traduzia essa realidade. Atualmente, a universidade pública brasileira é muito mais colorida, sobretudo quando pensamos nas alunas e nos alunos, mas quando analisamos o quantitativo de professoras e professores na graduação e na pós-graduação, percebemos que ainda estamos longe da equidade.

Meu fenótipo é característico de Belém e das primeiras cidades fundadas no estado do Pará, pois mistura traços indígenas e africanos. Atualmente, em algumas situações o movimento das mulheres negras me interpela como uma mulher negra e eu aceito. Em outras situações, sou chamada de Ivânia Tupinambá e também aceito esta identidade. Sou alguém da Amazônia, que entrou em universidades brancas. Em Belém, a princípio não tinha essa consciência e embora meus colegas não fossem todos brancos, a maior parte deles pertencia a uma elite privilegiada localmente.

De volta a Belém, depois do doutorado, novos desafios epistemológicos. Na Amazônia, os Estudos do Discurso tomaram uma feição nova. Os objetos de pesquisa se ampliaram e precisaram incluir os trabalhos de campo e os estudos decoloniais. Não podíamos apenas transplantar uma perspectiva teórica sem respeitar as especificidades dos saberes locais. Em 2010, não havia doutorados em Letras na região e um percurso animado pela vontade de abrir essas novas fronteiras acadêmicas, com respeito aos saberes locais, desenhava seus primeiros passos.

4. Concerto em Fá Maior

No período do doutorado, conheci os primeiros textos de Maria do Rosário Valencise Gregolin, professora da Unesp de Araraquara, que mais tarde se tornaria uma de minhas principais parcerias acadêmicas. Na leitura do artigo “Análise do Discurso e Mídia: a (re)produção das identidades” (Gregolin, 2007), de novo aquela música diferente, uma nova forma de olhar para os discursos, mais um encantamento.

Neste texto, focalizo efeitos identitários construídos numa teia entre discurso, história e memória a fim de mostrar a pertinência da conjunção dos campos da AD com os estudos de mídia. Tendo como ponto central a *arqueogenealogia* de Michel Foucault, o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos. Pensando a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória (Gregolin, 2007, p. 13).

Suas palavras traziam um repertório verticalizado para analisar as identidades produzidas pela mídia. Durante mais de dez anos fui professora do curso de Comunicação Social e suas proposições respondiam a muitas de minhas inquietações sobre a interface discurso e mídia. Em várias ocasiões Rosário Gregolin esteve em Belém e, juntas, concebemos uma bibliografia com autores locais, nacionais e internacionais para os estudos de mídia e discurso.

A professora concluiu sua Licenciatura em Letras, mas também cursou História na Unicamp. Seu mestrado foi em Teoria e História Literária pela Unicamp e o doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp de Araraquara. Realizou Estágio Pós-Doutoral em Aveiros, Portugal, e se tornou Livre-Docente em Análise do Discurso pela Unesp de Araraquara. Atualmente está aposentada e atua no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa na Unesp de Araraquara, como professora colaboradora. Sua trajetória acadêmica heterogênea, certamente contribuiu para os novos caminhos da linguística que ajudou a construir no Brasil.

A atuação como coordenadora de Pós-Graduação na Unesp-Araraquara resultou em dois projetos significativos para a Amazônia que se

desdobraram na formação de recursos humanos qualificados na região: o Doutorado Interinstitucional-DINTER Unesp/UFMA (2005-2010) e do Programa de Cooperação Acadêmica -PROCAD Unesp/UFAC (2005-2014), ambos financiados pela CAPES. Sua participação ativa em eventos, minicursos, disciplinas, concursos na região são incontáveis.

Rosário Gregolin foi a responsável pela introdução dos estudos de Michel Foucault na área da linguagem no Brasil. No final dos anos de 1990, fundou o GEADA-Grupo de Estudo de Análise do Discurso de Araraquara e orientou boa parte das professoras e professores que atuam na linha de Estudos do Discurso Foucaultianos no Brasil, com um expressivo número de pesquisadoras e pesquisadores que atuam na Pós-Graduação na Amazônia. No período de 2019-2020, realizei estágio Pós-Doutoral com ela, na Unesp de Araraquara.

Quando olhamos em seu currículo Lattes as pesquisas orientadas em diferentes níveis, podemos observar como os trabalhos acompanharam a história do presente no Brasil. Todas as grandes questões com visibilidade midiática passaram pelas pesquisas do GEADA, desde a mídia impressa até as séries em streaming de nossos dias. Um universo muito amplo de produção de subjetividades que envolve mulheres, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ etc.

A produção bibliográfica de Rosário Gregolin inclui várias referências fundamentais para os Estudos do Discurso no Brasil. Recentemente, organizamos, juntas com Flávia Lisboa “O Governo da Língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil” (2023), livro que reúne discussões sobre a história das línguas no Brasil. Sua produção, no entanto, também compreende coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa, presentes nas salas de aula brasileiras. Ela esteve sempre comprometida em levar as discussões acadêmicas para além dos muros das universidades.

Seus interesses de pesquisa sempre estiveram centrados na produção de subjetividades, sobretudo tomando materialidades da mídia e do que ela própria definiu como dispositivo escolar.

Os ideais republicanos foram materializados na implantação do dispositivo escolar sob a forma de uma rede de prédios como objetos visíveis que abrigaram enunciados formuláveis, expressando forças em disputa para a produção de subjetividades. Visibilidade, enunciabilidade, linhas de força e processos de subjetivação: eis os vetores ou tensores desse dispositivo que expressava os valores do progresso e da modernidade de um “novo Brasil” (Gregolin, 2015, p. 13).

A professora se empenhou, com frequência, em traduzir de forma mais acessível os conceitos de Michel Foucault, seu autor de eleição. Além de seus livros e artigos, durante o período da pandemia de Covid 19, ela participou ativamente de eventos, podcast, aula online, hoje disponíveis em diversas plataformas no YouTube. Em suas últimas orientações de doutorado, pesquisas voltadas para acontecimentos envolvendo a última ditadura militar estiveram presentes.

Rosário Gregolin representa um encontro pessoal e acadêmico especialmente significativo, um encontro repleto de reconhecimento. Em minhas homenagens às mulheres linguistas, não seria justo trazer uma única linguista, mas se fosse imperativo fazer essa escolha, seria Rosário Gregolin, pela enorme diferença que provocou em minha trajetória acadêmica e por sua influência na Pós-Graduação da Amazônia.

Não a encontrei pessoalmente durante o doutorado e, para minha felicidade, nos conhecemos na Universidade Federal do Pará, durante uma palestra que ministrava, em 2011. Naquele período, eu coordenava um programa de mestrado na Universidade da Amazônia (Unama) e um de seus artigos estava na relação de leitura obrigatória para a seleção de ingresso discente. Depois desse primeiro encontro, nunca mais nos afastamos. Rosário Gregolin ajudou a solidificar o GEDAI-Grupo de Estudos Mediações e Discursos com Sociedades Amazônicas, criado neste mesmo ano.

Como resultado de nossas trocas, na última reformulação da matriz curricular do PPGL-UFPA, em função do número de docentes e discentes envolvidos com pesquisas em AD, começamos a planejar uma linha específica de Estudos do Discurso. Na nova matriz, há quatro disciplinas específicas sobre discurso e a participação de Rosário Gregolin contribui decisivamente para esse momento presente. Hoje, ela é uma referência definitiva na memória de futuro na Pós-Graduação na Amazônia.

5. Acenando a novas melodias

Atualmente, estou na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL da UFPA, avaliado na última quadrienal da CAPES com nota 6. Para quem está na Amazônia, esta avaliação é muito significativa, pois é a primeira vez que isso acontece. É um feito coletivo, resultado de muitos anos de trabalho. O PPGL hoje é a convergência da trajetória de muitas pesquisadoras da área da linguagem.

Nossa proposição se inscreve entre o local e o global e as trocas com pesquisadoras brasileiras e estrangeiras são fundamentais.

O Programa formou as primeiras e os primeiros doutores na Amazônia na área de Linguística e Literatura. Não pretendemos que todos os doutores da região sejam formados aqui, contudo, é imperativo que eles também sejam formados por nós. Minha geração não teve essa oportunidade. O PPGL-UFPA foi o primeiro doutorado aprovado na região norte e isso só aconteceu em 2013. Sabemos da responsabilidade de ser um programa nota 6 nesse território. Uma região que é falada por todo mundo, também precisa ser falada daqui de dentro. Essa nota, nesse momento, é um reconhecimento do nosso trabalho e aconteceu durante o governo de Jair Bolsonaro.

Entre 2019 e 2022, nos quatro anos do governo de Bolsonaro, acompanhamos novamente um momento de perseguição à pesquisa e à universidade pública, marcado pelo autoritarismo, mas em condições de possibilidades históricas diferentes da última ditadura e as instituições democráticas puderam intervir e evitar o extremismo do processo, mas a redução de verbas foi inevitável. Desta vez, um governo eleito pelos brasileiros, sob o ritmo de Fake News e da popularização das redes sociais retomou os discursos da inferioridade das mulheres, das hierarquias de saberes.

A resistência a esse momento aconteceu, em grande medida, porque uma parte das universidades também começou a mudar. E eu não estou falando de forma romântica, porque sei dos conflitos diários que vivemos. Vejo com esperança as alunas indígenas e negras que estão na pós-graduação e na graduação. A diversidade étnico-racial foi negligenciada muitas vezes sem que a universidade percebesse e muitas vezes este foi um processo consciente. Essa diversidade é o que pode fazer a diferença e é o que vai fazer a diferença nesse país e precisamos estar preparados para negociar epistemes. Nesse momento em que nos perguntamos quem somos nós na universidade brasileira, não é mais possível dar uma resposta monocultural.

Na última avaliação quadrienal da CAPES (2017-2020), o Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Identidade-PPGLI, da Universidade Federal do Acre, o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins subiram para nota 5. Essa nova condição tem muita representatividade nesse momento histórico, quando as atenções internacionais se voltam para a Amazônia em função das mudanças climáticas. Nós, pesquisadoras e pesquisadores dessa região que trabalhamos com linguagem não po-

demos ignorar que estamos no coração da diversidade linguística do Brasil. Temos que dizer inclusive sobre a presença indígena e da presença quilombola hoje mais intensa nas universidades e responder a essas “novas” demandas.

Vejo essa possibilidade mais viável nesse atual momento político, especialmente por quem são as sujeitas que entraram com mais força nas universidades. Então é muito importante aproveitarmos as condições favoráveis deste terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, com todos os incentivos à pesquisa e à diversidade. Não nos esqueçamos que entre os anos de 2019 e 2022, foi muito palpável a sensação de que a pesquisa em ciências humanas estava fadada a ser silenciada.

Hoje, tenho orgulho de dizer que a escritora indígena Márcia Kambeba é minha orientanda de doutorado e que a participação das mulheres indígenas, negras e ribeirinhas é intensa no GEDAI. Vivemos um momento especial com a chegada dessas alunas à Pós-Graduação de forma sistemática. Não foi, no entanto, sem luta e nem sem conflito, porque a universidade é branca e elitista. A chegada de indígenas e quilombola é a grande revolução da universidade brasileira. Em 2022, havia mais de cinquenta mil discentes indígenas da graduação em universidades públicas brasileiras, um número que continua aumentando (Bessa Freire, 2023).

A minha história e das pessoas que estão aqui construindo comigo é uma história de resistência, porque é uma história de gente que deseja produzir instabilidades nas identidades estabilizadas sobre as Amazônia. Nesse sentido, vejo nas mulheres esse desejo de forma mais intensa. Então faço eco a esse coro e desejo agora, no presente, um país com menos assimetrias sociais e econômicas e uma universidade pública, com toda sua heterogeneidade, menos elitista.

Para terminar, retomo meu agradecimento político. É fundamental que nossas associações científicas, um espaço de produção de verdades, comprometam-se com a diversidade deste heterogêneo país e se empenhem em alimentar a memória acadêmica de forma plural. Desejo que as melodias diferentes não representem mais o ritmo da exceção em nossas universidades.

Referências

- ARAÚJO, Leopoldina. **Entrevista realizada por Lucivaldo Costa**. In: Polifonia, vol.27, n.48, p. 01 a 223, 2020.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. **As duas asas do pássaro**: sobre línguas e saberes indígenas nas universidades da Amazônia. In: LISBOA, Flávia; NEVES, Ivânia; GRE-

- GOLIN, Maria do Rosário. (Org.). *O Governo da Língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil*. 1ed. Guarapuava: Editora Unicentro, 2023, v. 1, p. 15-40.
- GONZALEZ, Lélia. **Entrevista de Lélia Gonzalez ao jornal do MNU**. 1991. In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa/ Lélia Gonzalez diáspora africana. Filhos da África: São Paulo, 2018.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do Discurso e mídia: a (re)produção das identidades**. In: Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, Vol. 4, n.11, 2007.
- _____. **O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades**. In: Revista Moara- Estudos Linguísticos, Belém, Edição 43, p. 6 — 25, jan - jun. 2015. Disponível em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/issue/view/131/showToc>. Acesso em: 22 de jun. 2017.
- KAMBEBA, Marcia Wayna. **Saberes da floresta**. São Paulo, Jandaíra, 2020.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- KOCH, Ingedore Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- LISBOA, Flávia; NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **O Governo da Língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil**. 1ed. Guarapuava: Editora Unicentro, 2023, v. 1, p. 71-98.
- NEVES, Ivânia. **Do Governo da Língua**. In: LISBOA, Flávia; NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). *O Governo da Língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil*. 1ed. Guarapuava: Editora Unicentro, 2023, v. 1, p. 71-98.
- _____. **Mairi, Terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém**. In: Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 7, p. 178-205, 2022.
- ORLANDI, Eni. **Terra à vista: Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Contexto, 1990.

As línguas indígenas e o fazer pesquisa na Amazônia

Caminhos e reflexões

Ana Vilacy Galucio

“Awake to, titi. Oapi mãyã ewa. Matapu kaget mbe on, oapi kuwaora.”

“Vem aqui, vovó, me ensinar, não é de hoje que eu esqueci”.

1. Introdução

A epígrafe acima - *Awake to, titi. Oapi mãyã ewa. Matapu kaget mbe on, oapi kuwaora* — que em tradução livre significa “Vem aqui, vovó, me ensinar, não é de hoje que eu esqueci” — foi-me ensinada por D. Isaura Makurap ao explicar sobre as músicas cantadas por ela mesma e seu primo Francisco Odete Aruá em uma festa cultural realizada nos dias 03 e 04 de agosto de 2024. Essa festa foi realizada durante o I Encontro das Mulheres Makurap, organizado pela Associação Awanda do povo Makurap, na aldeia Ricardo Franco, Terra Indígena Rio Guaporé, em Rondônia. Estou escrevendo este artigo uma semana depois desse evento, sentada na casa do Sr. Francisco Odete Aruá, em outra aldeia na mesma Terra Indígena e relembro esse I Encontro das Mulheres Makurap, que reuniu mulheres dos diversos povos residentes na Terra Indígena Rio Guaporé. Dentre esses povos, podemos citar os Makurap, Wajuru, Kanoe, Aruá, Kujubim, Tupari, Djeoromitxi, Arikapu e Oro Nao.

D. Isaura Makurap é uma mulher de mais de 80 anos. Seu primo, Sr. Francisco Odete Aruá, possui 67 anos. Eles estão, talvez, entre os últimos grandes conhecedores das músicas Makurap. Nas duas noites do I Encontro das Mulheres Makurap, eles cantaram três gêneros musicais: as músicas *Xakoi*, as músicas *Kowā* e algumas músicas *Xako peak*, totalizando mais de uma centena de músicas que são cantadas durante toda a noite, sem repetir nenhuma. Conforme me foi explicado pelo Sr. Francisco Odete Aruá, os gêneros musicais *Kowā* e *Xako peak* são constituídos de músicas acompanhadas na flauta *ukap*. No

¹ Música na língua Makurap, falada pelo povo Makurap, em Rondônia, Brasil.

gênero musical *Xakoi*, fala-se/canta-se sobre as coisas dos rios, das águas. As músicas *Kowā* falam sobre os pássaros e outros animais da floresta. Já as músicas chamadas de *Xako peak*, cantadas nessa noite, falavam sobre os eventos relacionados à história de Kaxoleo². Os dois cantores foram acompanhados por outras mulheres da sua faixa etária, que cantaram e dançaram, e pelo coletivo de homens, mulheres, adultos, jovens e crianças, que em sua maioria dançaram as músicas tradicionais ao mesmo tempo em que buscavam aprendê-las. As músicas *Kowā* devem ser tocadas e cantadas até o amanhecer. Então, eu, pela primeira vez, em muitos anos de trabalho de campo com os povos indígenas na Amazônia, recebi o grande presente de amanhecer com os sábios Makurap e Aruá, cantando e dançando até o raiar do sol. Assim, pudemos todos receber de volta nossos espíritos que tinham ido passear enquanto cantávamos e dançávamos.

O 1º Encontro das Mulheres Makurap foi um evento marcante por garantir oportunidade para as mulheres trazerem suas vozes para a ciranda política e para o espaço comunitário, discutindo suas dores, suas dificuldades, seus anseios, seus corpos (e como estes merecem ser respeitados e protegidos), seus sonhos e perspectivas para a vida no território³. Tive o privilégio de participar deste evento e de documentá-lo no âmbito do projeto “Documentação das línguas Makurap e Wayoro (Brasil): cultura tradicional, material e não material, e seus conhecimentos associados”⁴. A documentação da festa cultural e do Encontro das Mulheres Makurap foi feita em conjunto com duas colegas: a também linguista Antônia Fernanda Nogueira, que fez parte do primeiro grupo de alunas que orientei na Iniciação Científica e hoje é professora da Universidade Federal do Pará, minha amiga e minha grande colaboradora acadêmica; e a pesquisadora da área dos estudos literários Mayara Guimarães, com quem estamos iniciando uma parceria acadêmica para o estudo das narrativas dos povos originários, guiada pelos sonhos que sonhamos juntas sobre como contribuir para ampliar o alcance dessas narrativas.

² Ver Betty Mindlin (1997).

³ Veja publicação sobre o evento no perfil da Associação Awanda, do povo Makurap, no Instagram @awan_da23 “1 Encontro das Mulheres Makurap – oportunizar seu protagonismo: <https://www.instagram.com/p/C-Tpc8DAdDn/?igsh=MTVzazJvcTQ5Zjl0Yg>.”

⁴ Trata-se de um projeto financiado pelo Endangered Languages Documentation program, sob o título “Documentation of the severely endangered languages Makurap and Wayoro (Brazil): material and non-material traditional culture, and its associated knowledge”.

Início este capítulo com essa breve narrativa sobre esse evento com o intuito de apresentar brevemente o trabalho de documentar e estudar as línguas dos povos originários e ao mesmo tempo introduzir alguns dos tópicos que tratarei mais adiante nas seções sobre a diversidade ameaçada e as múltiplas tarefas relacionadas ao fazer pesquisa na Amazônia, como a formação de pessoas para realizar essas múltiplas tarefas e o trabalho de pesquisa realizado coletivamente com as comunidades. Mas, sobretudo, trouxe essa narrativa para registrar a força das mulheres de todas as etnias acima mencionadas, sejam elas anciãs, jovens ou crianças. A força e o sentimento das mulheres ali presentes me marcaram profundamente, em todos os meus papéis, seja como filha, como esposa, como professora, como pesquisadora e, sobretudo, como MULHER.

O presente artigo elabora as reflexões apresentadas na mesa-redonda **“Mulheres e diversidade na linguística: caminhos e reflexões”**, organizada pela Associação Brasileira de Linguística, através da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade, por ocasião do dia Internacional das Mulheres do ano de 2023. Faço isso a partir de minha trajetória enquanto mulher amazônica de ascendência indígena, mas também negra, portuguesa e italiana, linguista, pesquisadora e estudiosa das línguas dos povos originários do Brasil. É com esse amálgama de lugares de fala e de existência que me proponho a refletir sobre a situação das línguas dos povos indígenas originários do Brasil e o fazer pesquisa na Amazônia, a partir de minha trajetória profissional, atuando na documentação, descrição, valorização, fortalecimento e revitalização dessas línguas e na formação de pesquisadoras e pesquisadores para fazer ciência na Amazônia. Sou apaixonada pela diversidade, beleza e riqueza das línguas indígenas, assim como pelos povos que as falam, com toda sua força, pujança e resistência.

2. O caminho é longo e difícil, mas não é solitário: Mulheres inspiradoras

O convite para a mesa-redonda **“Mulheres e diversidade na linguística: caminhos e reflexões”** dizia: *“Em comemoração ao mês da Mulher, vamos celebrar a diversidade na linguística brasileira! Venha passar uma noite conosco conhecendo diversas áreas da linguística e mulheres diversas, seus cotidianos, e desafios e o mais importante: suas razões para fazer Linguística no Brasil pensando na pluralidade de cor-*

pos, espaços e objetos de estudo”. Assim, com esse prisma em mente, reflito, nesta seção, sobre os caminhos percorridos e a percorrer na minha trajetória pessoal e acadêmica, para ilustrar as dificuldades e as barreiras inerentes ao percurso de uma mulher amazônida, no contexto do fazer ciência na região, destacando a minha atuação na área dos estudos das línguas indígenas do país. Para isso, trago a memória e a presença das principais mulheres que me inspiram na vida, seja através de relações pessoais e familiares seja através de exemplos de vida acadêmica e profissional. Através do destaque às pesquisadoras-linguistas que me inspiram no contexto do estudo das línguas indígenas, apresento também os desafios e as conquistas alcançadas por essas mulheres que abriram fronteiras nessa grande área de atuação dentro da linguística brasileira.

Se minha bisavó é indígena, eu também sou!

De um certo modo, posso dizer que minha história com as línguas indígenas começou bem antes de eu nascer. Embora tenha sido roubada de parte da minha história, assim como aconteceu com tantas outras pessoas no Brasil, minha ascendência indígena remonta à minha bisavó materna. O silenciamento imposto a nós, indígenas, dizimou povos, famílias e apagou vestígios. Minha bisavó materna foi raptada de sua aldeia, às margens do rio Trombetas ou de um de seus afluentes, no estado do Pará, pelo meu bisavô não indígena. Forçada a um casamento não desejado com seu raptor, ela teve cinco filhas, entre as quais, minha avó materna, Raimunda Antonia Lopes, ou simplesmente vó Lóca. Ouvi, entre cochichos proibidos, que essa bisavó, que não conheci, desistiu de viver muito cedo, infeliz na vida que foi forçada a viver. Ela recebeu o nome não indígena de Sebastiana, mesmo nome que, posteriormente, foi dado à minha mãe. Nunca soube seu verdadeiro nome, assim como nunca soube qual é o seu (e, também, o meu) povo e qual é a sua (e, também, a minha) língua. Uma possibilidade é que ela falasse uma das várias línguas da família Caribe, até hoje faladas na região do rio Trombetas e seus afluentes. Mas nunca saberei ao certo. Minha avó Lóca e minha mãe Francisca Sebastiana Lopes Moreira⁵ são as primeiras grandes referências femininas na minha vida. Ao conhecer um pouco da história de minha bisa-

⁵ Francisca Sebastiana Moreira Galúcio, após o casamento.

vó, passei também a admirá-la e a reverenciar sua vida, sua origem e sua trajetória. Meu interesse pelas línguas indígenas desde o primeiro ano do Curso de Letras na Universidade Federal do Pará, ainda que inconscientemente naquele momento, está com certeza ligado à vontade de querer conhecer mais sobre as línguas faladas na minha região de origem e na região de origem de minha bisavó materna. Para concluir a memória afetivo-familiar, fecho este parágrafo destacando outra grande referência feminina, minha companheira de vida, Nubia Guedes, com quem percorro diariamente os caminhos que simbolicamente traçamos pelos rios da Amazônia e com quem sigo aprendendo o sentido da resistência e do ser mulher neste mundo, onde precisamos defender nossos corpos e nossos espaços diariamente, inclusive nos ambientes da vida acadêmica.

O caminho é longo e difícil, mas não é solitário

A área de estudos das línguas indígenas no Brasil deve muito a grandes pesquisadoras, pioneiras e desbravadoras de caminhos. Mulheres como as saudosas Yonne Leite, Adair Pimentel Palácio e Lucy Seki. Na vida acadêmica, tive o privilégio de conviver e poder usufruir do exemplo dessas grandes mulheres, professoras, linguistas e pesquisadoras pioneiras na linguística indígena no Brasil. Conheci a professora Adair Palácio no Curso Intensivo de Linguística para línguas indígenas, em 1990, em Goiânia. Com ela, estudei fonética e fonologia, e me encantei com as nuances dos sons das diversas línguas brasileiras. Assim como a professora Adair Palácio, as professoras Yonne Leite e Lucy Seki sempre foram referência na minha vida acadêmica. A atuação dessas três linguistas foi pioneira em tantas formas, desde o estudar e seguir carreira acadêmica sendo mulheres, precisar sair do país para estudar, até o tema de seus estudos — as línguas dos povos originários. Sinto-me privilegiada de ter convivido com todas as três, em momentos diferentes de meu percurso acadêmico. Esse convívio serviu de inspiração para muitas das escolhas acadêmicas que fiz, pois, a paixão, o comprometimento e o pioneirismo delas em realizar trabalho de campo e estudar as línguas indígenas no Brasil sempre foram exemplos a serem seguidos⁶.

⁶ Para conhecer um pouco mais sobre as vidas, experiências e os feitos acadêmicos e profissionais dessas três grandes linguistas, recomendo os seguintes documentos e as

Entre as pesquisadoras das línguas indígenas que seguem atuando conosco, destaco as queridas e muito atuantes Leopoldina Araújo e Bruna Franchetto. Na Universidade Federal do Pará, conheci a professora Leopoldina Araújo, que dedicou uma vida inteira ao povo Parkatêjê⁷ e ao estudo de sua língua. Não tive o privilégio de ser sua aluna, mas tive oportunidade de aprender com ela, através de encontros, palestras e outras atividades, assim como através das experiências de seus alunos, hoje também linguistas, professores na Universidade Federal do Pará e atuantes na pesquisa das línguas indígenas: Marília de Nazaré Ferreira, Carmem Rodrigues e Sidi Facundes. A querida Bruna Franchetto foi-me apresentada pelo meu colega e grande mentor na Linguística Indígena, Dr. Denny Moore, nos idos de 1991, quando fiz minha primeira apresentação em um congresso científico, a 43a. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que ocorreu no Rio de Janeiro (Galucio, 1991; Moore e Galucio, 1994). Desde então, aprendi e aprendo muito com ela e seu trabalho de uma vida dedicada aos povos Caribe do Alto Xingu.

A história da linguística indígena no Brasil não seria a mesma sem o empenho e a dedicação dessas grandes pesquisadoras e linguistas que abriram e seguem abrindo caminhos e servem de inspiração para toda uma geração de linguistas e uma gama extensa de pesquisadoras e pesquisadores dedicados a documentar e estudar as línguas e culturas indígenas. Não poderíamos fazer o que fazemos hoje nessa área se não tivéssemos tido o exemplo e a força desbravadora dessas mulheres.

Em toda a minha vida acadêmica, tenho tido a honra e o privilégio de conviver com muitas outras mulheres, seja na linguística, seja em outras áreas do saber, nas duas instituições nas quais atuo como pesquisadora e professora: o Museu Paraense Emílio Goeldi, minha casa de ciência, onde iniciei os estudos das línguas indígenas de Rondônia, como bolsista de Iniciação Científica, sob a supervisão do Dr. Denny Moore, e a Universidade Federal do Pará, onde me formei em Licenciatura em Língua e Literatura (Português e Francês)

referências lá citadas: “Yonne de Freitas Leite: a linguista de paixão infinda” (Franchetto e Vieira, 2013), “Relembrando Yonne Leite: um blog em homenagem à saudosa linguista” (<https://yonneleite.tumblr.com/>), “Adair Pimentel Palácio: linguista, indigenista, humanista” (da Costa, 2022), “Lucy Seki e o indigenismo” (<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/amazonia/amaz7.htm>), a entrevista com a professora Lucy Seki publicada na Revista Linguística (Nevins, 2017) e o seu perfil no site da Etnolinguística: <http://www.etnolinguistica.org/lucy>.

⁷ Também conhecido como Gavião do Pará.

e hoje sou professora do Programa de Pós-graduação em Letras. As mulheres linguistas da minha geração, com quem convivo e aprendo cotidianamente e em quem também me espelho para seguir produzindo ciência e formando novos profissionais, são muitas e atuam em diversas instituições do país e do exterior. Entre elas, destaco a professora e linguista Luciana Storto, que desde os primeiros anos de convivência como bolsistas de linguística no Museu Paraense Emílio Goeldi, no início da década de 1990, me inspira e me incita a sempre investigar um pouco mais e com quem tenho tido o privilégio de compartilhar descobertas acadêmicas e a formação de jovens pesquisadoras das línguas do país. Neste rol de figuras femininas inspiradoras no contexto dos estudos das línguas indígenas no país, destaco ainda minhas (ex)-alunas e (ex)-orientandas que compõem o caleidoscópio multicolor e plural de pessoas através do qual buscamos contribuir para a documentação, descrição, valorização, fortalecimento e revitalização das línguas dos povos originários do país e para a formação de pesquisadoras e pesquisadores para fazer ciência na Amazônia.

Para que todas as mães se reconheçam: matriarcas do povo Sakurabiat

Na área dos estudos das línguas indígenas, um dos grandes desafios é a pesquisa de campo. Essa é uma das nuances do fazer ciência na Amazônia que enseja dificuldades de diversas ordens. Há as dificuldades de ordem financeira (é caro fazer pesquisa de campo na região), de locomoção (longas e cansativas viagens terrestres, fluviais e aéreas), do trabalho solitário (muitas vezes as viagens de campo são individuais devido ao custo de cada viagem), do machismo e da misoginia presentes na sociedade e que pesam sobre nós pesquisadoras, e tantos outros tipos de dificuldades. Mas há também diversos fatores positivos, entre estes destaco o acolhimento e os ensinamentos das pessoas nas comunidades visitadas. Não há nada mais gratificante para mim, como pesquisadora que me sentir acolhida no seio de uma família, de um povo.

Minha primeira experiência de pesquisa de campo com línguas indígenas se deu em 1994, na Terra Indígena Rio Mequéns, Rondônia, com o povo Sakurabiat (ou Sakyrabiar). Então com 22 anos de idade, eu vivenciei pela primeira vez as dificuldades para realizar pesquisa de campo. As dificuldades me ensinaram muito, porém foi o acolhimento

que me fez querer continuar. Fui recebida de modo muito afetuoso pelas quatro anciãs que eram as lideranças femininas mais idosas desse povo naquela época e por elas fui tratada como uma neta: D. Iracema Sakyrabiar, D. Vicência Sakyrabiar, D. Luzia Sakyrabiar e D. Mercedes Guaratira. D. Vicência Sakyrabiar, logo no primeiro encontro me perguntou qual era meu povo, minha “tribo”. Respondi a ela que minha “tribo” era do estado do Pará, mas que eu não sabia dizer o nome. Sem questionar, ela apenas me disse: “tá bom, então você é índia do Pará”. Foi a primeira vez que me senti e me vi indígena e igual pelos olhos de outra indígena. Esse reconhecimento, antes mesmo de eu me reconhecer como indígena, foi libertador e ajudou a formar a cientista que sou hoje. Essa primeira experiência, mesmo com todas as dificuldades que vivenciei, foi também decisiva para que decidisse seguir meu percurso profissional e acadêmico atuando na documentação e estudo das línguas indígenas.

Todas as quatro já nos deixaram, fizeram o caminho de volta e voltaram a ser espírito. Elas, que foram sempre vozes de resistência, guardiãs do conhecimento e da língua tradicional de seu povo, seguem sendo presenças marcantes na minha vida, como inspiração para o trabalho e para a tarefa de promover a valorização e a revitalização das línguas dos povos originários. Como relatei em Galucio (2020, p. 101-102),

essas quatro mulheres, matriarcas do povo Sakurabiat, foram vozes de resistência, desde os primeiros contatos com não indígenas, quando seu povo foi levado a trabalhar nos seringais e proibido de falar sua língua originária, até os anos recentes, quando enfrentaram epidemias de doenças contra as quais não tinham como lutar e perderam muitos parentes, enfrentaram invasões de suas terras por madeireiros e, nessa luta, para a qual também não estavam preparadas, perderam alguns de seus filhos mais aguerridos. Elas também foram as guardiãs de sua língua originária, a língua que aprenderam com seus avós, assim como as histórias da poética de seu povo. Foram elas que garantiram a transmissão da língua até quando não puderam mais e a língua deixou de ser aprendida pelas novas gerações.

Assim como as matriarcas do povo Sakurabiat, na minha trajetória profissional tenho encontrado outras mulheres indígenas com as quais aprendo sobre suas línguas, mas também sobre suas vidas, suas culturas, suas famílias e sobre mim mesma, sobre o que me faz ser

e existir neste mundo, como mulher e como pesquisadora-linguista. Menciono algumas, dentre as muitas dessas mulheres: Rosalina Guaratira, minha professora da variedade Guaratira da língua Sakurabiat; Margarete Sakyrabiar (*in memoriam*) e sua filha Lidia Sakyrabiar, grandes incentivadoras e apoiadoras na Terra Indígena Rio Mequéns; Emília Puruborá (*in memoriam*) sua filha a cacica Hosana Puruborá e suas sobrinhas e netas; Isaura Makurap e suas filhas Margarida, Iracema, Iraci e Marisa, sua nora Nilzete, suas netas e bisnetas e as esposas de seus netos; D. Tereza Djeoromitxi e sua família; D. Tereza Makurap e suas filhas Telma Makurap e Dariete Makurap; Tania Kanoe e suas filhas Maria Jesabel Kanoe Kujubim e Patxiare Kujubim e tantas outras mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé.

3. As tarefas são muitas e só podem ser conduzidas e avançar se forem feitas coletivamente (Yonne Leite)

Trago esta fala da saudosa professora Yonne Leite, para introduzir a questão das necessidades e desafios que se colocam para a comunidade de linguistas frente à situação das línguas dos povos originários do país. Quando se fala em diversidade linguística no mundo, o Brasil se destaca como um dos países mais diversos, não tanto pelo número de línguas aqui faladas, embora seja um número considerável, mas principalmente pelo número de famílias linguísticas diferentes encontradas no país. Apesar da predominância do Português, que é hoje falado pela quase totalidade da população em suas diversas variedades, fala-se no Brasil também línguas de imigração, línguas de sinais, línguas de origem africana usadas em determinados contextos rituais e as línguas dos povos originários (faladas e sinalizadas).

Tratando especificamente das línguas dos povos originários, devido à situação atual de ameaça à sua vitalidade, conhecer quais são essas línguas e qual a situação real de cada uma delas é uma tarefa urgente e necessária. Porém existe ainda grande dificuldade em estabelecer o número exato das línguas originárias no Brasil, pois em vários levantamentos tende a ocorrer certa confusão entre nomes de línguas e variedades dialetais, de grupos e subgrupos étnicos. Nos últimos censos nacionais, realizados em 2010 e 2022, foi incluída a pergunta sobre a língua falada por pessoas que se identificaram como indígenas. Como resultado houve um aumento no número de línguas

indígenas autodeclaradas. No Censo de 2010, divulgado em 2012, foram listadas 274 línguas⁸.

A autoidentificação da língua falada pelas pessoas que se declararam indígenas teve o efeito de também incluir no mapa linguístico do país as línguas de memória e as línguas em retomada, o que deu uma dimensão maior do que o número de línguas identificadas por critérios estritamente linguísticos. Essa é uma das razões da diferença entre o número de línguas apontadas no censo de 2010 e o número de línguas identificadas nos estudos linguísticos atuais que apontam um total entre o mínimo de 150 e máximo de 170 línguas indígenas faladas no Brasil atualmente (Moore *et al.*, 2008; Moore, 2011; D'Angelis 2014). Considerando os critérios de inteligibilidade mútua como indicador de variedade dialetal, Moore e colegas (2008) contabilizaram 154 línguas indígenas faladas no país. Neste cômputo, não estão contabilizadas as variedades dialetais de uma mesma língua ou línguas para as quais não havia registro de falantes. Mas sabemos que esse número poderá ser sensivelmente maior, ao se considerar as línguas dos povos sem contato com a sociedade não-indígena e/ou as línguas que estão em processo de retomada no país.

Por um lado, a concepção do que é uma língua e suas variedades para cada povo envolve critérios políticos, culturais e de resistência que vão além dos critérios estritamente linguísticos e que não podem deixar de ser considerados. Por outro lado, informações baseadas em critérios linguísticos são importantes para que se tenha um diagnóstico da realidade do país em termos da ameaça à diversidade e para que não seja superestimado o número de línguas, o que poderia ter o efeito de subestimar a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas para a efetiva proteção e promoção de todas as línguas e, em especial, daquelas em maior vulnerabilidade.

Além do número de línguas nativas, a amplitude da diversidade linguística do país também se dá pela diferenciação genealógica das línguas. Temos no país pelo menos 15 famílias linguísticas distintas, além de 07 línguas isoladas, isto é, línguas para as quais não se conhece nenhuma outra língua relacionada. A Amazônia brasileira, onde atuo como pesquisadora e professora, concentra mais de cem línguas indígenas, quantitativo que representa cerca de dois terços das

⁸ Até o momento da publicação deste artigo, não possuímos informação sobre os dados relativos ao número de línguas indígenas reportadas no Censo de 2022.

línguas faladas no país. Em alguns estados da Amazônia, como Rondônia e Pará, por exemplo, falam-se mais línguas do que em toda a Europa Ocidental. Em Rondônia são faladas pelo menos 26 línguas distintas, sem contar as variedades de uma mesma língua e as línguas de povos residentes em outros estados do país, mas que mantêm pequenos grupos ou aldeias no estado, como os Apurinã, originalmente localizados no estado do Acre, mas que possuem pequenos grupos em Rondônia. Além do número de línguas, o Estado de Rondônia destaca-se pela diversidade de famílias linguísticas representadas. São 05 famílias distintas (Chapacura, Macro-Jê, Nambiquara, Pano e Tupi) e 03 línguas isoladas (Aikanã, Kanoé e Kwazá), além de haver um número relativamente grande de grupos indígenas sem contato, possivelmente 15, cujas línguas ainda não foram identificadas. Da mesma forma, o estado do Pará reúne atualmente pelo menos 25 línguas de povos historicamente localizados no estado, além de outros povos que migraram para o estado mais recentemente, como os Warao, vindos do país vizinho da Venezuela, e povos originalmente localizados em outros estados, que também possuem grupos populacionais vivendo no Pará.

Entretanto, esta rica diversidade de povos, culturas e línguas encontra-se seriamente ameaçada, como resultado de um gigantesco processo histórico de silenciamento e morte que perdura desde a chegada dos primeiros estrangeiros. Diversos fatores, tais como guerras, genocídios, doenças, marginalização social, repressão política e cultural, urbanização e as mudanças daí advindas têm atentado contra a vida dos povos e suas línguas, seja de forma direta ou indireta. De modo que essa diversidade, apesar de impressionante, representa somente uma pequena fração da totalidade de povos e línguas presentes no atual território brasileiro, à época da chegada dos colonizadores europeus. Calcula-se que mais de 80% das línguas faladas no país tenham desaparecido desde então, muitas delas sem deixar nenhum registro (Rodrigues, 1993).

A perda da diversidade linguística é somente mais um efeito do gigantesco processo de silenciamento e morte de povos e culturas. No levantamento publicado por Moore e colegas (2008), os autores informam que já naquele ano, a grande maioria das línguas indígenas ainda faladas no Brasil possuía menos de 1.000 falantes e cerca de 25% possuía no máximo 50 falantes. De modo geral, essa situação agravou-se nos últimos anos, considerando que línguas como Sakurabiat, que contava com cerca de 30 falantes à época deste levantamento,

hoje conta com menos de uma dúzia de falantes plenos. Do mesmo modo, outras línguas de Rondônia também sofreram drástica redução de seus falantes nos últimos anos. Por exemplo, as línguas Wayoro e Puruborá possuem somente um ou dois falantes e a língua Kanoé no máximo três ou quatro falantes. A situação dessas três línguas é o resultado da história de violência e discriminação sofrida por esses três povos e que ainda continua até os dias atuais⁹. Em todos esses casos, a transmissão da língua para as novas gerações foi interrompida há algumas décadas, resultando na redução e ao mesmo tempo no envelhecimento dos falantes, uma vez que o uso da língua fica geralmente restrito aos idosos.

A situação de vulnerabilidade e ameaça enfrentada por grande parte das línguas indígenas inclui baixa vitalidade, número reduzido de falantes, quebra de transmissão intergeracional e redução de espaços de uso. Considere o caso da língua Makurap, com a qual abri este texto. A língua Makurap, uma das cinco línguas do ramo Tupari, da grande família linguística Tupi, já teve milhares de falantes, inclusive pessoas de outras etnias, a ponto de ser considerada uma língua franca na região dos rios Branco e Guaporé. Porém, atualmente possui algo entre 30 e 50 falantes plenos, distribuídos em diversas aldeias. Todos acima de 30 anos de idade.

Mas por que a situação de perda da diversidade linguística deveria nos preocupar enquanto linguistas? Apesar de acreditar que esta questão é evidente e que não precisamos mais sermos convencidos que a diversidade é muito mais importante para a humanidade do que a ausência da mesma (ver, por exemplo, Krauss 1992, Maffi 2001, Loh e Harmon 2014), não posso prescindir de realçar a magnitude da tarefa que se impõe para nós enquanto linguistas.

O estudo de todas as línguas é importante, sendo esse o foco de nossa atuação enquanto cientistas da linguagem. No caso das línguas indígenas do país, há que se destacar a necessidade de estudos sobre elas. Ainda no levantamento de 2008, Moore e colegas (2008) informam que pelo menos 20% das línguas conhecidas ainda não haviam sido documentadas e/ou estudadas de forma sistemática até aquele momento. Essa situação tem mudado ao longo dos últimos anos, com várias línguas sendo estudadas por pesquisadores indígenas e não in-

⁹ Veja Oliveira Neto (2020), para um relato sobre a situação de violência sofrida pelos Puruborá e o processo de retomada da língua em curso na aldeia Aperoí.

dígenas, em diversas instituições de pesquisa e universidades brasileiras e de fora do país. Porém, ainda há sérias lacunas no conhecimento dessas línguas e não se pode deixar de considerar que o pouco conhecimento agrava as consequências da perda linguística e cultural.

Aliada à ação dos pesquisadores, faz-se necessário também a ação do Estado, com políticas públicas voltadas para a valorização das línguas indígenas. Para valorizar é necessário conhecer. Em 2010, foi instituído como política pública no Brasil o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que tem como um dos objetivos mapear a situação das línguas em todas as regiões do país. Entretanto, esse inventário ainda não foi realizado de forma sistemática para todas as regiões e ainda há uma grande lacuna de informações. Como indicado acima, mesmo o número exato de línguas indígenas faladas no país ainda não é 100% conhecido.

Para o estabelecimento de políticas públicas adequadas para cada região do país é necessário conhecer a situação das línguas de forma objetiva. É extremamente urgente conhecer a realidade das línguas brasileiras, em todos os seus aspectos, ou seja, entender o grau de vitalidade de cada língua, número exato de falantes por faixas etárias, graus de fluência entre os falantes, situação dos espaços de uso nas comunidades, ameaças identificadas à sua vitalidade, situação de uso das línguas nas escolas etc. Essas informações contribuirão para o planejamento efetivo de ações voltadas para a proteção e promoção das línguas, como mencionado anteriormente. Por exemplo, no levantamento sociolinguístico de 25 etnias do Estado de Rondônia, realizado para o INDL (Galucio et al, 2018), a necessidade número 01 identificada pelos povos de Rondônia foi a revisão e/ou correção dos sistemas ortográficos (ortografias) propostos para as suas línguas. Em segundo lugar, foi apontada a necessidade de documentação das línguas. Isso mostra como o estabelecimento de ortografias para as línguas indígenas sem o devido estudo e compreensão da situação de cada língua pode ser prejudicial e mostra também como os povos originários estão atentos e preocupados com a situação de vulnerabilidade e falta de vitalidade de suas línguas tradicionais.

Para exemplificar como a língua também faz parte da identidade dos falantes e do ecossistema onde vivem, trago um breve relato sobre os anseios do povo Krepymkratejê, da região de Itaipava do Grajá, no Maranhão. Como membro da Comissão de Línguas Indígenas da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) tive oportunidade

de participar de uma reunião, em julho de 2024, com três jovens do povo Krepymkratejê e conversar sobre seu interesse em realizar documentação emergencial da sua língua, que consideram adormecida por possuir apenas três a quatro pessoas idosas que ainda a dominam. Nesse contexto, eles procuraram ajuda de professores e linguistas para desenvolver ações de documentação e planejamento visando à revitalização da língua. Durante o encontro, ressaltaram a necessidade de fortalecer a língua materna, que consideram ser o bem mais precioso do povo, para fortalecer a luta dentro do território. Segundo destacou a jovem liderança Rhewaa Krepymkratejê, o processo de colonização do povo quase os levou à extinção e deixou rastros irreparáveis, um deles sendo a perda da língua materna. Para ela, a vontade de documentação e revitalização da língua está intrinsecamente relacionada à vida do povo, pois, eles estão “buscando resgatar a língua materna para que o povo possa mais uma vez sonhar”.

A diversidade ameaçada funciona como motivação, mas também traz desafios para a documentação linguística e cultural. Em linhas gerais, a documentação linguística se estabeleceu como disciplina dentro da área dos estudos linguísticos e tem se desenvolvido ao redor do mundo, incluindo o Brasil. O foco principal da disciplina é realizar o registro duradouro e multiuso de uma língua em todos os seus aspectos, através da compilação de um conjunto abrangente de dados primários (Himmelman, 1998, 2006), os quais devem ser arquivados em acervos permanentes, seguros e acessíveis.

Considerando a situação atual das línguas indígenas, é de vital importância realizar a documentação e o estudo das línguas ainda em uso, bem como promover seu fortalecimento e vitalização. Nesse sentido, a Área de Linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi¹⁰ desenvolve, desde o final da década de 1980, um programa voltado para a documentação das línguas e culturas dos povos originários da Amazônia. Este programa, que foi coordenado durante vários anos pelo Dr. Denny Moore, é baseado em cinco pilares: documentação sistemática das línguas e culturas indígenas, especialmente através de projetos de base comunitária¹¹, desenvolvimento de estudos e descrições linguísticas, capacitação de pesquisadores indígenas e não-indígenas em téc-

¹⁰ <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br>

¹¹ Projetos realizados dentro de uma abordagem colaborativa na qual pesquisadores e os membros das comunidades atuam de maneira equitativa em todas as fases e aspectos do projeto, desde sua concepção, definição de metas e desenvolvimento.

nicas de documentação, arquivamento digital para as línguas indígenas e fortalecimento das práticas culturais dos povos indígenas.

Através deste programa, o Museu Goeldi tem contribuído para a documentação de diversas línguas da Amazônia, para a formação de pesquisadores indígenas e não-indígenas e para a criação de um arquivo permanente para as línguas indígenas. Com esse objetivo, estabelecemos o ALIM-Arquivo de línguas Indígenas do Museu Goeldi, que conta atualmente com registros de 85 línguas dos povos originários do Brasil. Os materiais presentes no ALIM têm sido usados por pesquisadores indígenas e não-indígenas para a produção de recursos voltados para o fortalecimento das línguas e culturas, como a criação de dicionários multimídia para a aprendizagem de línguas indígenas¹². O único outro arquivo semelhante existente no Brasil atualmente encontra-se no Museu dos Povos Indígenas e foi construído no âmbito do Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (ProdocLin), coordenado durante vários anos pela Dra. Bruna Franchetto e desenvolvido em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para ilustrar a tarefa de documentar as línguas indígenas e o fazer pesquisa na Amazônia, gostaria de concluir esta seção apresentando brevemente o projeto de base comunitária intitulado “Documentação das línguas Makurap e Wayoro (Brasil): cultura tradicional, material e não material, e seus conhecimentos associados”¹³, iniciado em 2023, através do qual estamos realizando a documentação sistemática dessas duas línguas do ramo Tupari da família Tupi. Trata-se de duas línguas severamente ameaçadas, faladas no estado de Rondônia. Iniciamos o projeto com uma oficina de documentação para jovens indígenas da Terra Indígena Rio Guaporé, na aldeia Ricardo Franco. A oficina incluiu aulas teóricas e práticas sobre todo o processo de documentação, capacitando os participantes com os conhecimentos necessários para registrar os aspectos culturais e eventos comunicativos que considerassem importantes documentar. A partir

¹² Disponíveis no Portal do Museu Paraense Emílio Goeldi <https://dicionarios.museu-goeldi.br/>.

¹³ Projeto conduzido por Ana Vilacy Galucio, Antonia Nogueira e Carla Costa, em parceria com os povos Makurap e Wajuru, da Terra Indígena Rio Guaporé, e financiado pelo Endangered Language Documentation Program. Veja informações sobre o projeto e as coleções sendo produzidas para cada língua em <https://www.elararchive.org/dk0679/> e <https://www.elararchive.org/dk0756>.

dessa capacitação, e seguindo os pressupostos da disciplina de documentação linguística (Himmelmann, 2006, Franchetto e Rice, 2014), estamos produzindo registros em vídeos e áudios de eventos comunicativos envolvendo as duas línguas, a partir dos quais estão sendo construídas bases de dados digitais com anotações (transcrições e metadados sobre os dados primários). O escopo do projeto é definido com e pelas comunidades. Entre os tópicos escolhidos para a documentação estão os gêneros musicais, aspectos da cosmologia, incluindo narrativas sobre a origem dos seres e das coisas, a história recente e de contato com não-indígenas, comidas tradicionais, processos de produção de itens específicos da cultura etc. Além do corpus de material em áudio e vídeo, os resultados do projeto de documentação incluem produtos voltados para aprendizagem e vitalização das línguas, como dicionários multimídia.

Através desse projeto temos visto evidências de que a documentação linguístico-cultural promove motivação para os jovens terem vontade de conhecer mais sobre sua própria cultura e também promove interação entre as gerações. Os idosos, que são os conhecedores ou sabedores da cultura tradicional, participam junto com os jovens contando e explicando as informações relevantes. Jociclei Makurap, um jovem de 31 anos de idade, é um dos mais jovens, se não o mais jovem, falante pleno da língua Makurap na TI Rio Guaporé. Ele é um dos pesquisadores mais ativos no projeto de documentação da sua língua e cultura e tem nos relatado que seu interesse em participar do projeto tem dois objetivos principais: gravar e documentar para que as pessoas conheçam a sua cultura e, ao mesmo tempo, aprender mais, pois quando grava informações, eventos, músicas etc. com seus parentes mais idosos, ele aprende sobre sua própria língua e cultura.

A documentação de base comunitária tem um efeito também de promover a vontade de revitalizar, à medida que evidencia a riqueza dos conhecimentos tradicionais. No início do segundo semestre de 2024, a comunidade Makurap da Aldeia Ricardo Franco decidiu iniciar um projeto autônomo de revitalização da língua Makurap. Para isso, convidaram o jovem Jociclei Makurap para ensinar a língua¹⁴. As aulas acontecem em uma maloca ou chapéu, como é chamado localmente esse tipo

¹⁴ Veja publicação sobre essa iniciativa no perfil da Associação Awanda, do povo Makurap, no Instagram @awan_da23 “iniciativa de ensinar a língua tradicional do povo Makurap: https://www.instagram.com/p/C9dxAaLg6_P/?igsh=Y2l3bXJ3bWg4ODVy.”

de construção tradicional redonda, coberto de palha, que foi construída pela comunidade no processo de fortalecimento da cultura tradicional.

Essa experiência está ainda no início, mas a expectativa é que consigam aprender a falar e criar espaços de uso para a língua tradicional do povo. Algumas experiências nesse sentido já estão acontecendo na comunidade. Durante o I Encontro das Mulheres Makurap, descrito brevemente na introdução deste capítulo, o cacique dos Makurap, Sr. Rivelino Makurap, fez sua saudação inicial em língua Makurap. Seu aprendizado se deu a partir das aulas de revitalização da língua, pois ele representa a geração dos filhos cujos pais eram/são falantes das línguas tradicionais de seus povos, mas eles mesmos não as aprenderam. O professor Jociclei Makurap, mais jovem que o cacique Rivelino, aprendeu a língua com sua avó materna e atualmente tem a função de transmiti-la no processo de revitalização comunitário. Assim, vimos como a documentação também tem o efeito de despertar a consciência das gerações jovens com relação à cultura e reforçar a relação do tradicional com o novo, estabelecendo vínculos de mestre-aprendiz independentemente da idade geracional. A força transformadora dessas ações somente poderá ser avaliada no futuro, mas, desde o presente, podemos testemunhar o efeito poderoso e revigorante de valorizar e fortalecer a cultura e a língua de um povo.

4. Considerações finais: “As línguas são veículos das nossas culturas, nossa memória coletiva e nossos valores” (UNESCO)

À guisa de conclusão, destaco, com base em minha experiência de pesquisa na Amazônia, que a documentação linguística e cultural contribui para a manutenção, o fortalecimento e até mesmo a revitalização do patrimônio cultural e linguístico. Assim, reafirmo a importância do fazer pesquisa linguística na Amazônia com foco nas línguas indígenas, buscando integrar documentação, descrição e revitalização de línguas. Os projetos de documentação linguística têm o efeito de também promover a valorização e o resgate de conhecimentos associados à cultura material e imaterial. A realização de projetos definidos e desenvolvidos em conjunto com as comunidades é essencial para que atendam aos anseios do povo. Como descrito na seção anterior, no caso do projeto de documentação das línguas Makurap e Wayoro, a escolha dos tópicos a serem documentados reflete claramente a importância dada pelas comunidades para os aspectos da cultura mate-

rial e imaterial que desejam registrar, pois a documentação também atende ao objetivo de aprender e/ou reforçar seu uso.

Retomando a máxima da seção anterior “*As tarefas são muitas e só podem ser feitas e avançar se pensadas coletivamente.*”, gostaria de mencionar o trabalho belíssimo coordenado por mulheres indígenas, no contexto da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), instituída pela UNESCO (2022 a 2032). A DILI, instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, ao final do Ano Internacional das Línguas Indígenas, visa chamar a atenção para a situação das línguas minoritárias em todo o mundo e contribuir para a promoção de ações direcionadas ao seu reconhecimento, valorização e manutenção. No Brasil, como em vários lugares do mundo, os povos indígenas têm assumido o protagonismo de iniciativas no contexto da DILI, inspirados pelo lema que norteia as ações da DILI: “Nada para nós sem nós”¹⁵.

O trabalho relativo à Década Internacional das Línguas Indígenas aqui no país tem protagonismo indígena, em um levante coordenado por representantes dos povos indígenas das cinco regiões do país e suas respectivas organizações, sob a liderança de uma equipe de mulheres indígenas extraordinárias, entre as quais encontram-se a Dra. Altaci Rubim, Dra Sâmela Meireles, Ms. Anari Bomfim, Dra. Márcia Nascimento, Ms. Txâma Xambé, Ms. Vanessa Sagica e tantas outras. Tenho a honra de participar do Grupo de Trabalho (GT) Nacional da Década das Línguas Indígenas que reúne pessoas indígenas e não indígenas, universidades, institutos de pesquisa e diversas outras organizações, para refletir e trabalhar em parceria buscando construir um plano de ação nacional para a vitalidade das línguas dos povos originários (Rubim *et al.*, 2022). Entre as várias ações em curso no âmbito do GT da Década, como é conhecido este grupo, está um amplo levantamento, a partir das informações dos povos indígenas e seus interlocutores sobre a situação atual das línguas originárias do país. Esse levantamento é essencial para que se possa ter um diagnóstico preciso da situação das línguas e, assim, planejar ações concretas para cada caso.

Conhecer as línguas de nossos parentes indígenas e contribuir para sua vitalidade e manutenção é essencial. Se ainda existem línguas não documentadas e não estudadas e, se, ainda por cima, essas

¹⁵ Ver mais informações em <https://es.unesco.org/news/declaracion-pinos-chapoltepek-sienta-bases-planificacion-global-del-decenio-internacional>.

línguas estão ameaçadas, é nossa tarefa enquanto pesquisadores, estudiosos da linguagem investir no seu estudo e documentação e investir na formação de uma nova geração de pesquisadoras e pesquisadores para essa área.

Para concluir, destaco também os processos de retomada e (re)vitalização linguística em curso no país, em sua grande maioria conduzidos por iniciativa dos próprios povos indígenas. Entre essas iniciativas, coordenadas por pesquisadores dos respectivos povos, em suas próprias comunidades, podemos citar a retomada da língua Patxohã (Bomfim, 2017), Kainkang (Nascimento, 2017, 2019), Koka-ma (Rubim, 2020) e Puruborá (Oliveira Neto, 2020), entre outras¹⁶. A construção de uma política pública voltada para a revitalização de línguas é uma necessidade premente que precisa entrar na pauta das discussões relacionadas à situação e vitalidade das línguas dos povos originários no país.

Embora a ação da comunidade acadêmica não seja suficiente para reverter a situação atual de perda da vitalidade das línguas, como linguistas, temos a enorme tarefa de documentar e estudar as línguas indígenas e, junto com essa tarefa, ajudar a promover o seu fortalecimento para que continuem vivas. E para ter vida, a língua precisa ser valorizada e reconhecida como fator importante para a comunidade. Para que isso aconteça, precisamos pensar no conjunto do ecossistema da língua ou na ecologia da língua que poderia favorecer essa atitude, considerando que a vitalidade das línguas está necessariamente associada aos interesses e atividades socioeconômicos de seus falantes. Por exemplo, ao discutir a ecologia que levou ao desaparecimento de centenas de línguas nativas na América do Norte em comparação com uma menor proporção de perda de línguas na América Latina, Mufwene (2004) chama atenção para o fato de que as “mudanças no habitat e nas atividades econômicas de uma população afetam a vitalidade da

¹⁶ Para um panorama de outras iniciativas no país relacionadas à revitalização e fortalecimento das línguas originárias, ver os três números da Revista Cadernos de Linguística da ABRALIN que trazem uma coletânea dos trabalhos apresentados no I e no II Seminário Viva Língua Viva, ocorridos em 2019 e 2022, respectivamente. Cadernos de Linguística volume 1, número 3(2020), Cadernos de Linguística volume 4, número 2 (2023), Cadernos de Linguística volume 5, número 1 (2024), acessíveis, respectivamente, em <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/issue/view/4>, <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/issue/view/18> e <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/issue/view/16>.

sua língua e cultura, à medida que os seus membros se adaptam a novos estilos de vida”(Mufwene, 2004, p. 211).¹⁷

Atentarmos para essas questões é fundamental. Se queremos nossas línguas VIVAS, precisamos, enquanto comunidade acadêmica, estarmos atentos à vida dos povos que as falam. Para isso, não podemos prescindir também de atuar na defesa dos territórios indígenas e na busca de alternativas econômicas sustentáveis para a manutenção da vida e da cultura dos povos originários, seja nos territórios tradicionais seja nos espaços urbanos. É preciso que haja condições socioeconômicas que garantam espaços de uso e novos usos para as línguas. Línguas silenciadas, nunca mais! Por todas as Línguas Vivas!

Referências

- BOMFIM, Anari Braz. **Patxohã**: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 303-327, jan. 2017.
- DA COSTA, Januacele F. **Adair Pimentel Palácio**: linguista, indigenista, humanista. In: CARVALHO, D. S.; FREITAG, RAQUEL M. K. (Org.). *Linguística no feminino: vozes femininas que fizeram a linguística no Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da Abralin, p. 129-155, 2022. Disponível em <https://editora.abralin.org/wp-content/uploads/2022/12/Linguistica-no-feminino-129-155.pdf> Acesso em 20 Aug., 2024.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas Indígenas no Brasil**: urgência de ações para que sobrevivam. In: BOMFIM, Anari Braz Bomfim; DA COSTA, Francisco Vanderlei F. (Org.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA, p. 93-117, 2014.
- FRANCHETTO, Bruna; K. RICE. **Language Documentation in the Americas**. *Language Documentation and Conservation*, v. 8, p. 251-261, 2014.
- FRANCHETTO, Bruna; Cassio Leite Vieira. **Yonne de Freitas Leite**: a linguista de paixão infinda. *Ciência Hoje*, Vol. 50, 300, p. 62-68, 2013. Disponível em https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Afranchetto-vieira-2013/Perfil_Yonne_Leite_Ciencia_Hoje_2013.pdf. Acesso em: 20 aug. 2024.
- GALUCIO, Ana Vilacy. **Línguas silenciadas, nenhuma a mais!** In: *Revista X*, v.15, n.4, p. 99-106, 2020.
- GALUCIO, Ana Vilacy. **Reconstrução preliminar do Proto-Tupari**. In: *Anais da 43a. Reunião Anual da SBPC, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro*, 1991.
- GALUCIO, Ana Vilacy; Denny Moore; Hein V. D. Voort. **O patrimônio linguístico do Brasil**: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, p. 195-221, 2018.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. **Documentary and descriptive linguistics**. *Linguistics*, n. 6, p.161-95, 1998. DOI: 10.1515/ling.1998.36.1.161.

¹⁷ Deforestation has made obvious the fact that changes in the habitat and economic activities of a population bear on the vitality of its language and culture, as its members adapt to new lifestyles ((Mufwene, 2004, p. 211).

- HIMMELMANN, Nikolaus P. *et al.* **Language documentation: What is it and what is it good for.** In: GIPPERT, Jost et al. (Ed.). *Essentials of language documentation.* Berlin: Mouton de Gruyter. v. 178, n. 1, 2006.
- KRAUSS, Michael. **The world's languages in crisis.** *Language.* n. 68 (1), 4–10, 1992.
- LOH, Jonathan e David Harmon. **Biocultural diversity: threatened species, endangered languages.** Zeist: WWF, 2014.
- MAFFI, Luisa (org.). **On biocultural diversity: linking language, knowledge and the environment.** Washington: Smithsonian, 2001.
- MALDI, Denise. **O complexo cultural do Marico:** sociedades indígenas nos Rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 7, n. 1, p. 209-269, dez. 1991. (Série Antropologia).
- MINDLIN, Betty, e narradores indígenas. **Moqueca de maridos:** mitos eróticos. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.
- MOORE, Denny. **As Línguas indígenas no Brasil hoje.** In: H. Mello; C. Altenhofen; T. Raso. (Org.). *Os Contatos linguísticos no Brasil.* 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 217-240, 2011.
- MOORE, Denny; Ana Vilacy Galúcio; Nilson Gabas Jr.. **Desafio de documentar e preservar línguas.** *Scientific American Brasil. Edição Especial.* v. 3, p. 36-43, 2008.
- MOORE, Denny; Ana Vilacy Galúcio. **Reconstruction of Proto-Tupari consonant and vowels.** In: Summer meeting of the Society for the Study of Indigenous Languages of Americas, Columbus, OH. *Proceedings of the Summer Meeting of the Society for the Study of Indigenous Languages of Americas*, v. 1. p. 119-137, 1993.
- NASCIMENTO, Márcia. **Revitalização e ensino de línguas indígenas no Brasil.** In: Magali Mendes de Menezes; Carlos Eduardo Sperg; Alessandra de Oliveira Petri; Wagner Machado da Silva; Olívia de Andrade Soares. (Org.). *In: Direitos Humanos em Debate: educação e marcadores sociais da diferença.* 1ed. Porto Alegre: Cirkula, v. 01, p. 49-, 2019.
- MUFWENE, SALIKOKO. **Language Birth and Death.** In: *Annual Review of Anthropology.* Vol. 33, pp. 201–222, 2004. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.33.070203.143852>
- NASCIMENTO, Márcia.; M. Maia; C. Whan. **Kanhgág ṽ jagfe** - ninho de língua e cultura kaingang na terra indígena Nonoai (RS): uma proposta de diálogo intercultural com o povo Māori da Nova Zelândia. In: *Revista Linguística*, v. 13, p. 367-383, 2017.
- NETO, Mário O. **Revitalization and teaching of the Puruborá language.** In: *CADERNOS de Linguística, [S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 01–16, 2020. Disponível em: <https://cader-nos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/246>. Acesso em: 18 aug. 2024.
- NEVINS, Andrew. Lucy Seki. **Educação e Revitalização Linguísticas.** In: *Revista Linguística.* v. 13 n. 1, 2017.
- RODRIGUES, Aryon D. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas.** In: *DELTA*, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993. Republicado como Rodrigues, A. D. (2019). *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada*, 9(1). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>
- RUBIM, Altaci Corrêa. **A vitalização da língua Kokama além das fronteiras entre o Brasil e Peru.** In: *Cadernos de Linguística*, v. 1, p. 01-18, 2020.
- RUBIM, Altaci Corrêa; Sâmela Ramos da Silva Meirelles; Anari Braz Bomfim. **Déca-da internacional das línguas indígenas no Brasil:** o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. In: *Working papers em linguística* (online), v. 23 (2), p. 154-177, 2022. Disponível em <http://doi.org/10.5007/1984-8420.2022.e84209>.

SOARES, Nicole. **Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil, 2009.

Agradecimentos

Nesta jornada do fazer pesquisa na Amazônia, o caminho é longo, muitas vezes difícil, mas também gratificante, e nunca solitário. Caminhamos sempre de mãos dadas com pessoas que compartilham conosco a vontade de contribuir na abertura de novos caminhos e com instituições públicas e privadas que nos ajudam nessa grande tarefa. Agradeço às pessoas e instituições que têm caminhado comigo nesta trajetória de trabalho e de vida de mais de 30 anos estudando as línguas dos povos originários na Amazônia. De modo muito especial, sou grata aos povos originários do Brasil, pela partilha de conhecimentos, sobretudo aqueles com quem tenho tido a honra e o privilégio de trabalhar: povo Sakurabiat, povo Puruborá, povo Makurap, povo Wajuru e povo Kanoé. Agradeço às minhas alunas e alunos, que têm me ensinado a difícil e gratificante tarefa de orientar as novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores. Agradeço à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) pelo apoio em campo nas Regionais de Rondônia (Cacoal e Guajará-Mirim) e Autorização de ingresso em Terra Indígena No. 74/AAEP/2022; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisa (CNPQ) pelo apoio para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa ao longo dos anos; ao Endangered Language Documentation Program (ELDP) pelo apoio a projetos de documentação das línguas indígenas no Brasil; ao Museu Paraense Emílio Goeldi, pelo suporte institucional permanente que nos permite fazer pesquisa comprometida com hoje e o amanhã. As pesquisas atuais (2023-2024) relatadas neste artigo estão sendo desenvolvidas com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisa-CNPQ Bolsa PQ 304766/2022-4 e do Endangered Language Documentation Program-ELDP MDP 0435, com análise da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) CAEE 63101422.1.0000.0173. Agradeço ainda aos colegas da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da ABRALIN, pelo convite à participação na Mesa Redonda “Mulheres e diversidade na linguística: caminhos e reflexões” e para participar desta coletânea, e a Francisco Odete Arua, Antônia Fernanda Nogueira, Mayara Guimarães, Juliana Solano, Ivan Rocha da Silva e Douglas Rodrigues Junior pela escuta e leitura atentas, sugestões e revisões que contribuíram para a versão final deste texto. Todos os eventuais erros e falhas são de minha responsabilidade.

O braço, o abraço e outros afetos

Discursos de/sobre o quilombo urbano da Liberdade (SLZ-MA)

Glória França

1. Introdução

O título deste capítulo em tom de ensaio analítico gira em torno da metáfora, da metonímia e de alguma outra coisa de que não se tem nome ou que não se consegue nomear, algo entre a paráfrase e a polissemia, o mesmo e o diferente, algo em relação com os sentidos de território, de terreiro e de comunidade cultural em discursos sobre o reconhecimento do Quilombo urbano da Liberdade, em São Luís — MA, Nordeste do Brasil.

Na série de apresentações do *Abralin ao Vivo*¹, evento ocorrido entre maio e julho de 2020, organizado pela Associação Brasileira de Linguística, em conjunto com diversas instituições nacionais e internacionais, participei com fala homônima a este texto da mesa-redonda intitulada Mulheres e(m) discursos. Cultura, Identidades, Identificação². Este texto traz, portanto, um estudo que venho desenvolvendo desde então em torno da categoria “mulheres” pensada junto e de modo imbricado a outros lugares de identificação, dentro do quadro da análise de discurso materialista. Trata-se de um posicionamento antirracista na/pela teoria, por meio de uma leitura interseccional dos processos de identificação do discurso. Ou seja, trata-se de uma investigação teórico-analítica que visa verificar a possibilidade de se efetuar uma leitura dos processos de identificação interseccionais no/

¹ Parabenizo a Abralin pela importante iniciativa de abrir espaço para circulação de reflexões teóricas e militantes neste momento em que a ciência pena. Mais informações sobre este evento e o link para a fala proferida no canal da Abralin no Youtube podem ser encontrados aqui: <https://aovivo.abralin.org/sobre/>

² A mesa foi mediada pela prof. Dra. Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE/PR), e composta também pela prof. Dra. Monica Graciella Zoppi-Fontana (UNICAMP) e prof. Dra. Evandra Grigoletto (UFPE), e está disponível no canal oficial da Abralin no youtube <https://www.youtube.com/watch?v=hYXDnCYGeX8>

do discurso, uma leitura que pense a produção dos sujeitos e dos sentidos, partindo da ideia de uma constituição no cruzamento ou encruzilhada das dimensões de classe, raciais e de gênero/sexualidade. Para tanto trago aqui um material de análise constituído a partir de documentos e registros produzidos ao longo dos trâmites do processo de reconhecimento jurídico de um aglomerado de bairros localizados na capital maranhense como Quilombo Urbano.

Quando preparava a minha fala (em junho de 2020), o fazia tomada por motivações afetivas e políticas relativas às violências de estado nos EUA e no Brasil³. Se o racismo estrutura nossas relações com o estado então ele é, pois, uma violência do Estado. É urgente se fazer circular, nestes tempos, reflexões científicas de uma das áreas que promovem a formação do pensamento crítico, como a análise de discurso. Considero que nos estudos da linguagem, e em específico na análise de discurso materialista, se faz urgente racializar e descolonizar as perspectivas teóricas e os gestos analíticos. E reitero a importância de instituições como a Abralin acolherem propostas e proporem cada vez mais uma agenda aberta à reflexão sobre a relação entre a linguagem e questões raciais, tendo o cuidado de dar visibilidade a pesquisadores e pesquisadoras negro.a.s, indígenas, quilombolas, como um enfrentamento à grande ausência ou invisibilidade de mulheres indígenas e de mulheres trans nos espaços acadêmicos. A Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Abralin (CDII - Abralin) que organiza este livro é um excelente avanço nesse enfrentamento. Na luta antirracista é preciso se entender a tensão que perpassa os diferentes espaços, em resposta ao tamanho da violência do racismo. É necessário, por exemplo, se sentir desconfortável ao tomar uma posição numa conjuntura injusta, e pior ainda me parece não tomar posição alguma. Há muito ainda a ser feito, e os esforços desta abertura são louváveis.

Ao nos propor falar de discursos racializantes estamos tirando a categoria *raça* da evidência, como demonstra Mbembe (2014, p. 28), indo além de qualquer sentido biológico ou físico. Nesse sentido, Michel Pêcheux (1982, p. 49) nos provoca a esse deslocamento teórico quando afirma que a teoria materialista precisa “construir suas pró-

³ Em 2020 dois casos em particular circulam de modo muito massivo e mobilizaram discussões sociais em torno da segregação racial, nos Estados Unidos, o que ficou conhecido como o Caso Kevin Floyd, <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52860775> e no Brasil, o caso do menino Miguel Otavio Santana da Silva, <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/03/caso-miguel.ghtml>.

prias categorias conceituais para poder intervir na luta teórica e na luta política.” Assim, proponho pensar as identidades discursivas em sua dimensão interseccional. Do mesmo modo, quando nos propomos discutir a categoria *mulheres*, estamos igualmente falando sobre interseccionalidade, pois não há como se construir como objeto de estudo mulheres ou feminismos e não se pluralizar e racializar o referido debate. Especificamente, trazendo para meus recentes projetos de pesquisa⁴, os discursos sobre quilombo urbano⁵, dado que se inserem na filiação histórica de discursos sobre maranhensidade, só podem ser pensados numa análise de discurso que problematize as identificações enquanto sendo racializantes.

Desde os estudos sobre a brasilidade, não tenho me interessado apenas por questões de raça, mas analiso a possibilidade de se pensar a interseccionalidade (enquanto o próprio espaço da constituição contraditória do sujeito do discurso) na projeção, neste caso, de sentidos de maranhensidade. Além disso, me interessa fazer circular vozes outras e sentidos outros sobre essas identidades racializadas. Uma voz que precisa circular é a da Ana Rosa Silva cuja fala proferida na audiência pública para reconhecimento do território da liberdade como quilombo urbano contextualizo e retomo a seguir.

2. Pensar discursivamente o quilombo urbano da Liberdade

Proponho aqui pensar discursivamente os discursos em torno do processo que envolve a demanda de reconhecimento até a certificação de alguns bairros como território de quilombo urbano, o quilombo urbano da Liberdade, neste caso. Nesse processo de reconhecimento de um território como quilombo urbano, ocorre uma série de audiências públicas, na ordem das diferentes esferas públicas. Em maio de 2019, acompanhei uma das audiências públicas na assembleia legislativa, na presença de um deputado estadual, alguns vereadores, outras figuras

⁴ O projeto de pesquisa, iniciado em 2021 e encerrado em 2024, Discurso, cultura e silenciamentos: uma leitura interseccional/decolonial de processos de identificação, e o atual projeto de pesquisa, iniciado em 2023, CULTURA, MEMÓRIA E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: leituras materialistas, interseccionais e decoloniais, que conta com apoio do CNPq, por meio do edital universal 2023.

⁵ Cf. A dissertação de mestrado de Ana Valéria Lucena contextualiza de modo bem documentado as questões do quilombo da Liberdade, “Quilombo urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão, <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/762>

públicas locais, representantes do movimento quilombo urbano e da secretaria de igualdade racial, que na ocasião representava também o governo do estado do MA, dentre outros. Após as falas desde esses lugares institucionais, foi aberto ao público o espaço para se manifestarem. Ana Rosa Silva, do fórum de mulheres de Axé, pediu a palavra. É esse acontecimento desse espaço de fala, essa tomada de palavra, que olho, a partir do vídeo que fiz desse momento: uma fala do público, em uma audiência pública. Penso o material e o arquivo que constituo a partir dele como um lugar de textualização de identificações racializantes (interseccionais) para observação de discursos racializados.

SD1⁶: Essa audiência ela vem também tratar sobre a questão de direitos, a partir do que propõe Deputado Duarte Junior, a quem eu saúdo na mesa, e eu peço a Agô e a licença a meus Orixás e meus Voduns, para poder falar tudo que o coração de uma pessoa que tem o umbigo enterrado na Liberdade possa falar. A gente precisa falar sim de direitos. [...]

Me interessei em pensar discursivamente os “quilombos urbanos” (e os discursos sobre os mesmos) enquanto discursos que se inserem em uma filiação de dizeres de/sobre os maranhenses. Pensá-los discursivamente implica não considerar que se trate de uma categoria cujos sentidos sejam pré-estabelecidos ou fixos, mas justamente nos permite perguntar se ao se falar de quilombos urbanos não se está falando sobre ser maranhense, sobre ser brasileiro. O Maranhão não seria um grande quilombo urbano? Ou rural? Uma mistura dos dois? Me interessa, em suma, pensá-los enquanto discursos cujos efeitos de sentido só podem e devem ser analisados enquanto projeção de sentidos racializados/racializantes, enquanto feixes contraditórios de identificação que materializam disputas sócio-históricas estruturantes de nossa formação social.

Primeiramente, é importante destacar o lugar do público de onde essa fala se produz e as diferentes posições que vão a partir dela se projetando, ou seja, se levar em conta a relação entre os lugares do institucional e do público constitutivos desses papéis. De um lado o falatório dos lugares institucionais (o discurso da história, Foucault), do outro (mas não como oposição binária) e, na sequência do primeiro, o lugar do público de onde emerge essa voz que me inte-

⁶ Todas as sequências discursivas são retiradas dessa fala da Ana Rosa Silva, que aqui descrevo.

ressa investigar. Deixo como lacuna o trabalho necessário de se fazer uma análise das materialidades aqui trazidas sobre o funcionamento do discurso de lugares institucionalizados nessas mesmas condições de produção, principalmente pelo viés da noção de lugares de enunciação⁷. Questiono: em termos de língua, de trabalho com o simbólico, sobre as diferenças que se mostram nessa fala do público, uma fala em nome do público (?), projeta quais efeitos e quais lugares de identificação? Existe aqui um forte gesto de deslocamento ao convocar as entidades religiosas em uma fala no campo político, que se anuncia já pelas saudações aos lugares institucionais: ao deputado e aos voduns e os orixás. Ela segue a formalidade mas segue também o que precisa ser feito, considerando uma discursividade de uma outra ordem, e dito desse lugar, dessa posição marcada pela religião⁸.

3. Discursos racializados e identidades interseccionais

O que estou chamando de sentidos racializados/racializantes são esses mesmos lugares de identificação que se produzem em processos de identificação, e que são, logo, racializados. Me associo a Rogério Modesto (2021), quando ele trabalha com a noção de discurso racializado, para assim recusar tanto as tipologias discursivas, quanto a questão racial enquanto temática. De fato, é importante evitar qualquer tipologia que se imponha ao funcionamento discursivo, trata-se, logo, mais de um posicionamento teórico do que uma temática racial neste trabalho. Um discurso racializado, sim, mas que não se constitui na relação com um arquivo unicamente de mortes e violências e que tampouco se projeta como sendo de um porta-voz institucional. Neste, temos uma voz em primeira pessoa. A partir do que Cestari (2015) chama de “discursos que movimentam imagens de dizeres sobre gênero, raça e classe” fico pensando se não podemos considerar como discurso interseccional dando a este uma centralidade da categoria raça ou ainda se não podemos falar em identidades interseccionais em um arquivo racializado.

Do que precede, tenho formulado indagações teóricas (feitas à teoria discursiva). Como um caminho de pesquisa que tem se cons-

⁷ Em outros estudos tenho me dedicado a abordar essa tomada de palavra em primeira pessoa, na relação com lugares coletivos de dizer, e em contra identificação com lugares institucionais de discursos hegemônicos, a este respeito cf. Franca & Gnenongouet, 2022.

⁸ Obrigada a Mariana Cestari que me auxiliou na leitura deste gesto.

truído, na época em que produzi a fala que está na origem deste texto, eu estava no momento de pensar em um possível diálogo da análise de discurso, via categoria da contradição, com a ferramenta teórico-analítica da interseccionalidade. O que me vinha me interessando até então era por em relação uma leitura interseccional e decolonial com a análise de discurso materialista pois isto diz no mínimo de um questionamento a esse campo e de lugar teórico-político de analista de discurso. Pensada mais como uma entrada analítica, do que como noção ou conceito, a interseccionalidade conflui com a ideia de “feixes identitários instáveis” (Zoppi Fontana, 1999) e nos permite dispensar “quaisquer reivindicações identitárias” individuais (Akotirene, 2020, p. 43). Akotirene afirma ainda que “o pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com a violência”. É a própria noção de contradição que está se formulando nos termos da interseccionalidade numa tentativa de dar conta das contradições de gênero, de raça e classe constitutivas de nossa formação social atravessada pela colonialidade e seus efeitos⁹.

Formulo igualmente indagações teórico-analíticas para esta análise: qual o funcionamento de um discurso pensando numa matriz de opressões que visibilize a dimensão interseccional, cuja centralidade se dá na dimensão da raça. Se partimos de uma relação paradoxal com o Estado (Foucault, 1976, Mbembe, 2013, Pêcheux, 1982), e pensando os discursos interseccionais/racializados como objetos paradoxais, quais relações com o (im)possível de se dizer e por consequência quais os (im)possíveis gestos (efeitos?) de resistência que eles emergem? Quais discursividades se textualizam, como produzem efeitos, como se inscrevem na língua. Em suma, como funciona um discurso racializado como o dos/sobre os quilombos urbanos?

Para pensar esse funcionamento, destaquei três recortes de análise que se constituem em entradas para se acessar os processos discursivos e os funcionamentos que aqui estou investigando, e que me parecem de algum modo estar sintetizados neste trecho da fala da Ana Rosa.

⁹ Tenho avançado em expor em análises e montagem de arquivos nos quais a dimensão constitutivamente gendrada, racializada e os efeitos de colonialidade sejam incontornavelmente descritos. Em textos posteriores, publicados entre 2022 e 2025, já há avanços nesse sentido, principalmente nos gestos de análise que têm posto a dimensão da tomada de palavra e da memória ancestral (França, 2024) em enunciações coletivas formuladas em práticas culturais.

Parte 1 - o braço (do Estado)

SD2: A gente precisa falar sobre a questão das políticas públicas, mas a gente precisa também falar sobre uma outra coisa que também é importante para nós que é a questão da gente ter a fiscalização 24h, mas a gente não tem o abraço da polícia, entendeu, em outros órgãos.

Considerando-se que dentre os lugares de identificação projetados nessa fala, existe um funcionamento que é da ordem do jurídico, neste primeiro recorte dos 3 que fiz, penso na relação contraditória com o Estado através da metáfora não-nomeada do “braço”. Nesse discurso sobre o reconhecimento do território quilombola, nessa enunciação que vem de uma fala do público, existe um funcionamento metafórico — de uma metáfora não-formulada –, que textualiza uma relação contraditória com o Estado e com lugares institucionais tais como o jurídico, e aquilo que chamo de demandas possíveis relativas às diferentes políticas públicas.

Na ordem da formulação, esses sentidos, essas formas de identificação com os sentidos de quilombola urbano, se inscrevem sob formas de textualização da necessidade e do necessário: “a gente precisa” e também do que é possível: “A gente não tem que”/ “a gente não deve”/ “a gente não pode”/. Essas formulações do que é preciso, do que se deve e do que se pode, me permitem questionar: o que chega pelo braço do Estado?

Em *Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal*, Pêcheux (1982, p. 117) nos fala da ideologia como um “ processo combinado de fragilização do indivíduo (experiência de perder as raízes, da solidão, do vazio interior) e do Estado cuidando de seu bem-estar. ” [...]. No processo de identificação do quilombo como território, projeta-se esse funcionamento paradoxal de identificação com o Estado e à revelia do Estado: uma demanda de somar como população, de pedir reconhecimento ao Estado que se espera que seja aquele capaz de gerir vidas, e que ao mesmo tempo produz políticas de morte, pensando junto com Foucault (1976) e Mbembe (2014), quando estes autores dizem que não há funcionamento do Estado moderno que não passe pelo racismo.

Como se dá esse processo de reconhecimento e de identificação com um Estado em que se lida com vidas e que se autoriza a matar população (ou a deixar morrer)? Aqui vemos atualizados todo o arquivo de morte de populações subalternas no Brasil e aqui penso nas populações dos territórios tradicionais, nos indígenas, na população

negra, e, em especial nas *mães criadeiras*, como chama a Ana, falando das mães da favela. Ou seja, o lugar de identificação com o jurídico já nos leva a um sujeito paradoxal. E aqui é profundamente pertinente o trabalho supracitado do Rogério Modesto sobre esse sujeito racializado que não se reconhece no jurídico, mas que utiliza desse mesmo lugar para produzir a denúncia. E como funciona esse discurso racializado pensado diretamente nessa relação com o Estado? Como pedir reconhecimento de um território racializado a um Estado racista?

A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. (Mbembe, 2013, 52)

Mbembe evoca esse primeiro lugar de identificação, que passa pela contradição da relação com um Estado em sua estrutura racista, e que passa pela necessidade e pelas lacunas deixadas por esse mesmo Estado, na relação com o sentido de território. No entanto, sendo a demanda de reconhecimento enquanto território quilombola urbano, ou seja, sendo uma demanda de reconhecimento jurídico, a fala da Ana não se limita a esse lugar de identificação, nela mesma se insere algo que ultrapassa esse mesmo campo, ou pelo menos aponta para outros sentidos. Existe um deslizamento dos sentidos que vai do *território* e se chega na justificativa dessa mesma demanda pelo fato de que se quer também ter direito ao *terreiro*. Pela relação de identificação com o jurídico existe um deslizamento que é a identificação com o lugar dos terreiros. Esse é um dos funcionamentos, essa demanda de reconhecimento, assim como qualquer outro tipo de identificação racializante se dá por meio de uma relação contraditória e paradoxal.

Quais os efeitos, quais deslocamentos se projetam nesse deslizamento nos sentidos de território e de terreiro nessa discursividade? Por um lado, os sentidos de território se constituem, numa relação de aliança e deslocamento com os sentidos de “bairro”, e a partir de uma relação com o jurídico, com uma certa ciência, com a geografia e com outros saberes institucionais (que não são muito diferentes daqueles que constituem os sentidos dos quilombos rurais, se pensarmos bem). Por outro lado, há também uma certa relação com memórias outras

quando, por esse deslizamento se chega a algo como os terreiros (em diálogo com os espaços de vivência religiosa e cultural de matriz africana), e isso se dá a ver pela própria saudação inicial aos Voduns e Orixás. De um lado e de outro, de um sentido e do outro, não podemos contornar essa memória. É esse um discurso racializado.

SD3: A gente precisa falar de direitos porque hoje em dia nós temos mais de 450 terreiros dentro da Liberdade e a gente precisa olhar pra essas comunidades de matriz africana, porque pra fazer um toque de tambor de mina [...] hoje a gente é praticamente proibido pela polícia. A gente é obrigado a tirar todas as licenças. A gente precisa falar de políticas públicas, mas a gente precisa também falar dos órgãos que não nos abraçam. Não abraçam uma comunidade que é cultural. A gente precisa falar sobre a questão das políticas públicas, mas a gente precisa também falar sobre uma outra coisa que também é importante para nós que é questão da gente ter a fiscalização 24h, mas a gente não tem o abraço da polícia, entendeu, nem desses outros órgãos.

“Mas” e o “porque” fazem os sentidos deslizarem nessa formulação da SD3. O “mas” pela identificação não sem falhas com o Estado, o “porque” por um jogo com a causalidade que desloca e brinca com as fronteiras da demanda quilombola. Existe todo um jogo de repetição, mas que se repete diferentemente. Textualizando, assim, o fato de que esses processos de identificação se dão também à revelia do estado. Pelo funcionamento paradoxal e metonímico, se chega em outra metáfora, desta vez inscrita na ordem da formulação, conforme descrevo no recorte 2, a seguir.

Parte 2 — o abraço

SD4: A gente precisa falar de políticas públicas, mas a gente precisa também falar dos órgãos que não nos abraçam. Não abraçam uma comunidade que é cultural.

Falo do abraço como metáfora. Ana Rosa fala de instituições que abraçam, do órgão que não abraça, do Estado que não abraça. É uma metáfora da falta, é o nome de uma ausência. Uma ausência que é também presença pela violência e pelo controle. Existe metáfora para se nomear ausências? O racismo religioso é também uma metáfora da falta. E que aparece, desta feita, na ordem da formulação. Nesse tipo de discurso, aquilo que falta e aquilo que excede precisa ser nomea-

do. Essa relação aparece na própria nomeação dos tipos de racismos: o racismo institucional e o racismo religioso, e dependendo de quais identidades estão sendo projetadas, nomear pode-se constituir por si só como um ato revolucionário.

Vale citar ainda a metáfora do próprio nome do bairro - a Liberdade como um lugar que sente: “Dói na Liberdade e dói em outros espaços”. Entre metáfora e metonímia, que é um tipo de funcionamento metafórico, pelo trabalho da polissemia, pelo religioso e pelo cultural, do trabalho da polissemia nas diferentes nomeações do lugar, vão se projetando diferentes identificações do/com o lugar. A liberdade como “comunidade cultural”, como “comunidade negra que sofre com o racismo estrutural”. E, uma bonita metáfora se formula para estabelecer o laço de identificação com os sentidos do quilombo urbano: “uma pessoa que tem o umbigo enterrado na Liberdade”, um laço de identificação produzido a partir de uma certa des-identificação (Pêcheux, 1983) como uma *tendência dessidentificadora das massas para o não-Estado* (Safatle, 2018, 230). Aí, se projeta algo que passa longe do (ou de outro modo em relação ao) sentido do institucional, do burocrático e de uma relação com o Estado. Esse funcionamento outro, de algo que fica em aberto, nos leva ao recorte 3.

Parte 3 — outros afetos

Uma forma de se projetar enquanto sujeito racializado, é que mesmo formulando demandas possíveis (recorte 1), mesmo trabalhando de modo bastante eficaz com a nomeação do lugar (recorte 2), não se chega a uma saturação na ordem da formulação e não se limita à ordem do que é possível.

Mônica Zoppi-Fontana diz algo muito pertinente nesse sentido:

é também pelo discurso que podemos compreender os efeitos contraditórios e paradoxais dessas evidências nos processos de identificação/subjetivação político-ideológica, porque a existência do invisível e da ausência que trabalha internamente as relações de dominação/resistência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas. (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212)

Por sua vez, Pêcheux (1978, p. 266), também nesse sentido afirma que “porque a história, isto é, a luta de classes, não é uma pessoa nem uma coisa; as contradições da luta de classes atravessam e organizam

o discurso sem jamais serem resolvidas”. Tais não-soluções, tal existência do invisível e da ausência inscreve-se em uma série de não-formulações (recorte 3), destacadas em negrito:

SD 5: A gente precisa conversar sobre **isso**. [...] A gente precisa trazer todos esses benefícios para dentro da comunidade, mas a gente precisa também falar **o que está faltando** [...] A gente não pode chegar só agradecendo, precisa informar **o que está faltando**. [...] A gente não pode chegar aqui e dizer que está tudo lindo, agradecer? A gente agradece, **mas tá faltando muita coisa**.

Existe todo um jogo de dizer sobre os “outros órgãos”, “sobre isso”, sobre “outros espaços” que produz um efeito de não saturação da ordem da formulação. Como se o espaço da denúncia não fosse possível nesse lugar, mas a todo instante esse lugar que o sujeito ocupa é invadido pelos sentidos da denúncia. Nomeia-se o racismo do Estado, nomeia-se a relação afetiva com o território/terreiro, mas ao mesmo tempo se (não-)nomeia outros afetos.

O afeto se aproxima mais daquilo que não nomeamos, ou que não se consegue nomear. Temos então um funcionamento paradoxal que não se limita à demanda quilombola, ou que mexe com as fronteiras da identificação quilombola para não as limitar ao território do jurídico. Não limitando as demandas à ordem do possível, nem às fronteiras pré-estabelecidas, toca talvez o impossível “sem nenhum futuro brilhante no horizonte” (Pêcheux, 1982, p. 118).

4. Funcionamentos e processos discursivos

O que se percebe é que isso que estou chamando de demandas práticas, possíveis, ou que Mbembe (2013) chama de “demandas urgentes”, nas condições de produção, no Brasil, e em se tratando de identidades interseccionais, são extremamente necessárias:

O caminho passa pela produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do em comum [...] O horizonte destas lutas continua a ser o modo de pertença de pleno direito ao mundo que nos é comum: Assim, uma vez que não eliminamos o racismo na vida e na imaginação do nosso tempo, é preciso continuar a lutar por um mundo-para-lá-das-raças. Mas para chegar a este mundo, à mesa do qual todos somos convidados, ainda é

preciso obrigarmo-nos a uma exigente crítica política e ética do racismo e das ideologias da diferença (MBEMBE, 2013, p. 294-296).

E há também um funcionamento paradoxal e contraditório, com o Estado que distribui desigualmente “a oportunidade de viver e de morrer” e que abre brechas para resistências ou que se formula nessa projeção de lugares de “resistências múltiplas”, na formulação de outros possíveis.

A identificação que é necessária, urgente, possível e que possibilita demandas práticas, é a do território, do jurídico, mas isso não basta, não é só isso, tem o que falta, o que é impossível de ser nomeado, que vem um tanto pela metáfora (do abraço, do umbigo, da dor) e uma identificação que além de paradoxal é sempre-já insuficiente, sempre fica uma parte nos “issos” e “outros” do discurso da Ana.

Esse discurso racializado, que projeta uma identidade interseccional como a do quilombo urbano, funciona de modo a “quebrar as máquinas de classificar” e a “esquivar simetrias”. É importante lembrar do reconhecimento de comunidades tradicionais indígenas por exemplo como quilombola para ter seu direito reconhecido, este também é um funcionamento que quebra as máquinas de classificar do Estado. O contraditório reside na força dessas categorizações na luta contra essas tipologias ainda que se precise aceitar o mínimo que chega através das mesmas.

“A gente precisa, mas a gente também precisa...”

Se a interpelação domina e ao mesmo tempo dá lugar a resistências múltiplas, isso se dá pelo lugar do imprevisível, que no discurso da Ana se textualiza na repetição do “a gente precisa”, como Pêcheux afirma (1982, p. 115): a “reprodução nunca significou repetição do mesmo”. Daquele efeito da “decomposição social” que fragiliza o indivíduo e do Estado que emerge cuidando do seu Bem-estar, os lugares de identificação projetados aqui esquivam-se desse sentido de mero espaço de intervenção do Estado.

Na fala da Ana Rosa, há um forte gesto de resistência aos embates que se limitam a se identificar com a lei ou a recusá-la enquanto política pública que entra pela força da fiscalização. Ao falar de “terrero” e demandas práticas (?) se extrapola a reprodução imposta pelos discursos dominantes acerca da questão, através de gestos que recorrem à potência do histórico, da memória e de lugares compartilhados.

Existe um efeito de individualização da questão, mas que pelos efeitos de metonímia se constituem em potentes gestos ou efeitos de resistência, pelo coletivo e pela comunidade. Mbembe diz que precisamos lutar pelo senso comum, pelas metáforas cotidianas e ordinárias. É no dia-a-dia que a revolução acontece. (2013, p. 57). Nesse sentido, ao falar do terreiro e também do território, na contradição das diferentes memórias, o discurso de Ana é revolucionário.

No discurso sobre o quilombo urbano, se diz do que é preciso, do que é necessário, mas não se deixa de apontar constantemente para a contingência de outros possíveis. Esse discurso aponta para o que é necessário, mas principalmente (e ao mesmo tempo) projeta o sentido do que é contingente na história, para lugares de identificação contingentes, mutáveis, ao acaso, portanto impossíveis-possíveis.

A potência dos gestos de resistência produzidos na fala da Ana está, ainda, talvez, em que ela não se limita a responder quem é (que aí cabe o sujeito de direito), mas também e principalmente a como é, como se dá o sentido de quilombo urbano. Formulam-se as contradições constitutivas apontando para esse funcionamento do real da ordem da denúncia do racismo estrutural, e sempre algo mais que resta sem ser dito, tangenciando o real da liberdade.

5. Horizontes (im)possíveis

Pensar discursivamente é contribuir na produção de categorias discursivas de análise dos processos contraditórios na constituição dos sentidos sempre em disputa, dado que no terreno da linguagem, nosso campo de observação e de intervenção é o da luta pelo sentido das palavras.

Nessa luta o que se busca é talvez aquilo que Mbembe (2014, p. 297) descreve como “uma política do semelhante, mas num contexto onde o que partilhamos em conjunto sejam as diferenças. E são elas que precisamos, paradoxalmente, de pôr em comum. Tudo isto passa pela reparação, isto é, por uma ampla concepção da justiça e da responsabilidade. ” Na época, ao falar com a Ana a respeito de analisar a fala dela em minhas pesquisas, e pedir notícias, ela me disse que estava ajudando no projeto do CUFA e mães da favela que estava doando 120 reais e um botijão de gás. Eis uma demanda urgente que não pode esperar o Estado estender seu braço. E sobre as demandas práticas, urgentes e possíveis, enquanto as mesmas forem necessárias, há por

exemplo, a necessidade de vermos circular estudos como os que estão presentes neste livro.

Em se tratando do diálogo direto com a AD, podemos ver esse como um lugar de escuta. Precisamos buscar espaços de circulação e lugares de escuta. Temos insistido na importância de se racializar as discursividades — porque é efeito regular, não é uma coincidência, não é acaso. É essa a dimensão da responsabilidade. É responsabilidade da análise de discurso investigar quais metáforas estão sendo negadas a determinadas falas e posicionamentos. Deixo alguns questionamentos aos quais cheguei após esta breve análise: seria a metonímia possível lugar de observação do funcionamento para os discursos racializados. Se sim, quais metáforas são historicamente negadas? Quais são os lugares de dizer impossíveis de serem acessados e ocupados? Quais metáforas são (im)possíveis na formulação, mas que são possíveis na história. O que é possível é se formular uma demanda por existência, por visibilidade. Pelo direito de existir para o outro. Por um maior preparo na escuta de falas dissidentes.

A língua é esse “campo de forças constitutivo desses processos por meio dos jogos de linguagem, do trilhar metafórico dos sentidos e dos paradoxos de enunciação”. (Pêcheux, 1982, p. 118). A luta precisa manter a poesia dos sentidos, a volatilidade, a metáfora e a metonímia, pois não há resistência sem poesia e poesia cotidiana, sem uma parte de indizível.

Agradecimentos

Agradeço à Ana Rosa Silva, mulher inspiradora e principal referência deste estudo sobre o quilombo urbano da Liberdade.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/ Editora Jandaia, 2020.
- CESTARI, Mariana J. **Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso**. In: ZOPPI FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina. (Org.). Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017, p. 183-203.
- FRANÇA, Glória, GLEO, Gnenonsegouet Noelle. « **Moi, la noire docteur** » : penser une prise de parole de femme noire/décoloniale à la première personne, Itinéraires[En ligne], 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires/115>
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento do racismo de Estado**. In: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1976].

- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar. 2020 [1984].
- MODESTO, R. **Os discursos racializados**. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–19, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.1851. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Metaforizações metonímicas do social**. In: ORLANDI, Eni P. (org.). Linguagem, sociedade, políticas. Pouso Alegre: Univás/Campinas: RG Editores, 2014. p. 105-112.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. ed. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014 [2013].
- PÊCHEUX, Michel. **As massas populares são um objeto inanimado?** Tradução Suzy Lagazzi. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Análise de Discurso* — Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1977]. p. 251-273.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia. **Aprisionamento ou campo paradoxal?** In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Análise de Discurso* — Michel Pêcheux. Tradução Carmen Zink. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1982b]. p. 107-120.
- PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, v. 19, 1990 [1980].
- SAFATLE, Wladimir. **O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Ed Autêntica. 2016.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. **O acontecimento do discurso na contingência da história**. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira. *Análise de discurso e materialismos: historicidade e conceito*. v. 1. Campinas: Pontes Editores, 2017 [2009].

A atuação das mulheres na Dialeto- logia

Marcela Moura Torres Paim Fernandes

1. Introdução

O ramo dos estudos linguísticos que se propõe a investigar a língua de forma prioritariamente espacial, na sua modalidade oral, com o intuito de registrar fenômenos linguísticos, mapeando-os em cartas linguísticas que são reunidas em forma de atlas, denomina-se Dialeto-
logia. Essa área da Linguística se ocupa do estudo da língua, mostrando como os aspectos externos à língua influenciam os falares locais, dando subsídios para a descrição da língua através de um atlas linguístico.

Este texto focaliza a atuação das mulheres na Dialeto-
logia, apresentando sua atuação de destaque, desde a produção dos primeiros atlas linguísticos regionais no Brasil, até a elaboração do atlas linguís-
tico de âmbito nacional, que se dedica ao registro da diversidade do português falado no Brasil, pautando-se nos parâmetros dialetológicos.

Na seção inicial, será apresentada a importância da Dialeto-
logia e como as mulheres atuam, com destaque, nesse ramo dos estudos lin-
guísticos. Na sequência, será realizada a abordagem do protagonismo
feminino no *Atlas Linguístico do Brasil*. Por fim, serão feitas as consi-
derações finais.

2. A Dialeto- logia e suas mulheres: uma breve retrospectiva

A Dialeto-
logia é a parte da linguística que analisa a língua, na oralidade, prioritariamente do ponto de vista geográfico. Seu surgi-
mento data do século XIX, no período em que os linguistas analisa-
vam a mudança linguística do latim, em uma perspectiva diacrônica,
através do método comparativo das línguas indo-europeias, enquan-
to que a Sociolinguística surge na segunda metade do século XX, por
volta da década de 60, devido à necessidade de a Dialeto-
logia dar conta da variação no espaço social (por isso a Sociolinguística, também, é
chamada de Dialeto-
logia Urbana). Nesse contexto, os linguistas perce-
beram que a diversidade linguística não se manifestava apenas no es-

paço temporal e territorial, mas também no espaço social, em função das classes sociais, das faixas etárias, dos níveis de escolaridade, do sexo. Os estudos sociolinguísticos, como expõe Koerner (2014, p. 117), desenvolveram-se primeiramente nos grandes centros urbanos - Nova Iorque, com as pesquisas de Willian Labov (1996) e Londres, com as investigações de Basil Bernstein (1971) - principalmente por ser nas grandes cidades onde as diferenças sociais são mais acentuadas.

O ramo dialetológico dos estudos linguísticos, que possui enfoque prioritário no aspecto espacial, registra fenômenos linguísticos, mapeando-os linguisticamente e reunindo-os em forma de atlas. E, assim, a pesquisa dialetológica registra as formas alternantes de se dizer o mesmo numa comunidade, podendo revelar como os aspectos externos à língua influenciam os falares locais.

A língua pode variar em muitos aspectos. O mais evidente deles é o regional/geográfico, ou seja, as diferenças nos falares de um lugar (região) para outro. É com esse entendimento que a Dialectologia busca “[...] identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p.15), uma vez que no espaço fica refletida, de forma mais evidente, a realidade linguística de uma sociedade, pois, através das gerações, os falantes deixam as marcas do seu agir, dos seus feitos, das suas descobertas, das suas relações sociais, enfim, marcas da sua identidade cultural. Dessa maneira, o espaço não se define apenas por fronteiras geopolíticas, mas pelas múltiplas relações que se estabelecem em uma sociedade e que se refletem no sistema linguístico.

Ao fazer uma breve retrospectiva da história dos estudos dialetais brasileiros, verifica-se que o primeiro atlas linguístico regional brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, inicia a visibilidade feminina nas pesquisas de âmbito dialetal. As razões que levaram ao protagonismo feminino em uma área que foi iniciada predominantemente por homens, no Brasil e no exterior, revelam a persistência e a dedicação das mulheres ao labor dialetológico.

Esse empreendimento, que teve como autores Nelson Rossi, Carlota Ferreira e Dinah Isensee, foi feito e publicado entre 1960 e 1963, configurando-se como o primeiro produzido em terras brasileiras, evidenciando o papel de duas mulheres importantes para os estudos da variação da língua portuguesa: Carlota Ferreira, dialetóloga que posteriormente publicou o *Atlas Lingüístico de Sergipe*, e Dinah Isensee,

hoje conhecida como Dinah Callou, pesquisadora do Projeto da Norma Lingüística Urbana Culta.

Na pesquisa dialetal brasileira, em 1984, o protagonismo feminino, também, projeta-se com a publicação do *Atlas Lingüístico da Paraíba — ALPB*, de autoria de Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes. Esse atlas traz dados de 25 municípios, selecionados como base, mais 3 municípios satélites por base, que foram usados para controle dos dados obtidos. Essa pesquisa, liderada por mulheres, abarcou todo o estado da Paraíba e realizou a documentação de 107 informantes. Em cada ponto, foram entrevistados um mínimo de três e um máximo de dez informantes, com idade variando entre 30 e 75 anos e com grau de instrução do analfabeto ao primário completo.

De autoria majoritariamente feminina, constituída por uma equipe formada por Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadia Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi, o *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS), publicado em 1987, configurou-se como um passo a mais no mapeamento lingüístico da área dos falares baianos, como explica Nascentes (1953, p. 25-26), abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javaís, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrendidos).

O papel fundamental dessas pesquisadoras, juntamente com a experiência de Nelson Rossi, permitiu o registro de dados de 15 localidades, abarcando todo o Estado, de onde foram entrevistados 30 informantes, dois de cada ponto, com idade variando entre 35 e 53 anos, distribuídos em ambos os sexos, analfabetos ou pouco alfabetizados. As perguntas contemplavam os mesmos temas do APFB: terra, vegetais, homem e animais.

Dando continuidade ao papel da liderança feminina na pesquisa dialetal brasileira, surge, em 1994, o *Atlas Lingüístico do Paraná* (AL-PR), que foi apresentado, de forma inicial, como tese de doutorado de Vanderci de Andrade Aguilera, em 1990. O volume inicial contempla a descrição das localidades, a caracterização dos informantes, a metodologia, a apresentação das cartas e um glossário das cartas cartografadas e registradas em notas às cartas. O segundo apresenta as cartas lingüísticas. A rede de pontos totaliza 65 localidades, pertencentes ao Estado do Paraná. Em cada uma delas, foram entrevistados dois informantes, com idade variando entre 30 e 60 anos, analfabe-

tos ou com o primário completo, que responderam um questionário de 325 perguntas pertencentes às áreas semânticas relativas à terra e ao homem. No questionário, a pesquisadora adicionou questões comuns a outros atlas, com o intuito de possibilitar estudos comparativos entre eles, resultando, assim, na apresentação de diversas cartas coincidentes com as dos demais.

A liderança feminina, também, está presente na Dialectologia por meio da materialização do *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (ALS II), inicialmente apresentado como tese de doutorado, de autoria de Suzana Alice Marcelino Cardoso. Teses dessa natureza eram motivadas pelo incentivo à realização das pesquisas dialetológicas, envolvendo redes de pontos, a aplicação de questionários linguísticos e a seleção de informantes, conforme critérios específicos de faixa etária, sexo e nível de escolaridade. Esse atlas, publicado em 2005, corresponde ao segundo volume do *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS) e explora o *corpus* não utilizado no primeiro volume, relacionado à área semântica do homem, totalizando 108 cartas, numa rede de pontos com 15 localidades, distribuídas por todas as microrregiões homogêneas do estado e cada ponto conta com dois informantes, identificados com A (mulher) e B (homem), não alfabetizados ou semialfabetizados, com afastamento nulo ou por pouco tempo do ponto de residência. Esse empreendimento dialetológico se caracteriza por seu aspecto bidimensional, pois, além da variável espacial, existe a informação sistemática do sexo do informante e gráficos que apresentam os percentuais de uso por sexo. Caracteriza-se, também, como atlas de segunda geração, pois traz um conjunto de comentários às cartas e um índice onomasiológico das formas documentadas, além de um glossário semasiológico.

Na atualidade, após sucessivos processos de pesquisa, é possível afirmar que as mulheres possuem um papel de fundamental importância nas pesquisas dialetais que mostram que uma mesma língua apresenta variedades linguísticas em sua estrutura, isso porque grupos de falantes podem estar inseridos em contextos socioculturais diferentes.

3. O protagonismo feminino no Atlas Linguístico do Brasil

Ao abordar a importância das pesquisas na área da variação linguística, a escolha será relatar a importância do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) para o conhecimento da realidade brasileira, com base em dados empíricos rigorosamente coletados e exaustiva-

mente analisados e o protagonismo feminino na concretização desse empreendimento nacional, majoritariamente liderado por mulheres.

Como expõe Cardoso (2010, p. 138), em 1952, o Governo Brasileiro se manifestou, oficialmente, sobre a necessidade de fazer um atlas linguístico do Brasil, por reconhecer nesse tipo de produção científica uma forma adequada e eficaz de responder às demandas da área, como fica expresso no Decreto nº 30.643 de 20 de março de 1952. Razões de variada ordem impediram a realização desse desejo dos linguistas brasileiros, nada obstante a determinação governamental. Passados cerca de cinquenta anos, a ideia foi retomada (i) pela urgência de descrever o português brasileiro antes que se percam dados e fatos capazes de esclarecer aspectos da história linguística do país e (ii) e pelo papel relevante que, no momento, a Geografia Linguística vinha assumindo nos estudos linguísticos.

Concebe-se, para a concretização do desiderato, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, cujas bases se lançam no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, que contou com a participação de representativo número de pesquisadores brasileiros da área e com a presença do Prof. Dr. Michel Contini, do *Centre de Dialectologie de Grenoble*, Diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas Linguarum Europae*. Nesse evento, decidiu-se que o Projeto ALiB seria coordenado por um Comitê Nacional. Na liderança desse grupo, a atuação das mulheres, mais uma vez, ganha destaque, por meio da constituição de um grupo com uma Diretora-Presidente — Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (Universidade Federal da Bahia), e de uma Diretora Executiva — Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia) e de Diretores Científicos, autores dos atlas linguísticos regionais publicados no Brasil, a maioria mulheres, com importante papel nessa tarefa.

Devido ao falecimento da saudosa Suzana Cardoso, em 2018, atualmente, a coordenação do Projeto ALiB está sob a responsabilidade de um Comitê Nacional, constituído de pesquisadores, majoritariamente de mulheres, assim estruturado: Diretora Presidente — Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia), Diretora Executiva — Silvana Soares Costa Ribeiro (Universidade Federal da Bahia), Diretores Científicos: Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará/Universidade de Brasília); Alcides Fernandes de Lima (Universidade Federal do Pará) Aparecida Negri Isquerdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); Conceição Maria de Araújo Ramos

(Universidade Federal do Maranhão); Fabiane Cristina Altino (Universidade Estadual de Londrina); Felício Wessling Margotti (Universidade Federal de Santa Catarina); José de Ribamar Mendes (Universidade Federal do Maranhão); Marcela Moura Torres Paim Fernandes (Universidade Federal Rural de Pernambuco/Universidade Federal da Bahia); Maria do Socorro Silva de Aragão (Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Ceará); Marilúcia Barros de Oliveira (Universidade Federal do Pará); Regiane Coelho Pereira Reis (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); Valter Romano (Universidade Federal Santa Catarina) e Vanderci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina).

Essencialmente um projeto linguístico, o Projeto ALiB busca registrar, descrever e interpretar a realidade do português brasileiro, realizando a interface com diferentes ramos do conhecimento organizado, decorrente do fato de que a história de uma língua é a história do próprio povo que a fala. Com um banco de dados constituído de 1.100 entrevistas, realizadas em 250 localidades, distribuídas em todo território brasileiro, o Projeto ALiB possui grande destaque no cenário dialetológico. É importante mencionar que o resultado imediatamente esperado do referido projeto é, evidentemente, a produção do próprio atlas, cujos volumes iniciais, Introdução e Cartas Linguísticas I, foram publicados em 2014, e o volume 3, em 2023.

O volume 1 foi organizado por uma equipe constituída predominantemente pelas mulheres. Sua organização foi composta por Suzana Cardoso, Jacyra Mota, Vanderci Aguilera, Maria do Socorro Aragão, Aparecida Isquendo, Abdelhak Razky, Felício Margotti e Cléo Altenhofen, com 212 páginas, que mostram a caminhada do Projeto ALiB e fazem a descrição das etapas metodológicas utilizadas. Adicionam-se a essa publicação inicial as informações referentes aos aspectos metodológicos usados e apêndices que fazem a complementação das informações. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, estão presentes os questionários linguísticos, mostrados na sua primeira versão, já que, no andamento da pesquisa, algumas mudanças ditadas pela experiência em campo foram feitas; as fichas de anotação de dados da localidade e do informante; o quadro de controle de respostas, que possibilitava ao auxiliar de pesquisa, assinalando as respostas não obtidas, verificar, de forma avaliativa, de imediato o rendimento daquela entrevista em função do percentual de respostas dadas e assim poder o entrevistador validá-lo ou não, tendo em vista o estabeleci-

mento do teto percentual a partir do qual não se teriam os elementos representativos da localidade.

Organizado pela mesma equipe do volume 1, o volume 2 traz, nas suas 368 páginas, resultados, referentes às capitais de estado, nos diferentes níveis, fonético, lexical, morfossintático, em alguns casos, além do enfoque espacial, um enfoque etário, sexual e de nível de escolaridade. De forma introdutória, 10 cartas mostram dados de âmbito geral relacionados a características políticas e geográficas do país, com particularidades das regiões geográficas nas quais se identificam os pontos da rede em cada uma delas. A essas seguem-se as cartas linguísticas, propriamente ditas: as fonéticas, que mostram seis fatos registrados e analisados num conjunto de 46 cartas; as semântico-lexicais, prioritariamente onomasiológicas, mas incluindo duas cartas semasiológicas, num total de 106 cartas, que contemplam oito das 14 áreas semânticas constantes do Questionário Semântico-Lexical e enfatizam os dados numa perspectiva geral — cartas diatópicas gerais — e com indicação por região — cartas diatópicas regionais; as morfossintáticas, em número de sete, com dados relacionados à flexão de número e de gênero, à distribuição dos pronomes de tratamento e à utilização do verbo *ter* com valor existencial. Em algumas dessas cartas, constam as notas com comentários dos informantes e manifestações do entrevistador ou do responsável pela elaboração da carta, com o intuito de esclarecer aspectos considerados relevantes.

O volume 3, organizado por três importantes pesquisadoras, Jacyra Mota, Silvana Ribeiro e Josane Oliveira, possui 32 textos que discutem os fenômenos e a atuação de diferentes variáveis apresentados nas 159 cartas linguísticas publicadas no segundo volume.

Entre os eventos em que se tem procurado apresentar o Projeto ALiB, discutir a sua metodologia e apresentar resultados preliminares, baseados em inquéritos experimentais, destacam-se:

- *Workshops*, que reúnem, periodicamente, os pesquisadores ligados ao Projeto ALiB para discussão do andamento dos trabalhos.
- Seminários para estudantes bolsistas que participam de programas de Iniciação Científica ou Semanas para alunos dos Cursos de Letras, organizados por diversas Universidades.
- Reuniões científicas, nacionais ou regionais, como, por exemplo, GEL-SP (Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo), GELNE (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste), o GEL-

CO (Grupo de Estudos Linguísticos do Centro-Oeste), CELLIP (Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná), etc.

- Congressos linguísticos locais, regionais, nacionais e internacionais.

É válido salientar que a participação em congressos nacionais e internacionais têm sido excelentes oportunidades para divulgação do atlas e para as discussões sobre a diversidade da língua portuguesa falada no Brasil.

Dentre esses congressos, muito ligado ao Projeto ALiB, surgiu o *Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística* (CIDS) devido à necessidade de (i) criarem-se mecanismos de formação de um grupo de pesquisadores preparados para a tarefa de assegurar a divulgação dos trabalhos na área da diversidade linguística, (ii) estabelecer-se um fórum de trabalho e das ações de política linguística com vistas à manutenção e desenvolvimento das pesquisas nas áreas de dialectologia e sociolinguística, (iii) promover, nos âmbitos nacional e internacional, a discussão e o intercâmbio de experiências entre grupos de pesquisadores, professores e estudantes da área de Linguagem, mais especificamente sobre a Dialectologia e a Sociolinguística e (iv) contribuir para a melhoria da educação continuada dos professores de diferentes segmentos de ensino. Com essa filosofia de trabalho, vêm sendo realizados esses congressos, dos quais se destacam aspectos mais relevantes que assinalaram cada um dos momentos.

O I CIDS tratou da contribuição dos estudos dialetais e sociolinguísticos para uma política de línguas, foi realizado em São Luís, Maranhão, 17-21/outubro/2010, contou com a presença de 660 pesquisadores renomados tanto do cenário nacional como internacional. Nessa primeira edição do evento, houve a homenagem à Professora Maria do Socorro Aragão (UFPB/UFC), autora do *Atlas Linguístico da Paraíba* e integrante do Comitê Nacional que coordena o Projeto ALiB, revelando o protagonismo feminino no campo dialectológico.

Para aprofundar os tópicos discutidos no I CIDS, o II CIDS, que recebeu financiamento do CNPq, também promoveu a discussão e o intercâmbio de experiências entre pesquisadores, professores e estudantes da área de linguagem, interessados em Dialectologia e Sociolinguística, foi realizado em Belém, Pará, 24-27/setembro/2012. Nessa segunda edição, a homenageada foi a Professora Vanderci de Andrade Aguilera (UEL-CNPq), autora do *Atlas Linguístico do Paraná*, e integrante do Comitê Nacional que coordena o Projeto ALiB, dando evidência ao papel feminino nos estudos dialetais.

No III CIDS, realizado em Londrina, Paraná, de 7 a 10 de outubro de 2014, procedeu-se à discussão da variação, das atitudes linguísticas e do ensino, contando com Minicursos, Mesas redondas, Simpósios, Comunicações Individuais, Painéis, com apoio financeiro do CNPq. Nessa terceira edição, as homenageadas foram duas eméritas pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia — Professora Suzana Alice Marcelino Cardoso (CNPq) e Professora Jacyra Andrade Mota (CNPq), coautoras do Atlas Linguístico de Sergipe, a primeira também autora do *Atlas Linguístico de Sergipe II*, integrantes do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, respectivamente, como Presidente e Diretora Executiva, figuras femininas de suma importância no cenário da Dialetoлогия brasileira.

O IV CIDS foi realizado em Paris, na Universidade de Paris-Sorbonne, de 7 a 9 de setembro de 2016, com 250 congressistas, teve por objetivo organizar um debate que interrogasse um dos conceitos-chave da dialetoлогия e da sociolinguística: a variação. Além disso, também, possibilitou as discussões em torno das dimensões geográficas, étnicas e sociais das línguas, dentre as quais se privilegiou um dos aspectos mais notáveis da idiomatidade, o da fraseologia. Nessa quarta edição, os homenageados foram os Professores Anthony Naro (Universidade Federal do Rio de Janeiro) — livre-docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador Nível 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e membro fundador do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) — Harald Thun (Universidade de Kiel) — Professor da University of Tübingen (1975), com experiência na sociolinguística, no pluridimensionalismo e na dialetoлогия –, Michel Contini (Universidade Stendhal) — Professor Emérito, Diretor do Atlas Linguístico Romano (ALiR) e Co-diretor do projeto AMPER (Atlas Prosódico Multimídia do Espaço Romano) — e Peter Blumenthal (Universidade de Cologne) — Professor do Departamento de Línguas Românicas, atuando principalmente na área da linguística das línguas românicas.

O V CIDS foi realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, de 11 a 14 de setembro de 2018. Nesta edição, o evento promoveu, nos âmbitos nacional e internacional, o intercâmbio entre os centros de pesquisa já consolidados e os novos centros do país, que estão em pleno desenvolvimento, por possuírem um grande potencial de realizações, especialmente nas pesquisas dialetais e sociolinguísti-

cas. Houve a homenagem a dois pesquisadores — a Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre, brasileira, da Universidade Federal do Espírito Santo, grande representante feminina dos estudos sobre a diversidade linguística, e o Prof. Dr. Adolfo Elizaincín, da Universidad de la República del Uruguay e coautor do *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*.

O VI CIDS foi realizado, de forma remota, de 07 a 10 de novembro de 2022. Nesta edição, o evento promoveu uma ampla discussão acerca de questões relacionadas à variação linguística nos seus diferentes níveis e suas implicações na definição de políticas linguísticas que valorizem os contatos interculturais, a pesquisa e o ensino. Houve a homenagem a dois pesquisadores — Prof. João Antonio das Pedras Saramago, investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, e Profa. Dinah Maria Isensee Callou, docente e investigadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, importante figura feminina dos estudos variacionistas da língua portuguesa.

No campo dos estudos linguísticos no Continente Americano, o Projeto ALiB é, atualmente, um dos projetos com patrocínio da *Asociación de Linguística y Filología da América Latina* (ALFAL), o que lhe assegura um lugar cativo de divulgação de seus resultados no âmbito da latino-américa, sob a coordenação das professoras Jacyra Mota e Vanderci Aguilera, evidenciando, mais uma vez, a brilhante atuação das mulheres na Dialetoлогия.

4. Considerações finais

Este texto objetivou apresentar o protagonismo feminino na Academia, na pesquisa dialetal, na busca do registro do repertório dos entrevistados, no estudo dos subsídios para a documentação da variação da língua portuguesa no Brasil, materializado por meio de atlas linguísticos.

Como foi possível perceber, quando se trata de pesquisa dialetológicas, com certeza, os atlas linguísticos regionais e o nacional, o *Atlas Lingüístico do Brasil*, têm papel importante para o conhecimento, a divulgação e a reflexão da língua portuguesa, dando o salto da teoria à prática para que os estudiosos encontrem as formas de aprofundar a pesquisa, o ensino-aprendizagem da língua materna, tendo em vista a variação.

Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, no âmbito da Dialetoлогия, contribuem para o entendimento de que a lín-

gua deve ser sempre um instrumento de socialização de ganhos, de histórias, de fontes de conhecimento e, sobretudo, de humanização de todo e qualquer falante no seu trato diuturno e jamais uma forma de discriminação, de estigmatização. E, assim, as pesquisas seguem, mostrando a atuação, majoritariamente, feminina nas investigações dialetais brasileiras.

Referências

- CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014. v. 1.
 CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014. v. 2.
 CARDOSO, S. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
 CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **La Dialectología**. Madri: Visor Libros, 1994.
 KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, 2014.
 MOTA, J. A. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014. v. 3.
 NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2.ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

Discutindo a suposta simplificação das línguas crioulas

O caso do sujeito nulo

Fernanda de Oliveira Cerqueira

Larissa de Santana Silva

1. Qual o problema com as línguas crioulas?

Embora não haja consenso na literatura da área, é recorrente que se compreenda *pidgin* como sistema linguístico simplificado, em decorrência da condição emergencial em que surge, no curso do contato linguístico, a saber: dinâmica social de dominação, na qual há multilinguismo generalizado, sem presença de língua franca¹ ou línguas inteligíveis entre si. Dado a seu caráter massivo e radical, os pidgins, que surgem de modo abrupto, tendem a apresentar forte erosão gramatical e léxico reduzido, ao passo que sua gramática tem por base as línguas maternas dos povos dominados e o léxico da língua de dominação, a qual tende a se tornar língua de prestígio da comunidade em questão.

As línguas crioulas, por sua vez, comumente são compreendidas como pidgins derivados de um processo de nativização, processo responsável por atribuir certo grau de complexificação² aos pidgins. Para alguns autores, como Aboh (2015), quando o pidgin é acionado como *input* para aquisição de língua materna, durante o período crítico, de modo espontâneo, pelas novas gerações de falantes, há o processo de crioulização, por meio do qual há a nativização do pidgin. Não obstante, tal cenário sociolinguístico tende a corroborar com a perda das línguas originárias dos povos dominados.

¹ Língua franca é utilizada aqui como sinônimo de língua comum, ou seja, compartilhada tanto pelos povos dominados, quanto pelos dominadores.

² Há diferentes concepções a respeito do que seja complexidade, na âmbito da Linguística. Comumente há forte associação entre complexidade e morfologia flexional, aspecto com o qual não pretendemos aderir no presente trabalho. Na seção 3, a discussão será retomada a fim de confrontar o enquadramento tradicional de que línguas crioulas seriam simplificadas..

Por outro lado, quando há sobrevivência das línguas originárias das populações dominadas, o pidgin é adquirido em processo semelhante à aquisição de segunda língua, orientado pela expansão socio-cultural a qual é submetido. Isto é, passa a ser intencionalmente utilizado em práticas comunicativas mais amplas e extensas do que a mera comunicação emergencial a que se propunha outrora. Casos como esse são tratados nos estudos sobre o contato linguístico ora como pidgins expandidos (Lefebvre, 1998), ora como línguas crioulas (Mufwene, 2002), cuja nativização foi orientada por vetor sociocultural, não pela formatação gramatical oriunda da aquisição de língua materna.

Sob diferentes óticas, discute-se amplamente nos estudos sobre contato linguístico se línguas crioulas teriam gramática menos complexa do que a de outras línguas naturais. Com efeito, Aboh e DeGraff (2007) e Ansaldo e Matthews (2007) apontam para existência de duas vertentes nesse campo de investigação: abordagens excepcionalistas e abordagens uniformitaristas.

Para os excepcionalistas, língua crioulas (quer sejam formadas por aquisição de língua materna, quer por aquisição de segunda língua) seriam mais simplificadas do que outras línguas naturais - que não o são assim nomeadas - pois disporiam de características morfos-sintáticas tais como: redução dos paradigmas pronominal e flexional, construções com duplo objeto, topicalização, perda de funções preposicionais mais lexicais, etc (Roberts, 1997). Sob essa ótica, nesse grupo, pode-se pensar em abordagens tais como a Monogênese (Whinnom, 1956; Taylor, 1959; Thompson, 1961), Biprograma (Bickerton, 1981, 1983), Relexificação (Muysken, 1981; Lefebvre, 1998), Crioulização e descrioulização (Guy, 1981) e Transmissão linguística (ir)regular (Thomason; Kaufman, 1988; Lucchesi, 2009). Em suma, sob a ótica excepcionalista, línguas crioulas apresentariam intrinsecamente gramática estruturalmente excepcional, teriam se desenvolvido através de aquisição da linguagem excepcional, além de se diferirem de suas línguas lexicadoras, em geral, bastante antigas.

Em contrapartida, para os uniformitaristas (Mufwene, 1997, 2002, 2007; DeGraff, 2003, 2005, 2020; Aboh; DeGraff, 2017; Ansaldo; Matthews, 2007; Aboh, 2015, 2020; Santos da Silva, 2023), a particularidade de línguas crioulas se restringe à natureza dos fatores sociohistóricos condicionantes para a natureza da aquisição/transmissão da língua de dominação para os povos dominados. Isto é, além dos fatores sociohistóricos, não há diferenças inerentes ao sistema de línguas

crioulas, mas, possivelmente, manifestações distintas³ daquelas verificadas nos padrões das línguas de dominação nos territórios em que surgiram línguas crioulas. Logo, sob essa perspectiva, não há apenas um recorte metodológico capaz de certificar a complexidade em todas as línguas naturais, uma vez que compreendem a interface sintaxe e morfologia (comumente expressa através da morfologia flexional) como apenas um dos recortes possíveis. Dito de outro modo, estudos uniformitistas chamam atenção para o fato de que se “o ponto de vista cria o objeto” (Saussure, 2012 [1916], p. 16), não é possível analisar a complexidade de uma língua estritamente sob um único viés, a saber, por meio das representações mórficas.

Portanto, uma abordagem uniformitarista demarca que essa constante comparação entre línguas crioulas e “não crioulas” dá-se, sobretudo, com intuito de atestar o grau de distanciamento presente entre os padrões linguísticos indo-europeus (subjetivamente tratados como únicos e universais) e os padrões linguísticos de línguas crioulas, haja vista que muitas línguas não crioulas, fora do grupo indo-europeu, apresentam comportamentos semelhantes, conforme retomaremos nas seções seguintes.

Por conseguinte, Ansaldo e Matthews (2007) questionam mitos tradicionalmente presentes nos estudos sobre línguas crioulas, sendo eles:

- Mito da simplicidade: cuja discussão incide em avaliar até que ponto línguas crioulas seriam menos complexas, através da problematização da ausência de parâmetros comuns para tanto;
- Mito da descrioulização: a partir do qual se questiona se há um ciclo de vida para uma língua crioula, de modo que, ao longo do tempo, ela o deixaria de ser;
- Mito da diacronia excepcional: na qual se problematiza se haveria de fato recursos para tipificar línguas crioulas como excepcionais, dado a carência de fontes documentais primárias.

Para Mufwene (1997, 2002), seria preciso definir o que caracteriza, do ponto de vista linguístico, línguas crioulas para considerar se seriam diferentes das demais línguas naturais. De modo semelhante, Degraff (2005) defende que

³ Por manifestações distintas, entendemos os traços linguísticos que revelam a relação de interface entre sintaxe e os demais níveis de análise linguístico, tais como semântica e/ou com a fonologia, conforme proposto por Aboh (2015), não apenas entre sintaxe e morfologia, como na tradição excepcionalista.

[c]reoles exceptionalism begins with the epistemological baggage that is entailed by very term “criole” [...]. This exceptionalist baggage, a legacy of the race-theoretical assumptions that were promoted as part and parcel of Europe’s mission civilisatrice in Africa and Americas, has been forcefully dagged across time and space, and it is still to much work in contemporary creolistics, independent of theorical orientation (DeGraff, 2005, p. 537)⁴.

Diante disso, cabe questionar quais epistemes subsidiam o imaginário de que línguas crioulas sejam exceção e por que. Em trabalho posterior, DeGraff (2020, p. 295)⁵ parece ter encontrado a resposta para a própria questão, visto que

[i]n other words, linguists back then, like philosophers and other scholars engaged in the human sciences, had to justify slavery and convince themselves and everyone else that Africans and the Indigenous peoples of the Americas and beyond were naturally destined to be slaves due to their supposedly inherent inferiority. Therefore, their languages as well had to be considered ‘lesser’, as a reflex of their lesser humanity — with grades of humanity defined by European norms. [...] The latter were the very founders and funders of the ‘colonialism and conquest’ project structuring the production and transmission of knowledge about Creole languages.

Atento aos impactos de colonialismo (e por conseguinte do racismo) na percepção sobre a descrição de línguas humanas, Mufwene (2020) demarca como a simplificação de morfologia flexional do inglês

⁴ O excepcionalismo crioulo começa com a bagagem epistemológica que o próprio termo ‘crioulo’ acarreta [...]. Esta bagagem excepcionalista, um legado dos pressupostos teóricos da raça que foram promovidos como parte integrante da missão civilizatória da Europa em África e nas Américas, foi forçosamente transportada através do tempo e do espaço, e ainda é preciso muito trabalho na crioulistica contemporânea, independentemente de orientação teórica (DeGraff, 2005, p. 537, tradução nossa).

⁵ “Em outras palavras, os linguistas daquela época, assim como filósofos e outros acadêmicos envolvidos nas ciências humanas, tinham que justificar a escravização e convencer a si mesmos e a todos os outros de que os africanos e os povos indígenas das Américas estariam naturalmente destinados à escravização devido à sua suposta inferioridade natural. Portanto, suas línguas também tinham que ser consideradas ‘menores’, como um reflexo de sua humanidade menor — com graus de humanidade definidos pelas normas europeias. [...] Estes últimos foram os próprios fundadores e financiadores do projeto de ‘colonialismo e [suas ditas] conquistas’ estruturaram a produção e a transmissão de conhecimento sobre as línguas crioulas” (DeGraff, 2020, p. 295, tradução nossa).

é considerada natural, embora seja parâmetro de suposta “diferença, exceção ou exotificação” quando verificado em línguas africanas e crioulas, haja vista que se distanciam de padrões linguísticos considerados, quase sempre, universais. Em reflexão sobre a suposta universalidade de gênero gramatical nas línguas naturais, Carvalho (2021) identifica que

[g]ênero é percebido [...] como produto, na contemporaneidade, do pensamento determinista dominante no século XIX, resultante de uma prática iniciada ainda no século XVI, com a colonização [...], que desembocou no estabelecimento de uma genealogia gramatical como critério de análise das línguas, mas determinando o indo-europeu, família de línguas originadas idealmente por um punhado de línguas semíticas e jaféticas (indo-arianas e indo-europeias), como parâmetro para as demais línguas do mundo, **constituindo uma domesticação europeia na descrição linguística** (CARVALHO, 2021, p. 40-41, grifo nosso).

Na mesma direção de DeGraff e Mufwene, Carvalho (2021) denuncia como fomos socializados/as/es mediante ao apagamento epistêmico maquiado de tradição linguística. Desse modo, cabe avaliar como essa tradição é imposta pelo colonialismo, atualizado através do imperialismo, os quais possuem como agências fundantes⁶ o cristianismo judaico-cristão e a eugenia. Portanto, o autor questiona em que medida o que se concebe como universal (ou possibilidade variável de manifestação linguística desse universal) reflete categorias efetivamente comuns às línguas naturais ou representam especificidades proeminentes de línguas de prestígio, a partir da ponderação dos modelos de descrição vigentes no período medieval, na idade moderna e na tipologia do século XIX. Para Cerqueira (2022), há grande importância em mensurar como o empreendimento colonial, bazilador dos objetos de estudo da Crioulística (Yakpo, 2020), impacta na estrutura social de populações violentadas por esse sistema, o que, sem dúvida, provoca inúmeras mudanças em sua estrutura linguística.

⁶ No curso da colonização foi propagado o mito da inferioridade natural de povos não-europeus (ou não brancos), uma vez que tais populações deveriam ser salvas através do catecismo, já que eram consideradas primitivas e/ou desprovidas de alma. Com a crise do escravagismo e o advento do imperialismo, a eugenia (corrupção enviesada do darwinismo) atualiza e agência o mito da inferioridade natural, ao defender, sem rigor metodológico, que, apesar de serem de uma mesma espécie (*homo sapiens*), caucasianos seriam mais evoluídos do que negroides e mongoloides (Gilroy, 1993 [2001]).

Em síntese, para os excepcionalistas, as línguas crioulas representam características estruturais particulares, já que elas diferem do padrão observado nas línguas indo-europeias. Para os uniformitaristas, por outro lado, línguas crioulas apresentam características estruturais diferentes, mas não inferiores às verificadas no padrão indo-europeu, inclusive, por dispor de características também presentes em muitas outras línguas fora desse grupo, tais como algumas línguas africanas, asiáticas, indígenas e de sinais.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem por objetivo problematizar, em instância preliminar, com base no fenômeno do apagamento do sujeito pronominal em línguas crioulas faladas em Malaca, Bombaim e Ceilão, até que ponto essas línguas são simplificadas ou a noção de complexidade reflete estritamente o padrão linguístico indo-europeu (Leal, 2020; Carvalho, 2021; Mattos, 2023). Para tanto, mobilizamos, como referencial teórico, a Teoria de Contato⁷ Linguístico, com ênfase em perspectivas universalistas, tais como Aboh (2015), Aboh e DeGraff (2017), DeGraff (2020) e Santos da Silva (2023). Embora, ao longo do texto sejam apresentados dados de línguas crioulas como os falados em Malaca, Bombaim e Ceilão, aos quais demos tratamento qualitativo, a metodologia em tela é de cunho hipotético-dedutivo, uma vez que a investigação do comportamento do fenômeno do sujeito sintático nessas línguas pode vir a ser uma pista para melhor compreensão (ou questionamento) da suposta simplificação de línguas crioulas.

2. O caso do sujeito

Sabe-se que há línguas cujo sujeito deve ser preenchido fonologicamente, em virtude de um requerimento sintático, enquanto outras podem ter sua realização nula. Com efeito, há a generalização de que o sujeito nulo seja condicionado por um rico sistema de morfologia flexional, como sugerido primeiro por Taraldsen (1978) e posteriormente detalhado por Rizzi (1982, 1986). Essas propostas iniciais para explicar *pro-drop* nas línguas era fortemente dependente da operação minimalista *agree*, na qual há identidade dos traços de sonda e de al-

⁷ Em acordo com o debate proposto por DeGraff (2020), optamos por substituir o nome do campo Crioulística por Teorias de Contato Linguístico, dado ao caráter etimologicamente racista do primeiro.

vo (antigo AgrP⁸), na concatenação de TP⁹ com o verbo. Quanto aos Crioulos, com ênfase no falado em Bombaim, Dalgado (1906. p.161) afirma que “[a] falta de flexões pessoais dos verbos requer que o sujeito seja sempre expresso nos crioulos, salvo se as proposições forem conjuntas pela cópula”. Dito de outro modo, sob esse prisma, é preciso que o verbo disponha de morfologia flexional para uma língua ter sujeito nulo licenciado na sentença.

Outrossim, é importante frisar que esses estudos iniciais também eram muito restritos às amostras de línguas (ocidentais) europeias (Figueiredo, 2017). No entanto, trabalhos posteriores identificaram que uma proposta de análise baseada em uma noção rígida de concordância (orientada por correspondência morfológica) não poderia explicar *pro-drop* em línguas como mandarim, japonês ou crioulos, em que não há flexão verbal (Huang, 1984; Gilligan, 1987; Nicolis, 2008).

Tal fato motivou o desenvolvimento de uma série de propostas sobre licenciamento de sujeito *pro-drop*, mediante à ausência de flexão verbal. Dentre eles, Huang (1984), em estudo sobre línguas como o chinês, propõe a existência de dois tipos funcionais principais de línguas de sujeito nulo, a saber: aquelas orientadas pela estrutura gramatical, como o Português Europeu (PE) (Raposo, 1986), e aquelas orientadas pelo discurso, como o Português Brasileiro (PB) (Pontes, 1987). Além disso, Huang aponta que mesmo nas línguas com “rica” flexão verbal, as informações discursivas também podem contribuir para a referência do sujeito em línguas *pro-drop*.

Dentre os estudos sobre línguas *pro-drop* orientadas por discurso, destaca-se a pesquisa de Tomioka (2003), em que se propõe uma generalização do *pro-drop* discursivo (*discourse pro-drop generalization*), ao passo que sugere que há uma relação entre as línguas com *pro-drop* radical e a tipologia de sintagmas nominais nus (NP¹⁰). Dessa maneira, Tomioka afirma que o pronome nulo pode ser interpretado

⁸ Projeção funcional gerativista (Chomsky, 1981) correspondente à morfologia flexional, ou seja, correspondência morfológica de gênero, número e pessoa. Para as abordagens minimalistas (Chomsky, 1994 e posteriores), Agree não é mais representado na estrutura como uma posição funcional, mas como uma operação de valoração de traços formais no âmbito da derivação sintática.

⁹ Projeção funcional gerativista correspondente à morfologia desinencial (Chomsky, 1981) ou à projeção responsável pela valoração dos traços formais de tempo, modo e aspecto no âmbito da derivação sintática.

¹⁰ NP (Phrase nominal) ou sintagma nominal é a categoria lexical de nomes. Por sua vez, NP nu corresponde a ausência de determinante regendo o NP.

por meio dos mesmos mecanismos do discurso que são utilizados para interpretar os NPs nus. No entanto, há um questionamento básico nessa proposta: apesar de haver consenso a respeito de línguas com *pro-drop* radical manifestarem NPs nus, não há consenso quanto às línguas com NPs nus exibam *pro-drop* radical.

Tendo isso em vista, com base em dados do japonês, Saito (2007) propõe a existência de um único mecanismo gramatical que licencia o *pro-drop* a partir de informações fornecidas pelo discurso, as quais seriam copiadas para a posição argumental de sujeito, sempre na ausência da morfologia flexional. Nesse sentido, Saito associa o *pro-drop* radical ao apagamento do sujeito, conforme a interface léxico-semântica com a derivação sintática, tanto na numeração, quanto na interface conceitual-intencional ou LF (forma lógica).

Na mesma direção, em estudo recente sobre o mandarim, Frascarelli e Casentini (2019) propõem que o licenciamento do sujeito em línguas *pro-drop*, sem morfologia flexional, envolve estratégias de interpretação baseadas na estrutura informacional do discurso. Desse modo, assume-se que a interpretação de um pronome nulo em posição de sujeito depende de uma relação correspondente com um tipo específico de tópico: um A-Topic (*Aboutness-shift topic*), introduzindo um novo tópico no discurso. Essa perspectiva depende do conceito de *split domain* C (Rizzi 1997), em que o complementizador compreende pelo menos duas categorias funcionais - Força Illocucionária (ou modalidade de ato de fala) e Finitude. O A-Topic incorpora força illocucionária e apresenta o tema da sentença: “é um ato de fala inicial que fornece a ‘entrada’ sob a qual a proposição subsequente (uma afirmação, uma pergunta, um comando etc.) (Frascarelli; Consentini, 2019, p. 3-4). Por sua vez, o A-Topic é introduzido por cláusulas dotadas de força illocucionária que permitem mudança no curso da conversação (Bianchi; Frascarelli, 2010, p. 41). Sendo assim, se um A-Topic for mantido por mais sentenças, ele não precisa ser realizado foneticamente em cada domínio C subsequente. Isso dá origem a cadeias de tópicos em que A-Topics nulos licenciam um relacionamento entre o A-Topic contínuo e cada sujeito nulo subsequente, ligados por indexação.

Conforme os trabalhos apresentados, pode-se aventar propostas de análise para línguas *pro-drop* cuja concordância não possui representação morfológica flexional. Diante disso, na próxima subseção, consta a análise do sujeito nulo em alguns crioulos de base lexical portuguesa, a saber: o de Malaca, Bombaim e Ceilão. Essa descrição

tem por intuito verificar — através do licenciamento do sujeito nulo, em línguas cuja morfologia flexional é inexistente — até que ponto línguas crioulas são simplificadas ou a noção de complexidade que orienta os estudos linguísticos, marcada pelo colonialismo, reflete estritamente o padrão linguístico indo-europeu.

2.1 O que se verifica nos dados de línguas crioulas?

Desde a antiguidade, com base na tradição gramatical greco-romana, há o imaginário de que línguas com paradigmas flexionais tidos como ricos, tais como o grego e o latim, possuem mais complexidade linguística do que as demais línguas. Esta compreensão permaneceu incontestável até meados do século XIX, em que pesquisadores como Schleicher, defendiam que uma morfologia “rica” era sinônimo de complexidade linguística. Com efeito, houve a exaltação da riqueza morfológica das línguas europeias, sendo essas línguas consideradas como as mais complexas, quer pelo seu padrão morfológico, quer por sua posição de dominação frente às línguas originárias de territórios submetidos ao empreendimento colonial e ao imperialismo.

Em contrapartida, as línguas que não se caracterizavam por esse traço linguístico foram taxadas de inferiores, assim como seus falantes e suas sociedades (Leal, 2020, p. 24). Aliado à suposta soberania do nível morfológico sobre os demais níveis de análise da língua, Dalgado (1906, p.161) afirma que o sujeito sintático seria sempre realizado em línguas crioulas, uma vez que a falta de flexões pessoais dos verbos impediria o licenciamento do sujeito nulo.

De modo semelhante, a caracterização de sujeito nulo proposta por Taraldsen (1978) e, posteriormente detalhado por Rizzi (1982, 1986), também se baseia na ideia de que um paradigma de flexão verbal “rica” seria o único recurso da língua capaz de condicionar a recuperação do conteúdo dos sujeitos nulos. Ou seja, sob essa visão, a ausência de morfologia flexional seria um impedimento para referência do pronome nulo em posição de sujeito. No entanto, é preciso destacar que a caracterização de sujeito nulo proposta por Rizzi baseia-se em uma pequena amostra de línguas da Europa Ocidental, o que corresponde a uma pequena amostra das línguas naturais faladas no mundo. Portanto, pode-se questionar se o padrão descrito pelo autor de fato se sustenta transversalmente, como um fato tipológico, quan-

do se contempla uma gama de línguas mais ampla, cujos recursos de licenciamento do sujeito nulo sejam outros.

Tendo isso em vista, Silva (2020) investiga o comportamento do sujeito nulo em três línguas crioulas de base lexical portuguesa, o crioulo de Malaca, crioulo de Bombaim e o crioulo do Ceilão, nas quais não há frequência de morfologia flexional. Apesar de o quantitativo de sujeitos realizados ser superior ao de sujeitos nulos, essas línguas não dispensam o uso do sujeito nulo, o que implica na necessidade de explicação de seu licenciamento. Ao contrário de sua língua lexificadora (PE médio), o crioulo de Malaca, o crioulo de Bombaim e o crioulo do Ceilão, embora desprovidos de flexão verbal, apresentam tanto pronomes sujeitos nulos referenciais, quanto não referenciais. Ademais, essas línguas crioulas permitem apagamento de sujeitos com todos os números e pessoas da enunciação.

Nos dados¹¹ (1a), (1b) e (1c), pode-se observar que os pronomes sujeitos são realizados. Naturalmente, quando não há menção prévia, é esperado que o sujeito de uma primeira menção seja realizado, para que o interlocutor possa recuperar sua referência, a menos que essa identificação seja facilitada por considerações pragmáticas.

- (1) a. *Eli membes teng mpoku doda ake ora nus anumbés*
 3SG ADV ter QUANT ADJ DEM hora 1PL ADV
- ngka fai nus sa sibrisu retu*
 NEG fazer 1PL POSS trabalho ADJ

‘Ela está um pouco doida, às vezes. Naquela ocasião, **nós** talvez não fizéssemos nosso trabalho direitinho.’

(Silva, 2020, p.71 [Kristang])

- b. *Elôte ja comeu com grand gôst e felicidad.*
 3PL PFV comer PREP grande gosto PREP felicidade

‘Eles comeram com grande gosto e felicidade.’

(Dalgado, 1906, p.196 [crioulo de Bombaim])

¹¹ Glosa: 1SG: Primeira pessoa do singular; 2SG: Segunda pessoa do singular; 3SG: Terceira pessoa do singular; 1PL: Primeira pessoa do plural; 2PL: Segunda pessoa do plural; 3PL: Terceira pessoa do plural; ART: Artigo; ADJ: Adjetivo; ADV: Advérbio; CONJ: Conjunção; NEG: Negação; PFV: Partícula de Aspecto Perfectivo; POSS: Possessivo; PREP: Preposição; QUANT: Quantificador; TMA: Tempo Modo Aspecto; Ø: Entidade nula.

c. *Pouco dias ansque Natal nós já foi per visitá per ela*
 ADV dias antes natal 1PL PFV ir PREP visitar PREP 3SG

‘Poucos dias antes do Natal, nós fomos visitar ela.’

(Dalgado, 1900, p.109 [crioulo de Ceilão])

No entanto, os dados em (2a), (2b) e (2c) são altamente produtivos e gramaticais nesses crioulos, ou seja, quando há uma referência anterior, se estabelece uma cadeia de antecedência imediata (Carvalho, Brito, 2017; Cerqueira, 2019), isto é, os sujeitos das sentenças encaixadas, mesmo nulos, são indexados à primeira referência.

(2) a. *Nu bai skola Ø sabe papiá ingrés.*
 1PL ir escola 1PL saber falar inglês

‘Nós vamos a escola, (nós) sabemos falar inglês.

(Silva 2020. p.71 [Kristang])

b. *Ell ja pusô dinheir na su bôls e*
 3SG PFV pôr dinheiro PREP POSS bolso CONJ

Ø já começô su march nã montanh e desert.
 3SG PFV começar POSS marcha PREP montanha CONJ deserto

‘Ele pôs o dinheiro no seu bolso e (ele) começou a sua marcha pela montanha e pelo deserto.’

(Dalgado, 1906, p. 198 [crioulo de Bombaim])

c. *Tomando este denheiro ella ja foi per o chap*
 Tomar DEM dinheiro 3SG PFV ir PREP ART loja

Ø ja comprá três barato chapés.
 3SG PFV comprar três barato chapés.

‘Pegando este dinheiro, ela foi para a loja, (ela) comprou três chapéus baratos.’

(Dalgado, 1900, p.109 [crioulo de Ceilão])

Os dados em (2) referendam os resultados encontrados por Frascarelli e Casentini (2019), no mandarim, e por Silva (2020), no Kristang, além de apresentarem comportamento semelhante ao PB (Cerqueira, 2019). Esses trabalhos apontam para o fato de que língua com

pouca ou nenhuma flexão, assim como os crioulos aqui mencionados, realizam o licenciamento de sujeito nulo através de estratégias de interpretação baseadas na estrutura informacional da própria sentença ou do discurso. Logo, línguas sem morfologia flexional são totalmente aptas a licenciar sujeitos nulos, o que parece ser uma evidência de complexidade. Para nós, complexidade é uma propriedade de toda e qualquer língua natural, haja vista que se verifica através de propriedades de criatividade e recursividade (Chomsky, 1981, 1986).

Todavia, Dalgado (1906, p.161) defende que a realização do sujeito deveria ser obrigatória em línguas crioulas, pois, sob esse olhar, a falta de flexões pessoais dos verbos impediria seu licenciamento. Com efeito, essa suposta “limitação” tem sido tratada na literatura da área como uma marca de simplificação de línguas crioulas. Entretanto, se essas línguas dispõem de outros recursos para fazê-lo, cabe questionar se elas são efetivamente simplificadas ou se sua complexidade diverge do padrão linguístico eleito como reflexo de complexificação. Todavia, assim como os dados em (2), nos dados em (3) e (4), o recurso da cadeia de antecedência imediata se verifica. Pode-se, nesse sentido, constatar um mecanismo alternativo de licenciamento do sujeito nulo, mesmo sem a morfologia flexional, advindo da interface da sintaxe com a semântica e/ou com a pragmática.

- (3) *Yo ngka mutu chadu papiá Ø bai skola Ø ngka*
 1SG NEG ADV ADJ falar 1SG ir escola 1SG NEG
- mutu chadu Ø ngka toma buku prende.*
 ADV ADJ 1SG NEG pegar livro aprender

‘**Eu** não era muito talentosa na hora de falar, **(eu)** ia para a escola (mas) **(eu)** não era muito inteligente, **(eu)** não pegava no livro para aprender.’
 (Silva, 2020, p. 73 [Kristang])

- (4) **Ell** ja principiú cortá lenha agora mas quand Ø tinh
 3SG PFV começar cortar lenha ADV CONJ ADV 3SG ter
- cortado Ø já falho um pancada e Ø ja corto su pé
 cortar 3SG PFV falhar NUM pancada CONJ 3SG PFV cortar POSS pé

‘Ele começou cortar lenha agora, mas quando **(ele)** tinha cortado, **(ele)** falhou na pancada e **(ele)** cortou o pé.’

(Dalgado, 1906, p. 196 [crioulo de Bombaim])

Com base nos dados apresentados, cabe enfatizar que, a nosso ver, o fato de uma língua crioula não possuir todas características de sua língua lexificadora, a exemplo da flexão verbal, não a torna mais rica (sofisticada/complexa) ou mais pobre (menos sofisticada/menos complexa). Em muitos casos, como o plural redundante no português, o item eleito como marca de complexidade pode ser considerado apenas como item acessório de uma língua. Portanto, as línguas crioulas não podem ser rotuladas como inferiores em relação às demais, pois a complexidade linguística não deve ser restrita ao padrão linguístico verificado em línguas de prestígio (como boa parte das línguas indo-europeias), conforme já atestado por Aboh e DeGraff (2007) e Mufwene (2020). Além disso, os crioulos, como línguas híbridas, podem ser mais complexos do que não-crioulos (Bakker, 2017, p.14), a depender do nível de análise em interface com a sintaxe eleito como parâmetro para a avaliação de complexidade. Isto é, as epistemológicas coloniais subjacentes sobre as teorias de contato linguístico excepcionalista, bem como a compreensão de que a morfologia é o único nível de análise capaz de refletir complexidade, parecem induzir ao erro de que línguas crioulas seriam simplificadas.

3. O lugar da complexidade em línguas crioulas

De acordo com Ansaldo e Matthews (2007), o paradigma das línguas crioulas é manifestado, fundamentalmente, por dois critérios: contato entre línguas e mudança linguística. Na direção de Mufwene (1990, 1997, 2001, 2002), os autores defendem que o estudo de línguas crioulas é colaborativo não só para compreensão de línguas surgidas a partir dos contatos linguísticos - decorrentes de fatores sociais, os quais motivaram mudanças - mas, sobretudo, para reflexão sobre a natureza da aquisição/transmissão da linguagem. Em vista disso, para Aboh e DeGraff (2017), é preciso realizar uma desconstrução das bases tradicionais do termo crioulo, a fim de focar em sua conjectura histórica, bem como no custo dessa atualização em estudos empíricos. Ou seja, analisar línguas crioulas dando ênfase às suas sócio-histórias, em detrimento de uma suposta simplicidade, implica na necessidade de reatualização de recursos descritivos e tipológicos.

No âmbito da ciência moderna, McWhorter (1998) é um dos primeiros linguistas a defender diferentes níveis de complexidade entre as línguas. Assim, para ele, as línguas crioulas, por serem mais jo-

vens — o que lhes possibilitou sofrer menos processos de gramaticalização/reanálise — seriam menos complexas do que suas línguas originárias (tanto a língua de dominação, quanto a dos povos dominados). Contudo, o autor o faz reconhecendo que “[...] that one language can be more complex than another in terms of a particular area of grammar¹²” (McWhorter, 2007, p. 252). Portanto, para ele, a complexidade se manifesta em diferentes graus nos diferentes níveis gramaticais, apesar de reconhecer a importância da sintaxe na estruturação dos sistemas linguísticos. Partindo do pressuposto de que a sintaxe é o nível primordial da organização gramatical (Chomsky, 1994, 2016; Aboh, 2015), é possível verificar diferentes graus de complexidade na interface entre a sintaxe e os níveis fonológico, morfológico, semântico e pragmático.

Porém, cabe questionar como se estabelece uma associação tendenciosa entre as noções de simplicidade (ou menor complexidade sob a observação de um nível em particular) e inferioridade/subordinação. Sabe-se que no século XIX e início do XX, desconsiderando que o darwinismo¹³ propunha uma teoria da evolução entre seres de diferentes espécies (não de seres da mesma espécie), “[o] racismo científico ou eugenia, como também ficou conhecido o darwinismo social, atinge a linguística. Tem-se, então, início à corrida em busca da língua original (protolíngua) cuja evolução [teria gerado as línguas de prestígio]” (Carvalho, 2021, p. 45-46).

Com efeito, há forte interferência da eugenia sobre a tipologia linguística, o que reverbera na associação equivocada entre menor grau de complexidade, sob a observação de um nível em particular, com inferioridade/subordinação.

Dominada pela produção científica europeia, herdada de uma tradição gramatical construída tendo como objeto línguas clássicas da família indo europeia como o grego antigo e o latim, infundida com interpretações equivocadas do darwinismo e ideias de supremacia racial que culminaram em presunções acientíficas com ares de teoria da conspiração (Schwegler, 1990; Mattos, Lazzarini-Cyrino, 2020), a linguística em seus primórdios acabou por eleger uma explicação [pseudo-evolucionista]

¹² “[...] que uma língua pode ser mais complexa do que outra em termos de uma área específica da gramática” (McWhorter, 2007, p. 252, tradução nossa).

¹³ Para uma discussão mais robusta acerca da perspectiva darwiniana de evolução no âmbito da linguagem humana, ver Cerqueira (2023).

para dar conta da complexidade das diferentes línguas do mundo. Relíquias desse período racista persistem até hoje no fazer científico acerca da linguagem, e demonstram sua persistência toda vez que se usam os termos língua isolante, aglutinante, fusional, analítica, sintética, provenientes da classificação de línguas inteiras em tipos morfológicos — e hierarquicamente estabelecidas (*ibid*). (Mattos, 2023, p. 2).

Ou seja,

[...] as discussões em torno da complexidade linguística foram limitadas a discursos que poderiam levar a eventuais leituras preconceituosas [e] racistas, como muitas vezes foi o caso no século XIX; ora foram relegadas a deduções imprecisas, sem maiores descrições linguísticas, ou menos sem maiores consequências, como é o caso da primeira metade do século XX [...] (Leal, 2020, p. 32)

Considerando que toda e qualquer língua natural dispõe de recursos e maquinário necessário para desenvolvimento da complexidade de seu sistema linguístico (McWhorter, 2001; Dahl, 2004; Aboh, 2015, 2019), os quais podem ser mais proeminentes em um nível de análise do que em outro a depender da língua, pode-se constatar

[a]ll in all, these chapters end up relativizing the notions of complexity and simplicity by showing that these are usually somewhat biased notions deriving from subjective or theoretically-specific perspectives, and should be limited to working definitions for experimental purposes, within specific sub-domains of linguistic structure¹⁴ (Ansaldò; Matthews, 2007, p. 7).

Portanto, propomos, com base em Aboh (2009, 2015, 2020) que todas as línguas naturais são complexas com base em critérios como criatividade, recursividade e dupla articulação¹⁵. O que muda parece ser o modo como essa complexidade se manifesta, já que não é uni-

¹⁴ Em suma, estes capítulos acabam por relativizar as noções de complexidade e simplicidade, mostrando que estas são geralmente noções um tanto tendenciosas, derivadas de perspectivas subjetivas ou teoricamente específicas, e devem ser limitadas a definições práticas para fins experimentais, dentro de subdomínios específicos da estrutura linguística (Ansaldò; Matthews, 2007, p. 7, tradução nossa).

¹⁵ Por criatividade, compreende-se a capacidade de produção de novas formas do sistema, com base em padrões preexistentes; recursividade como a concatenação de elementos constitutivos dos sistemas, em conformidade com as regras da gramática da língua em questão – cria-se um conjunto infinito de sentenças a partir de um conjunto fini-

camente através de morfologia flexional (Santos da Silva, 2023). Para nós, a sintaxe tem poder de manifestar complexidade na interface com outros níveis, tais como fonologia, semântica e pragmática, uma vez que, diferente de outros tipos de linguagem, tais como animal, matemática ou musical, a linguagem humana, de modo geral, caracteriza-se por ser uma entidade complexa em sua essência (Chomsky, 2016; Berwick; Chomsky, 2016).

Não obstante, os dados apresentados na seção anterior podem representar uma pequena evidência empírica em função da confirmação da hipótese de que complexidade é uma característica comum às línguas humanas (Chomsky, 1981, 1986, 1994, 2006, 2016), não mensurável em graus distintos, variando entre mais ou menos complexas, pois se complexidade é um componente da linguagem humana, sua verificação é binária: ou há complexidade ou não há complexidade. Isto é, a linguagem humana é naturalmente complexa, visto que a ausência de complexidade é verificada em outros sistemas comunicativos que não se configuram como língua (Berwick; Chomsky, 2026). Por sua vez, sua avaliação em diferentes graus implica na escolha da interface entre a sintaxe e outro nível de análise, de modo que, tradicionalmente, há hipervalorização da interface sintaxe-morfologia. Isso parece estar associado ao fato de esse ser o padrão predominante nos sistemas de línguas indo-europeias.

Nos dados apresentados, há exemplos de sentenças dos crioulos de Malaca, de Bombaim e de Ceilão, os quais, sob ótica excepcionista, possuem sistema linguístico menos complexo, ou seja, mais simplificado. Com efeito, tem sido defendido na literatura da área (Dalgado, 1906; Nicolis, 2008) que tais línguas não poderiam ser *pro-drop*, pois a ausência da morfologia flexional comprometeria o licenciamento tanto a concordância, quanto a co-referência do sujeito pronominal. Contudo, mesmo sem a marca de morfologia flexional, as sentenças são gramaticais e produtivas nessas línguas. Assim, trabalhos como os de Silva (2020), cuja língua em estudo foi o kristang, atestam que o licenciamento¹⁶ da referência em línguas crioulas *pro-drop* seja, como já proposto por Huang (1984), a interface entre a sintaxe e a pragmática.

to de regras (Chomsky, 1986); e dupla articulação pela organização do sistema linguístico em níveis de análise (Martinet, 1978).

¹⁶ Em decorrência do limite de páginas, não realizaremos uma discussão mais profunda sobre o licenciamento do pronome nulo nas línguas supracitadas. Porém, para melhor compreensão, ver Silva (2020 e posteriores).

Dito de outro modo, assim como em Silva (2020), os dados aqui apresentados na seção dois, atuam como uma breve evidência para manifestação da complexidade de línguas crioulas por meio da interface da sintaxe com a semântica e com a pragmática. Ou seja, ainda que não haja morfologia flexional - característica fortemente associada à suposta simplificação de línguas crioulas, como já sinalizado por Silva (2023) - essas línguas acionam outro recurso para fazê-lo, evidenciando que há sim complexidade entre elas, embora sua manifestação não seja similar ao verificado no padrão de línguas indo-europeias. Logo, é preciso avaliar as ideologias linguísticas e epistemologias que atuam sobre as Teorias de Contato Linguístico, conforme proposto pela vertente uniformitarista.

4. Considerações parciais

No presente trabalho, realizamos uma breve problematização do termo complexidade, nos estudos linguísticos, mais precisamente no âmbito da suposta simplificação das línguas crioulas. Sendo assim, analisamos, pontualmente, o comportamento do sujeito nulo em três línguas crioulas: crioulo de Malaca, crioulo de Bombaim e crioulo do Ceilão, sob o referencial da Teoria de Contato Linguístico (Mufwene, 1990, 2001, 2002, 2007, 2020; Aboh, 2015, 2020; Aboh; DeGraff, 2017; Aboh; DeGraff, 2017; Ansaldo; Matthews, 2007; Yakpo, 2019; DeGraff, 2005, 2020).

Desse modo, identificamos, com destaque para o fenômeno do apagamento do sujeito pronominal nas línguas mencionadas, que línguas crioulas **não são** simplificadas, pelo contrário, são bastante complexas, haja vista que lançam mão de recursos linguísticos sofisticados para licenciar o sujeito nulo referencial na ausência de morfologia flexional, tais como a cadeia de tópico (Frascarelli e Casentini, 2019) e cadeia de antecedência imediata (Carvalho, Brito, 2017; Cerqueira, 2019), nas quais o licenciamento do pronome nulo é estabelecido na interface entre a sintaxe — pragmática e sintaxe — semântica, respectivamente.

Considerando que esses recursos linguísticos também são verificados em muitas outras línguas do mundo¹⁷, como o mandarim, o

¹⁷ Não apresentamos dados dessas línguas tanto em função do escopo do trabalho, quanto do limite de páginas. Contudo, para maiores informações, pode-se verificar nos trabalhos aqui referenciados.

gbo, o japonês, a maioria das línguas de sinais, o georgiano, o próprio PB, dentre outras, compreendemos que a tipificação de línguas crioulas como línguas menos complexas parece refletir uma dinâmica de descrição linguística restrita aos padrões gramaticais de línguas indo-europeias.

Não obstante, a Linguística tende a classificar como línguas crioulas gramáticas híbridas advindas de processo de aquisição atípica, em cenário de dominação, cujas línguas lexificadoras são, justamente, línguas indo-europeias, como: português, espanhol e francês. Dito de outro modo, é possível avaliar que há uma intenção, ainda que subjetiva, de hierarquizar tais línguas, bem como seus sujeitos falantes (DeGraff, 2020; Mufwene, 2020). Ou seja, a base para classificação de línguas crioulas como simplificadas reside em sua comparação com línguas (de dominação no bojo da colonização e do imperialismo) cujos sistemas gramaticais são relativamente próximos entre si (em que a morfologia tende a refletir as operações sintáticas), ainda que tais línguas sejam numericamente pouco significativas, se comparadas a quantidade de línguas humanas existente (Mattos, 2023). Quando comparadas com línguas cuja sintaxe estabelece maior “diálogo” com a fonologia, a semântica e o discurso, observa-se que não há excepcionalidade ou simplificação em línguas crioulas; exceto pelas condições sócio-históricas de subordinação aos quais seus povos falantes foram submetidos (Yakpo, 2019).

Diante disso, encerramos essa breve discussão com “considerações parciais”, uma vez que ainda há muito a ser feito, por linguistas de modo geral, no que tange tanto ao estabelecimento de parâmetros robustos para apreciação de complexidade entre as línguas humanas (Leal, 2020; Mattos, 2023), quanto da compreensão crítica dos recursos de complexificação presentes quer em línguas crioulas, especialmente, em línguas externas ao grupo indo-europeu, para que assim seja possível o estabelecimento de um fazer tipológico capaz de superar a ideologia eugenista que mobilizou os estudos histórico-comparativistas, mas que ainda se fazem presentes em muitos aspectos do fazer linguístico contemporâneo (Lazarini-Cyrino, 2019; Carvalho, 2021).

Referências

- ABOH, Enoch. O. **Competition and selection: that's all!** In: ABOH, E. O.; SMITH, N. (ed.). *Complex processes in new languages*. Amsterdam: Benjamins, 2009. p. 317-344.

- ABOH, Enoch. **The Emergence of Hybrid grammar**: Language Contact, Change and Creation. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- ABOH, Enoch. **Lessons From Neuro-(a)-Typical Brains**: Universal Multilingualism, Code-Mixing, Recombination, and Executive Functions. In: *Front. Psychol*, v. 11, 488, 2020.
- ABOH, Enoch.; DeGraff, Michael. **A Null Theory of Creole Formation Based on Universal Grammar**. Oxford Handbooks Online, 2017.
- ABOH, Enoch. **Our criolized tongues**. In: RAPPAPORT HOVAV, Malka; RESHEF, Yeal; TAUBE, Moshe *Language Contact, Continuity and Change in the Genesis of Modern Hebrew*. John Benjamins Publishing Company, 2019, p. 287-320.
- ANSALDO, Umberto; Matthews, Stephen. **Deconstruction creole: the rationale**. In: ANSALDO, Umberto; MATTHEWS, Stephen; LIM, Lisa. (Eds.). *Deconstruction creole*. Amsterdam: Bejamins, 2007, p.1-14.
- BAKKER, Peter. **Key concepts on the history of creole studies**. In: BAKKER, Peter; BORSCHENIUS, Finn; LEVISEN, Carsten; SIPPOLA, Eeva (Orgs.). *Creole Studies: Phylogenetic Approaches*. Amsterdam: John Benjamins., 2017, p. 5-35.
- BERWICK, Robert; Chomsky, Noam. **Why only us?: language and evolution**. Cambridge: MIT Press, 2016.
- BIANCHI, Valentina; FRASCARELLI, Mara. **Is topic a root phenomenon?** In: *Iberia: An International Journal of Theoretical Linguistics*, v.2(1). p.43-88, 2010.
- BICKERTON, Derek. **Roots of language**. Ann Harbor MI: Karoma, 1981.
- BICKERTON, Derek. **Creole languages**. In: *Scientific American*, 1983, 249(1), p. 116-122.
- BICKERTON, Derek. **The language bioprogram hypothesis**. In: *Behavioral and Brain Sciences*, 1984, v. 7, p. 173-203.
- CARVALHO, Danniell da Silva; BRITO, Dorothy Brito S. **Impostores, correferência e concordância em português brasileiro**. In: *Revista Letras*, v. 96, 2017, p. 55-73.
- CARVALHO, Danniell da Silva. 2021. **A domesticação da gramática de gênero**. São Paulo: Pontes.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. **O pronome pleno de terceira pessoa**: estrutura interna e relações referenciais. 152 f. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2019.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. **O pronome pleno de terceira pessoa no português oitocentista**. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, 2022, v. 30, n.4, p. 1596-1620.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. **Dez obras para conhecer Biolinguística**. In: CARVALHO, Danniell da Silva; LAZARINI-CYRINO, João Paulo. (Orgs.). *GuiaLET: guia de leituras do Instituto de Letras*. Salvador: Edufba, 2023, p. 135-160.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and building**. New York: MIT Press, 1981.
- CHOMSKY, Noam. **O conhecimento da língua**: sua natureza, origem e uso. Tradução de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1986.
- CHOMSKY, Noam. **O Programa Minimalista**. Lisboa: Caminho, 1994.
- CHOMSKY, Noam. **The language capacity**: architecture and evolution. In: *Psychonomic Bulletin & Review*, Chicago, v. 24, p. 200-203, 2016.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. **Dialecto indo-português de Ceilão**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. **Dialecto indo-português do Norte**. In: *Revista Lusitana*, v.9, p. 142-166, 193-228, 1906.

- DAHL, Östen. **The Growth and Maintenance of Linguistic Complexity**. Amsterdam: John Benjamins, 2004.
- DEGRAFF, Michael. **Against Creole Exceptionalism**. In: *Language* n. 79, 2003, p. 391-410.
- DEGRAFF, Michael. **Linguists' most dangerous myth**: The fallacy of Creole Exceptionalism. In: *Language in Society*, 2005, n. 34, v. 04, 2005.
- DEGRAFF, Michael. **Toward racial justice in linguistics**: The case of Creole studies. *Language*. 2020, p. 292-306.
- FRASCARELLI, M.; Casentini, M. **The Interpretation of Null Subjects in a Radical Pro-drop Language**: Topic Chains and Discourse-semantic Requirements in Chinese. In: *Studies in Chinese Linguistics*, v.40. n.1. p.1-45, 2019.
- FIGUEIREDO, M. C. **O estado da arte dos estudos sobre sujeitos nulos, posições de sujeito e marcas flexionais**. In: *Revista Lingüística*, v.13.n.2. p.191-211, 2017.
- GILLIGAN, G. **A cross-linguistic approach to the pro-drop parameter**. Ph.D. Dissertation, University of Southern California, 1987.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34 Ltda. 2001 [1993].
- HUANG, C-T. James. **On the distribution and reference of empty pronouns**. In: *Linguistic Inquiry*, v.15. n.4. p.531-573, 1984.
- LAZZARINI-CYRINO, João Paulo. **Tipologia Lingüística**: Métodos, Generalizações e Diacronia. In: *Macabéa- Revista Eletrônica Do Netlli*, 2019, v. 8, p. 306-322.
- LEAL, Edinei de Souza. **Complexidade lingüística**: um panorama e um estudo de caso. 130f. 2020. *Tese* (Doutorado em Lingüística) — Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2020.
- LUCCHESI, Dante Eustachio Ramacciotti. **A transmissão lingüística irregular**. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan.; RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-74.
- MARTINET, André. **Elementos de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.
- MATTOS, Eudes Barletta. **Estudo quantitativo da complexidade gramatical absoluta em diferentes línguas e suas implicações tipológicas**. 120 f. 2023. *Dissertação* (Mestrado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2023.
- MUFWENE, Salikoko. **Transfer and the Substrate Hypothesis in Creolistics**. In: *Studies in Second Language Acquisition* v. 12, n. 1, 1990, p. 1-23.
- MUFWENE, Salikoko. **Jargons, pidgins, creoles, and koines**: What are they? In: SPEARS, A.; WINFOR, D. (Eds.). *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam: Benjamins, 1997, p. 35-70.
- MUFWENE, Salikoko. **The ecology of language evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MUFWENE, Salikoko. **Pidgin and Creole Languages**. In: SMERLSER, N. J.; BALTES, P. B. (Eds.) *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Elsevier, 2002.
- MUFWENE, Salikoko. **What does creoles and pidgins tell us about the evolution of language?** In: LAKS, B.; CLEUZIOU, S.; DEMOULE, J. P.; ENCREVÉ, P. (Orgs.) *The origin and evolution of languages: approaches, models, paradigms*. London: Equinox, 2007.
- MUFWENE, Salikoko. **Decolonial Linguistic as paradigm shift**: a commentary. In: DEUMERT, Ana; STORCH, Anne. *Colonial and Decolonial Linguistics: knowledges and epistemes*. Oxford University Press, 2020, p. 287- 298.

- MUYSKEN, Pieter C. **Half-way between Quechua and Spanish: The case for relexification**. In: Highfield and Valdman (Eds.), 1981, p. 52–79
- MCWHORTER, J. **Identifying the creole prototype: Vindicating a typological class**. In: *Language*, p. 788–818, 1998.
- MCWHORTER, J. **The world's simplest grammars are creole grammars**. In: *Linguistic Typology*, 2001, v. 5, p. 125–166.
- MCWHORTER, J. **Language interrupted: Signs of non-native acquisition in standard language grammars**. Oxford University Press on Demand, 2007.
- MCWHORTER, J. **Linguistic simplicity and complexity: Why do languages undress?** (Language contact and bilingualism 1.). Berlin: De Gruyter Mouton, 2011.
- NICOLIS, Marco. **The null subject parameter and correlating properties: the case of creole Languages**. In: BIBERAUER, Theresa (Ed.). *The Limits of Syntactic Variation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008. p.271–294.
- PONTES, Eunice. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.
- RAPOSO, Eduardo. **On the null object in European Portuguese**. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALÁN, C. (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.
- RIZZI, Luigi. **Issues in Italian Syntax**. Dordrecht, The Netherlands: Foris, 1982.
- RIZZI, Luigi. **Null objects in Italian and the theory of pro**. In: *Linguistic Inquiry*. 1986. v.17, p. 501–557.
- RIZZI, Luigi. 1997. **The fine structure of the left periphery**. In: *Elements of grammar: Handbook in generative syntax*, ed. L. Haegeman. Dordrecht, the Netherlands: Kluwer, p. 281–337, 1997.
- ROBERTS, Ian. **Creoles, Markedness and the Language Bioprogram Hypothesis**. In: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, 1997, p. 12–22.
- SAITO, Mamom. **Notes on East Asian Argument Ellipsis**. In: *Language Research* v.43. n.2. 2007. p.203–227.
- SANTOS DA SILVA, Wellington Silva da. **Uma reflexão sobre as raízes teóricas do preconceito linguístico: a centralidade da Morfologia Flexional e o Excepcionalismo Linguístico**. In: *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 17, p. 1–29, 2023.
- SANTOS DA SILVA, Wellington; NEGRÃO, Esmeralda V. **Sobre a Gênese dos Crioulos e a História do Português Brasileiro: revisitando Serafim da Silva Neto**. In: Olga Coelho. (Org.). *A Historiografia Linguística no Brasil (1993–2018): Memórias, Estudos*. 1ed.Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 81–101.
- SAUSSURE, Ferninand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, Josué Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].
- SILVA, Larissa de Santana. **Subject deletion in the Creole Portuguese of Malacca (Malaysia)**. 105 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2020.
- SILVA, Larissa de Santana. **O pagamento do pronome sujeito - comparando dados de Malaca com evidências nos estudos de Salgado sobre Ceilão e Bombaim**. In: *Comunicação oral*. 4 de abril de 2022.
- TOMIOKA, Satoshi. **The semantics of Japanese null pronouns and its cross linguistic implications**. In: SCHWABE, Kerstin; WINKLE, Susanne (Eds.). *The interfaces: Deriving and interpreting omitted structures*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p.321–339, 2003.
- TARALDSEN, K. Tarald. **On the NIC, vacuous application and the that-trace filter**. Ms., MIT, Cambridge, Massachusetts, 1978.
- YAKPO, Kofi. **Social Factors**. In: AMADOU, Evangelia; MATRAS, Yaron. (Eds.). *The Routledge Handbook of Language Contact*, London: Malka Rappaport Hovav, 2020, p. 129–146.

O contato linguístico e a tal simplificação gramatical

Analisando a concordância nominal de número no português brasileiro

Thamiris Coelho

1. O contato linguístico e a formação do português brasileiro

O processo de formação sócio-histórica do português brasileiro (PB), especialmente em relação ao contato entre línguas durante sua formação, tem sido um tema de constante discussão entre os estudiosos da Linguística. A observação da influência do contato no PB, no entanto, não é recente. Adolfo Coelho, em 1880¹, foi o pioneiro ao sugerir a influência das línguas africanas na formação do PB, baseando-se em características semelhantes encontradas em línguas crioulas afro-portuguesas. Apesar disso, a hipótese do contato ganhou notoriedade na década de 1980 com o estudo de Guy (1981), que relaciona a formação do PB a um processo de criouliização e rápida descriouliização, devido à complexidade de fatores sócio-históricos.

Na história do Brasil, destacam-se dois grandes fatos sobre os quais podemos refletir como processos geradores de efeitos linguísticos significativos no PB: a exploração e o genocídio das nações indígenas e o tráfico de africanos escravizados. O Quadro 1 (Mussa, 1991) apresenta a extrema redução da população indígena, que constituía 50% da população do Brasil colônia, no século XVI, e, ao final do século XIX, não passava de 2%.

O extermínio de povos indígenas no Brasil levou à morte de suas milhares de línguas², sendo um processo imensurável de perdas culturais. Podemos observar, no Quadro 1, que, ao passo que se dimi-

¹ Coelho (1880 apud Tarallo, 1993).

² Estima-se que existiam cerca de 1.200 a 1.300 línguas indígenas brasileiras que foram sendo extintas ao longo do período colonial e pós-colonial a ponto de redução para um número aproximado de 180 línguas no Brasil atual (Rodrigues, 1993; D'Angelis, 2019).

nuíam as populações originárias, iam se aumentando o número de brasileiros mestiços, oriundos, principalmente, da miscigenação de europeus, brancos brasileiros, africanos e negros brasileiros. Além dessa constatação, os dados do Quadro 1 possuem correlação com o fato de, hipoteticamente, não ter ocorrido uma crioulação da língua portuguesa no Brasil, conforme Lucchesi (2019). Para o autor, a diminuição expressiva da proporção de falantes da língua de superestrato teria tornado restrito o acesso dos falantes do substrato aos modelos da língua alvo, o português europeu. Lucchesi (2019, p. 234) ainda aponta que, para além da proporção absoluta entre o grupo dominante e o grupo dominado, a estrutura da sociedade colonial brasileira aparenta ser distinta da estrutura prototípica das sociedades de plantação do Caribe.

Quadro 1. Distribuição demográfica da população no Brasil colonial

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Adaptado de Mussa (1991, p. 163)

Devido a questões metodológicas de recorte sistemático para este trabalho, me dedicarei a sintetizar a relação da escravização de povos africanos e suas línguas com a formação do PB, e nos possíveis efeitos de contato sobretudo na variedade popular e como esse aspecto se estende à avaliação subjetiva dos falantes no tocante à ideologia dominante.

De acordo com Mufwene (2018), as línguas acompanham os povos que as falam; portanto, junto com os povos africanos escravizados, chegaram ao Brasil suas línguas. Há uma estimativa de que cerca de quatro milhões de africanos foram escravizados e transportados durante três séculos de tráfico (Schwarz & Starling, 2015, p.82). Segundo Petter (2006), foram trazidas com seus povos aproximadamente duzentas a trezentas línguas africanas para o Brasil durante o tráfico negreiro.

Em meio a essa expressiva quantidade de línguas africanas que foram trazidas ao Brasil, algumas perguntas se fazem pertinentes. Uma delas é: Por que nenhuma das trezentas línguas africanas se manteve no panorama linguístico do Brasil?

As suposições que poderiam responder essa questão giram em torno de:

- i) assimilação forçada: os africanos escravizados foram, muitas vezes, impedidos de usar suas línguas nativas, o que acelerou o processo de perda linguística dentro das comunidades afro-brasileiras;
- ii) fragmentação e dispersão: os africanos trazidos para o Brasil eram de diversas regiões e etnias, falando línguas diferentes entre si. Isso dificultou a manutenção e a transmissão de suas línguas originais;
- iii) domínio cultural e social: a imposição da língua portuguesa como língua dominante nos espaços públicos, religiosos e comerciais contribuiu para a marginalização das línguas africanas.

Faraco (2016, p. 145), em nível especulativo, diz que em contextos de contato intenso entre diversas línguas, os falantes tendem a abandoná-las na tentativa de facilitar a comunicação. A diversidade, nesse caso, levaria à uniformização. O que chama a atenção entre as suposições é o fato da hegemonia da língua portuguesa no Brasil ter levado a um processo histórico de dominação e imposição cultural pelos colonizadores europeus, enquanto as línguas indígenas e africanas enfrentaram obstáculos significativos para sua manutenção e continuidade no contexto brasileiro.

Dos quatro milhões de africanos trazidos para o trabalho escravo no Brasil, em torno de 75% eram falantes de línguas do grupo banto, com destaque para as línguas quicongo, quimbundo e umbundo (Pessoa de Castro, 2006). O quantitativo de falantes dessas línguas presentes no Brasil, principalmente, na Bahia, era tão significativo que o padre Pedro Dias escreveu a gramática “A arte da língua de Angola” (1687) com a finalidade de auxiliar o trabalho dos jesuítas na catequização de africanos (Pessoa de Castro, 2006, p. 6). Embora em menor número, também se destacaram no Brasil línguas oriundas da região oeste-africana, as do grupo *kwa*, como o iorubá, e línguas do grupo *ewe-fon*.

Para Mattos e Silva (2004, p. 128), foram os africanos e os afro-descendentes juntamente com um contingente de indígenas integrados ao processo colonizador que deram o formato ao português geral

brasileiro que precedeu, segundo ela, do português popular ou vernáculo. Embora não tenham se fixado no quadro linguístico brasileiro, as línguas africanas se fazem presente no PB através dos efeitos do contato entre línguas no âmbito gramatical desde o léxico aos aspectos estruturais, como a morfossintaxe (Baxter; 1992; Baxter e Lucchesi, 1997; Lucchesi e Baxter, 2009).

Esses pesquisadores realizaram estudos em comunidades afro-brasileiras baianas - Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas - e identificaram características morfossintáticas do português falado nessas comunidades que indicam efeitos do contato com as línguas africanas. Algumas características linguísticas, como: (i) redução das marcas morfológicas flexionais, ocasionando uma variação na concordância nominal e verbal; (ii) dupla negação; (iii) monomorfismo pronominal; (iv) construções ativas de sentido passivo etc. são, portanto, apontadas como decorrentes efeitos do processo do contato linguístico na formação do PB.

Considerando a proposição contida nesses estudos, este trabalho considera as influências linguísticas mencionadas, mas questiona até que ponto as características oriundas das línguas africanas podem ser denominadas de simplificação gramatical na designação do processo de transmissão e aquisição linguística sem que essa simplificação implique uma excepcionalidade que endosse processos negativos quanto ao que não advém do indo-europeu, como é o caso das línguas africanas. Seriam estas simples, desprovidas de complexidade e, portanto, inferiores? O quão questionável é falar em simplificação e complexidade em estudos de cunho linguístico, sobretudo estudos de caráter sócio-históricos?

Passemos à seção seguinte deste trabalho, na qual apresento de forma breve o fenômeno da concordância nominal de número com o objetivo de provocar discussões acerca dessas questões.

2. A concordância nominal de número no português brasileiro

A concordância nominal de número (doravante CN) é um fenômeno gramatical morfossintático, pois abrange a morfologia quanto à marcação de plural e designa relação entre os constituintes de uma sentença. Trask (2004) diz que a concordância não é um fenômeno universal, logo, não está presente em todas as línguas naturais. Nas línguas em que há concordância, a relação entre os constituintes de uma sentença ocorre de forma diversa a depender da categoria morfo-

lógica de cada língua, se flexional, aglutinante ou isolante, ou seja, de como as línguas se organizam em relação à flexão de suas classes de palavras para expressar gênero, número, pessoa e caso.

Os padrões de normatividade da língua portuguesa regem que a CN implica operação morfológica para indicar pluralidade através do processo de sufixação: inserção de um morfema no final da palavra, como em *planta/plantas*, *lugar/lugares*, em que houve a inserção de -s e -es na forma pluralizada as palavras. A operação sintática, por sua vez, seria a harmonia lexical e semântica em que todos os constituintes devem concordar, conforme o exemplo (1), em que o sintagma nominal (SN) é composto por três constituintes, sendo em a) o SN no singular e em b), no plural, determinado pela inserção do morfema -s em todos os constituintes, configurando-se como adequado para a gramática normativa.

- (1) a) O menino bonito.
- b) Os meninos bonitos.

Em oposição a essa regra geral da normatividade, diversos estudos clássicos da sociolinguística brasileira (Scherre, 1988; Lopes, 2001; Andrade, 2003, 2006; Baxter, 2009; Brandão, 2015; dentre muitos outros) apontam que a CN é um fenômeno variável, tendo em vista que em dados empíricos é possível verificar a aplicação da regra, como no exemplo (2) em que todos os elementos do SN estão pluralizados, e a não aplicação da regra normativa, como em (3), exemplo no qual somente o primeiro constituinte do SN detém a marca de número.

- (2) ah, tinha **os musgos** [ISAULF3]
- (3) **os pai** perdeu o controle [ANTONM1]³

A CN também é um fenômeno linguístico bastante estudado para cotejar as variedades do PB e do português europeu (PE) (Naro, 1981; Scherre, 1988; Naro & Scherre, 1993, 2000, 2007; Figueiredo, 2010; Brandão, 2015; etc.) e se mostra como um dos aspectos que diferencia essas línguas: no PE, a CN apresenta uma tendência alta à realização da regra independentemente dos fatores sociais, enquanto no PB a va-

³ Dados de fala dos corpora do português popular do interior da Bahia, fornecidos pelo Projeto Vertentes da Universidade Federal da Bahia e utilizados por Coelho (2022) em sua tese de doutorado.

riação entre a aplicação e a ausência da regra é maior e há uma significativa influência social nessa variação.

É importante mencionar que o modelo de normatividade gramatical que circula nos espaços de instrução formal no Brasil segue, de forma geral, o padrão do PE. Esse fato não se correlaciona com a realidade linguística do país, cuja história sociolinguística é distinta de Portugal, porém como consequência das tentativas de homogeneização e de busca por um ideal aproximado do modelo cultural eurocentrado ainda decorrente do processo de colonização, tem-se um ensino voltado à memorização de regras que não fazem parte do que de fato se constitui como norma culta no Brasil.

Castilho (2010) apresenta uma proposição interessante ao mencionar que a regra de aplicação da CN pode ser, de certa forma, redundante, tendo em vista que a marcação de plural no primeiro elemento do SN já indica pluralidade em todo o sintagma. O autor faz o seguinte questionamento: “Por que tanto {-s} se espalhando ao longo do sintagma nominal, como em *os livros antigos*? [...] Basta dizer *os livro antigo* [...]” para que a informação seja entendida (2010, p. 401).

Um outro dado científico pertinente para este trabalho é apresentado na pesquisa de Lopes (2001) sobre a CN na fala popular de Salvador, capital do Estado da Bahia. Em seu estudo, Lopes (2001) considerou a análise da variável etnia, sobre a qual os dados indicaram que os informantes descendentes de africanos, os de sobrenome religiosos de origem negra, aplicaram menos a regra de CN.

Essa relação da não aplicação da regra de CN ligada aos afro-brasileiros também é indicada em outros estudos (Lucchesi, 2000; Andrade, 2003, 2006; Baxter, 2009), propondo que a tendência a marcar apenas o primeiro elemento do SN é influência das línguas africanas com as quais o português teve contato e, por um processo denominado transmissão linguística irregular, a gramática do português sofreu reestruturações, reduções e simplificações para atender à realidade linguística que se instaurara no Brasil durante os séculos 18 e 19, principalmente.

Sobre a influência das línguas africanas no fenômeno da CN, em especial, a seção a seguir apresenta dados linguísticos que podem confirmar essa proposição. Porém, neste trabalho, a provocação principal gira em torno da ideia de que a não marcação de plural em todos os elementos do SN não seria meramente uma simplificação morfosintática, discussão que se segue após a seção 3, na seção 4.

3. A concordância nominal de número nas línguas bantu

Conforme Pessoa de Castro (2006, p. 3), a principal característica das línguas bantu é possuir um sistema de classes que funciona por meio de prefixos que se ordenam em pares para exprimir a oposição singular e plural dos nomes. Dessa forma, nas línguas bantu, a CN é expressa a partir da marcação morfológica de prefixos nominais de classe, a qual ocorre através de processos de adição, substituição ou subtração de morfemas (Ngunga, 2004).

Em (4), como exemplo, é mostrado o processo morfológico de adição, em que a palavra possui um morfema de singular, e a esse é acrescentado o morfema de plural, nas línguas Changana e Nyungwe.

- (4) a. Changana: **yin** - dlu
SING.-NOME
 'casa'
ti- yin - dlu
PL-SING.-NOME
 'casas'

- b. Nyungwe: **ny**-anga
SING.-NOME
 'chifre'
zi-ny-anga
PL-SING.-NOME
 'chifres'

(Adaptado de Ngunga, 2004, p. 105)

Para a função sintática, Ngunga (2004) afirma que os prefixos podem determinar a concordância do nome e de todas as palavras que se unem a ele sintaticamente, sendo o nome o centro do sistema de concordância, salientando que não existem determinantes nessas línguas, fato que já as diferem da tipologia do português. Outro fato é que, nas línguas do grupo banto, a marca de plural é inserida, geralmente, no núcleo, o qual, na maioria das ocorrências, ocupa a primeira posição linear no sintagma.

O kimbundo, uma das línguas do grupo banto com maior número de falantes no Brasil, durante os séculos da escravização africana (Lucchesi, 2001; Pessoa de Castro, 2006), se comporta de maneira se-

melhante a outras línguas bantu: o acréscimo de um prefixo é que estabelece a relação de concordância nos nomes, nos adjetivos e nos verbos (Ngunga, 2004; Mondlane, 2012).

O exemplo (5) apresenta sentenças na língua kimbundo, nas quais podemos notar que há um prefixo junto ao nome núcleo para indicar singular ou plural, ou seja, o processo de marcação é por processo de prefixação, oposto ao português, que é sufixação. Para indicar a oposição singular *versus* plural, conforme o exemplo (5), em a) o prefixo *mu-* indica singular e o prefixos *a-*, em b), indica plural, expressando a relação de concordância nos sintagmas.

- (5) a. muhatu walamba makunde
 mu- hatu walamba **ma-**kunde
SING. CL 1- NOME VERBO **PL. CL. 6-** NOME
 ‘A mulher cozinha feijões’
- b. ahatu alamba makunde
 a- hatu alamba **ma-**kunde
PL. CL. 2- NOME VERBO **PL. CL. 6-** NOME
 ‘As mulheres cozinham feijões’

(Coelho, 2022, p. 172)

Além do processo de prefixação, em Kimbundu, também há a possibilidade da inserção de um extra-prefixo pelo mecanismo de genitivização, mais uma característica distinta do português. No exemplo (6), podemos observar que o genitivo estabelece uma relação de concordância que, no português conforme tradução literal, não ocorre. Dessa forma, em kimbundu a concordância pode ocorrer também no genitivo, enquanto no português a preposição é uma categoria que não se flexiona.

- (6) a. abika a kuku
 a- bika a kuku
PL. CL 1- NOME **EXTRA-PREF. CL 1 PL.POSSE.** NOME
 escravos avô
 ‘os escravos do avô’

(Adaptado de Chatelain, 1888-89, p.10)

Segundo Coelho (2022), essa característica tipologicamente distinta entre essas línguas pode ter contribuído para a não marcação da concordância em todos os elementos do SN no PB, sobretudo, na va-

riedade popular. Essa hipótese, somada aos processos socio-históricos diversos, leva a considerar o contato entre línguas e abre discussão para como esse contato é apresentado nos estudos linguísticos.

Mas o que levaria muitos estudos a considerar os efeitos do contato como simplificação gramatical? Por que chamar as variações e as mudanças linguísticas decorrentes desse contato de simples? A discussão na seção 4 tenta discorrer sobre essas questões e, até certo ponto, provocar respostas.

4. A suposta simplificação no português brasileiro

Não é raro encontrar noções equivocadas sobre a diversidade linguística que permeia o português que se formou no Brasil. Estudos com vieses puristas fazem separação entre língua nacional, língua de civilização — geralmente uma língua europeia — e línguas sem tradição em pesquisas acadêmicas, muitas vezes não pertencentes ao tronco indo-europeu, como as línguas indígenas brasileiras e as línguas africanas.

Nesse sentido, há uma construção ideológica de grau de superioridade e inferioridade em relação às línguas, de maneira que quanto mais pertencente à tradição oral em oposição à tradição escrita, menos “status” de língua e mais inferior seria uma determinada variedade. Além disso, a idealização purista de uma só nação rejeita o contexto multilíngue, supervalorizando as formas e usos tradicionais de uma língua.

Em tese, as pesquisas de cunho sociolinguístico refutam esse ideal de purismo linguístico em detrimento das variações linguísticas, adotando a noção de língua como sistema heterogêneo movido por um conjunto complexo de condicionamentos linguísticos e sociais (Weinreich, Labov e Herzog, 2006[1968]). No entanto, em alguns estudos sociolinguísticos tradicionais no Brasil que consideram o contato linguístico como processo fundamental para a formação do PB, notamos o uso de determinados conceitos e expressões que abrem espaço para questionamentos e discussões a respeito do tratamento dado a línguas diferentes entre si.

É comum encontrar estudos linguísticos sócio-históricos que abordem, dentro de suas perspectivas, o resultado do contato das diferenças tipológicas entre o português e as línguas africanas, por exemplo, como simplificação gramatical. Nessa visão, a variação na concordância no PB seria, de modo geral, resultado de uma simplificação por redução da morfologia do português, influenciada pelas línguas bantu.

Ainda que o uso do termo “simplificação” não seja, de um todo, intencionado à diminuição do *status* de língua no que tange às línguas africanas, a ideia que se transmite é de que essas línguas seriam simples frente à complexidade do português, perpassando a referência para os falantes, ou seja, a ideia de inferioridade em relação ao padrão europeu.

Contrariando essa perspectiva, Mufwene (2001, 2008) propõe que características sintáticas e semânticas de diferentes línguas em situação de contato podem se combinar para formar uma nova língua em uma espécie de competição e seleção de traços num sistema híbrido. Essa concepção também é conhecida como ecolinguística. Para Mufwene,

[...] nós podemos falar em nascimento, vitalidade e morte de línguas com propriedade apenas se as concebemos como espécies, mesmo que do tipo viral, cuja existência depende das práticas interacionais de seus falantes [...], que são seus criadores e seus hospedeiros. O foco na espécie em vez de nos organismos (tradicional desde o século XIX) é crucial porque mostra a importância da variação no interior de uma língua como uma extrapolação do que não passa de uma população de idioletos falados por indivíduos ao comunicarem uns com os outros. A vitalidade das línguas depende de quão regularmente as populações (que consistem de indivíduos), associadas a elas vêm a usá-las [...] (Mufwene, 2016, p. 22).

A ecologia de uma determinada língua, sua vitalidade, sua sócio-história possui relação direta com a etnografia dos povos que as falam tanto que o uso de uma ou de outra forma linguística é determinado pelo contexto social em associação com um conjunto variado de possibilidades de pronúncias, alternativas lexicais, estruturas gramaticais das línguas em contato, que constituem a formação de um banco de traços ou piscina de traços (*feature pool*).

Segundo Aboh (2015), os falantes aprendentes de uma segunda língua (L2), em situação de contato intenso, tendem a interpretar a estrutura da L2 conforme a estrutura da língua materna, a L1 e, nesse processo, descartam traços com informações percebidas como redundantes. Como apresenta a seção 2, a CN conforme a tradição gramatical do português é, de certa forma, redundante, tornando dispensável a marcação de plural em todos os elementos do SN no vernáculo. Assim, a CN no PB popular seria o que Aboh (2020) denomina de recombinação gramatical, gerada a partir do contato de línguas de tipologias diferentes.

Segundo Mufwene (2001, 2008), aspectos históricos e políticos estão intimamente ligados à sobrevivência das línguas, principal-

mente das línguas que entraram em contato com línguas europeias durante a colonização e expansão no século XV mediante exploração massiva de povos, a exemplo dos povos africanos. Esse processo teria fomentado, quando não a morte, a diminuição do uso das línguas cujos falantes eram explorados.

No Brasil, esse fato ocorreu com a escravização de povos africanos e com o genocídio de povos indígenas, como mencionado na seção 1 deste trabalho. Como consequência da marginalização desses povos e seus descendentes, há um preconceito, por vezes velado, sobre os elementos que compõem suas culturas, incluindo, notadamente, suas peculiaridades linguísticas.

A CN no PB é um fenômeno linguístico que ilustra bem esse cenário, pois é considerado um fenômeno típico de classes sociais menos favorecidas, com pouco ou nenhum acesso à escolarização, formadas, em sua maioria, por descendentes indígenas, africanos e afro-brasileiros. Assim, a CN reflete a estigmatização social de indivíduos pouco valorizados na sociedade brasileira.

Na seção 3, em que são descritas brevemente algumas características da CN no PB e em línguas bantu, podemos notar que são distintos os processos de pluralização dos nomes e de operação de concordância: nas línguas bantu, o plural dos nomes é designado pelo processo de prefixação, e os constituintes modificadores são mais posicionados à direita do nome núcleo e a marca de plural é centralizada no nome e no modificador com os prefixos correspondentes às classes; enquanto, no português, a pluralização dos nomes é por sufixação e a operação sintática de concordância centra-se no determinante, seguido dos demais constituintes do SN.

Para ampliar a discussão sobre a CN, Coelho (2022) analisou o português popular do interior do Estado da Bahia e observou que os SNs mais frequentes nos corpora analisados (2.271 ocorrências, correspondendo a cerca de 47% do total dos dados) apresentavam estrutura indicativa de reinterpretação aquisicional considerando a redundância da CN. Coelho (2002) apontou

Parece que, na aquisição do português, o traço de marcação de plural é mais evidente que o traço de classe, visto que no português os nomes não são categorizados em classe e no SN a marca de plural ocorre em todos elementos de forma redundante. Sendo as línguas bantu uma língua aglutinante, à raiz nominal são adjungidas todas as informações gramaticais necessárias. A posição mais à direita da marca de plural

pode ser interpretada como sendo uma forte concorrente na aquisição da L2 desses indivíduos. Outro traço que parece ser relevante é o fato de que elementos funcionais são aglutinados à margem esquerda, o que teria levado a aglutinação do artigo, que expressa a referencialidade do nome, às raízes nominais. Dessa forma obtém-se a mesma estrutura do kimbundu, nomes carregam marca de plural na margem esquerda: *as menina*. É possível notar que o caráter átono do artigo definido contribui para essa interpretação (Coelho, 2002, p. 177-178).

Ademais, a autora apresentou o seguinte quadro comparativo que elenca características do português e das línguas bantu.

Quadro 2. Características das línguas bantu e do português

Características das línguas bantu	Características do português
Aglutinantes	Flexional
Marcação de plural sincrética à de classe prefixada no nome	Marcação de plural sufixada ao nome
Concordância variável, a depender da classe do elemento não nuclear	CN entre os elementos do SN, o que acarreta redundância
Não possuem artigo	Artigo definido átono
O nome em primeira posição é necessariamente flexionado	Quaisquer elementos flexionáveis do SN recebem a marca de plural.

Fonte: Coelho, 2002, p. 175-176.

Considerando o conjunto de características do Quadro 2 e tendo em vista as possibilidades que uma situação de contato linguístico pode gerar, Coelho (2022) reforça a hipótese das línguas bantu e algumas do grupo Kwa terem fixado traços aglutinantes no português, que é uma língua flexional, que, segundo Guy (2005), também marcam o plural apenas no primeiro elemento do SN.

Nas línguas faladas pela maioria dos escravos que vieram para o Brasil, encontramos dois grupos: um proveniente da área da atual Nigéria, compreendendo as línguas kuá (por exemplo iorubá e ibo), e outro consistindo nas línguas bantu da África meridional (por exemplo, kimbundu e kikongo). Os dois grupos são diferenciados por várias características lingüísticas, mas têm uma característica que é mais ou menos geral em todas essas línguas: o marcador de plural normalmente ocorre na primeira posição do sintagma nominal. No grupo kuá, por exemplo, não há concordância, e na maioria das línguas a indicação explícita do nú-

mero no sintagma nominal é opcional: qualquer sintagma sem marcador pode ser interpretado como singular ou plural, dependendo do contexto. Mas quando é preciso explicitar o fato de um sintagma ser plural, há uma palavra que é colocada no início do sintagma para indicar isso (GUY, 2005, p. 28).

Diante disso, tratar como simplificação gramatical o que é tipologia distinta, efeito de recombinação gramatical, pode ser problemático por atribuir sentido depreciativo às características de uma variedade linguística e aos falantes que, por razões políticas, são marginalizados, escancarando a relação entre língua e poder. Faz-se, portanto, necessária uma revisão do uso de determinados termos, como “simplificação”, “aquisição defectiva” nos estudos sociolinguísticos, para que não sejam difundidas ideologias dominantes que reforçam o preconceito e o racismo.

5. Breves considerações

Com o objetivo de ampliar a desmistificação de que as línguas africanas são línguas simplificadas em relação ao português no que tange à estrutura, apresentei neste trabalho uma breve discussão sobre o contato linguístico e a formação do PB, exemplificando o fenômeno variável da CN com dados do português e de línguas africanas. O intuito também é provocar o debate de como a escolha da perspectiva adotada por pesquisadores pode reforçar um comportamento discriminatório em relação às línguas de tronco diferente do indo-europeu, bem como perpetuar preconceitos e racismo para com seus falantes e descendentes.

Para tanto, apresento algumas proposições do trabalho de Coelho (2022) que mostra os aspectos sócio-históricos e sociolinguísticos do comportamento morfossintático e semântico da CN no português do interior da Bahia, testa a hipótese levantada por Guy (2005) sobre a tendência de o PB popular marcar o primeiro elemento do SN ser um efeito da interferência das línguas bantu e, com base, nos pressupostos da competição e seleção de traços (Mufwene, 2001, 2008) e a teoria nula (Aboh, 2015), sugere que teria ocorrido um processo de recombinação gramatical, tendo como ecologia o contato intenso entre línguas de tipologias distintas.

Dessa forma, falar de fenômenos linguísticos socialmente marcados requer do pesquisador analisar de forma crítica o uso de deter-

minadas terminologias que, por vezes, pregam posicionamentos de ideologias dominantes. Ressalto ainda a necessidade de ampliação no debate quanto ao que se considera “simples” e “complexo” em relação aos usos linguísticos da sociedade brasileira, sobretudo, porque há questões identitárias bem marcadas quanto às preferências linguísticas de determinados grupos sociais, como mencionam os estudos de Oushiro (2015) e Cerqueira (2020), que apontam para demarcação geográfica, estilo e construção de uma persona social política. Há, portanto, muito o que se discutir sobre a diversidade linguística no Brasil.

Referências

- ABOH, E. O. **The emergence of hybrid grammars: language contact and change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- ABOH, E. O. **Lessons From Neuro-(a)-Typical Brains: Universal Multilingualism, Code-Mixing, Recombination, and Executive Functions.** *Front. Psychol.*, v. 11, 488, 2020.
- ANDRADE, P. R. de. **Um fragmento da constituição socio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2003.
- ANDRADE, P. R. de. 2006. **A concordância nominal de número no português afro-brasileiro.** In: *Anais da XX Jornada — GELNE — João Pessoa-PB.* p. 2075-2082, 2006.
- BAXTER, A. N. **A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulização prévia: um exemplo do estado da Bahia.** In: E. ANDRADE, (ed), *Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa*, Universidade de Lisboa. Lisboa: Colibri, p.7-35, 1992.
- BAXTER, A. N. **Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro- divergências nas vertentes afro-brasileiras.** In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 14, p. 72-90, 1995.
- BAXTER, A. N. **A concordância de número.** In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I.(orgs.). **O português afrobrasileiro**, 269-293. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. **A Relevância dos Processos de Pidgnização e Crioulização na Formação da Língua Portuguesa.** In: *Estudos Linguísticos e Literários.* Salvador. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, n.19, p. 65-84, 1997.
- BRANDÃO, S. F. **Concordância nominal em três variedades do português: resultados gerais, novas indagações.** In: *Cuadernos de la ALFAL*, n.7. 36-52, 2015.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.
- CERQUEIRA, F. O. **O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial.** In: *Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos* Traços de Linguagem, Cáceres, v. 4, n. 1, p. 75-88, 2020.
- CHATELAIN, H. **Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola.** Geneva: Typ. De Charles Schuchardt, 1888-1889.

- COELHO, T. **A concordância nominal de número no português do interior da Bahia**: interferência do contato entre línguas?. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2022.
- D'ANGELIS, W. R. **Revitalização de línguas indígenas**: o que é? como fazemos. Editora Curt Nimuendajú: Campinas, SP, 2019.
- FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FIGUEIREDO, C. F. G. **A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almoxarife, São Tomé** (Desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional). Tese de Doutorado, Universidade de Macau, 2010.
- GUY, G. **Linguistic Variation in Brazilian portuguese**: aspects of the Phonology, Syntax, and Language History. Ph.D. Dissertation, University of Pennsylvania, 1981.
- GUY, G. **A questão da criouliização no português do Brasil**. In: ZILLES, A. M. S. (Ed.), Estudos de Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 15-38, 2005.
- LOPES, N. da S. **Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2001.
- LUCCHESI, D. **As Duas Grandes Vertentes da História Sociolinguística do Brasil**. In: DELTA, São Paulo, v.17, n.1, 97-130, 2001.
- LUCCHESI, D. **Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não no Brasil?** Condiçionamentos sócio-históricos. In: Gragoatá, Niterói, v.24, n. 48, p. 227-255, 2019.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N. **A transmissão linguística irregular**. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (orgs). O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, p. 101-124, 2009.
- MATTOS E SILVA, R. V.. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MONDLANE, J. A. **Sistemas de contagem em Changana: alguns aspectos morfosintáticos e semânticos dos numerais**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012.
- MUFWENE, S. S. **The ecology of language evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MUFWENE, S. S. **Language Evolution**: contact, competition and change. London: Continuum, 2008.
- MUFWENE, S. S. **Ecologia da língua**: algumas perspectivas evolutivas. Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 02, n. 01, p. 21-38, 2016.
- MUFWENE, S. S. Language Evolution from an Ecological Perspective. **The Routledge Handbook of Ecolinguistics**. Ed. by Alwin F. Fill & Hermine Penz. p. 73-88, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net> Acesso em 05 de jun. 2024.
- MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2 v., 1991.
- NARO, A. **The social and structural dimensions of syntactic change**. In: LANGUAGE, V. 57, N.1, P. 63-98, 1981.
- NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Sobre as origens do português popular do Brasil**. In: DELTA, n. 9, p. 437-454, 1993.
- NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Variable concord in portuguese: the situation in Brasil and Portugal**. In: Mc WORTHER, J. (Ed.). Language change and language contact in pidgins and creoles. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishers, p. 235-255, 2000.

- NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- NGUNGA, A. **Introdução à Linguística Bantu**. Imprensa Universitária: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, 2004.
- OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PESSOA DE CASTRO, Y. **A matriz africana no português do Brasil**. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 81-116, 2006.
- PETTER, M. M. T. **Línguas Africanas no Brasil**. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 17-142, 2006.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas**. In: DELTA., vol. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.
- SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1988.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- TARALLO, F. 1993. **Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias**. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP (versão original em inglês 1986). p.35-68.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. 1968. **Empirical Foundations for Theory of Language Change**. In: LEHMANN, P.; MALKIEL, Y. (orgs.) **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press: 95-188. [*Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*]. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.

O papel da Abralín para a presença fundamental das mulheres na Linguística brasileira

Adelaide Silva

1. Introdução

No Dia Internacional das Mulheres, em 2023, a Associação Brasileira de Linguística, através da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade, promoveu uma mesa redonda em parceria com a Comissão Especial de Processamento de Linguagem Natural da Sociedade Brasileira de Computação e o grupo Brasileiras em Processamento de Linguagem Natural. Intitulada “Mulheres na Linguística”, a mesa objetivava homenagear pesquisadoras que abriram caminhos, apontaram horizontes e disputaram espaços de igualdade e de direitos na produção de pesquisas em Linguística no Brasil e também numa área correlata à nossa, o Processamento de Linguagem Natural. Naquela ocasião, como presidente da Abralín, fiz uma fala ressaltando o papel das mulheres na construção e consolidação da Linguística brasileira, seja inaugurando áreas da Linguística no país, seja formando quadros novos em suas respectivas áreas de atuação. Este capítulo retoma tal fala, tomando-a como ponto de partida para desenvolver a reflexão sobre o papel significativo das mulheres na linguística nacional, em suas diferentes áreas. Num segundo momento, o texto toca na presença feminina expressiva nas diretorias da Abralín, para ressaltar o papel fundamental das mulheres linguistas para a constituição e consolidação da primeira e maior associação de Linguística do país. Ao mesmo tempo, o texto chama a atenção para o fato de que, apesar de ocuparem um papel de relevância e destaque no cenário da Linguística nacional, as mulheres ainda enfrentam desafios que necessitam ser considerados.

2. Presença feminina na Linguística brasileira

A motivação para rememorar um grupo de linguistas brasileiras e, através delas, homenagear mulheres na Linguística brasileira, lançando um olhar mais detido sobre aquelas que nos precederam neste

nosso campo de atuação, se alicerça na concepção de que reavivar histórias de lutas e relembrar as conquistas que alcançamos até aqui nos permite, a um só e mesmo tempo compreender a presença das mulheres na Linguística hoje e continuar a luta para que tenhamos mais mulheres na Linguística, garantindo igualdade e diversidade num campo que ainda não dá as mesmas condições a mulheres negras e mulheres indígenas, por exemplo.

Rememorar, relembrar algumas de nossas grandes linguistas, é igualmente uma opção por trazer de novo à cena linguistas por vezes excluídas da memória da Linguística nacional. Inevitável pensar que, a despeito de toda a sua produção ao longo da carreira, com publicações numerosas, significativas, e orientações de muitos alunos que, formados, passaram a integrar o corpo docente de instituições de ensino superior brasileiras, muitas colegas foram relegadas ao esquecimento ao se aposentarem, sobretudo aquelas que optaram por deixar de atuar por completo na academia, afastando-se dos programas de pós-graduação, onde muitos costumam atuar, mesmo aposentados. Por isso, parecia natural, até, que um evento como o do 08 de março de 2023, que tratava de inclusão, buscasse incluir as desbravadoras da nossa Ciência neste país.

Porém, antes de rememorar algumas colegas e sua atuação, é necessário esclarecer que não conseguiremos dar conta de citar, neste capítulo, todas as linguistas que nos precederam e o trabalho que realizaram. Para isso seria necessária uma historiografia da Linguística nacional que focalizasse a atuação das mulheres - já fica, nesta ressalva, o convite para que alguma colega leve a cabo tal empreitada. Então, tomamos algumas linguistas para representarem todas aquelas que nos precederam, obedecendo a um recorte que tenciona contemplar áreas distintas da Linguística moderna brasileira, mas que não é necessariamente o melhor recorte. É apenas um dentre os muitos possíveis.

Nesse recorte, trazemos mulheres linguistas cujo trabalho nos abriu caminho para compreendermos melhor aspectos vários da estrutura e funcionamento da linguagem, com foco no português brasileiro, e cuja atuação acadêmica, nas várias frentes que tal atividade requer, desbrava nosso campo de atuação, conquista espaço e nos permite avançar na luta pela inclusão e igualdade.

2.1 As mulheres linguistas desbravadoras

Começamos o percurso deste texto pela professora Leda Bisol, numa escolha proposital: em 2024 a professora completa 100 anos de

vida, razão para muitas comemorações, que inauguramos em 2023, na abertura do XIII Congresso Internacional da Abralín. Naquele momento, foi publicado um e-book, pela Editora da Abralín, que reúne capítulos escritos por alguns de seus ex-orientandos¹. Os capítulos tocam em pontos diversos da fonologia do português brasileiro, numa homenagem que chama a atenção para a vastíssima contribuição da professora Leda Bisol para a consolidação da Fonologia no Brasil. Tendo feito sua formação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, num momento em que a presença feminina na Fonologia era incipiente, Leda Bisol atuou como professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nessas instituições, a professora formou muitas pessoas, dentre elas muitos atuais professores de instituições de ensino superior no país. Arriscamos dizer, inclusive, sem parecermos exagerados, nem equivocados, que a Fonologia no Brasil se estabeleceu a partir das pesquisas e da produção da professora Leda Bisol e que muito do que se fez e faz na área resulta das suas próprias pesquisas, bem como da pesquisa de colegas que foram formados por ela. Os trabalhos da professora Leda Bisol - que começam sob uma perspectiva estruturalista, seguindo as propostas de Joaquim Mattoso Camara Jr. - têm sua base epistemológica revisitada em função do surgimento de novos modelos de análise fonológica, como os modelos de análise não linear, a exemplo das Geometrias de Traços². Também não nos parece arriscado afirmar que o percurso acadêmico da professora Leda inaugurou uma escola de fonologia no país que se tornou referência nacional e internacional na área, de modo que não é possível abordarmos um tópico de fonologia do Português Brasileiro - como harmonia vocálica, ditongos ou palavra prosódica, por exemplo - sem recorrermos a trabalhos da professora Leda Bisol ou de algum ex-orientando seu.

Nosso percurso continua, agora trazendo à baila outra professora e pesquisadora gaúcha, que ainda atua numa área correlata à da professora Leda: trata-se da professora Carmen Matzenauer, que atuou

¹ O e-book “Da superfície à subjacência: a contribuição de Leda Bisol para a materialização da fonologia no país” está disponível em: <https://editora.abralin.org/publicacoes/da-subjacencia-a-superficie-a-contribuicao-de-leda-bisol-para-a-materializacao-da-fonologia-no-pais/> e pode ser baixado gratuitamente.

² A esse respeito, sugerimos a leitura do primeiro capítulo do livro “Da superfície à subjacência: a contribuição de Leda Bisol para a materialização da fonologia no país”, cujo link de acesso é informado na nota 2 deste capítulo.

por longo tempo na Universidade Católica de Pelotas e atualmente é professora visitante da Universidade Federal de Rio Grande. Em sua trajetória acadêmica, a professora Carmen se voltou à aquisição do sistema fonológico do português brasileiro e à fonologia clínica, além da própria teoria fonológica, que ela direciona à aplicação nas duas primeiras áreas. Sua trajetória como pesquisadora nos permitiu passar a conhecer e compreender melhor os processos fonológicos envolvidos na aquisição do sistema sonoro do português brasileiro, além dos casos em que há desvios daquilo é que se considera *default* no processo, como as trocas entre sons relacionadas a algum quadro de patologia de fala. Ou seja, a trajetória da professora Carmen, que a exemplo da professora Leda formou muitos atuais professores de instituições de ensino superior no país, inaugurou no Brasil a aplicação da Fonologia ao processo de aquisição típica e atípica dos sons da fala.

E já que estamos falando do nível sonoro da língua, precisamos mencionar a profa. Eleonora Albano, uma das responsáveis por introduzir, no Brasil, a fonética acústica, que trazia do seu doutorado em Linguística em Cornell, e de um estágio nos Laboratórios Bell. Tendo se formado à luz da fonologia gerativa, mas incomodada por dados de variabilidade de fala que a análise acústica revelava e que se mostravam sensíveis à estrutura do PB, Eleonora se ocupou, durante sua trajetória acadêmica na Unicamp, em tornar fonética e fonologia comensuráveis e, portanto, em desfazer a fronteira estabelecida entre ambas as disciplinas ainda pelo Estruturalismo Linguístico. Inspirada por um modelo dinâmico de produção de fala desenvolvido nos Laboratórios Haskins (EUA), propôs sua Fonologia Acústico-Articulatória, integrando fonética e fonologia justamente através da incorporação do dado acústico ao modelo de análise fonológica. Pioneira, no Brasil, na abordagem dinâmica de fatos do nível sonoro, Eleonora introduziu igualmente no país a vertente metodológica conhecida como Fonologia de Laboratório, que consiste em testar hipóteses fonológicas pela análise de dados de produção de fala. O percurso da professora Eleonora foi possível, em boa medida, por todo um embasamento empírico, conseguido pelas pesquisas que conduziu no Laboratório de Fonética e Psicolinguística Experimental (LAFAPE), que fundou nos anos 1990. O mesmo LAFAPE foi lugar de formação para diversos pesquisadores — dentre eles eu mesma — e possibilitou o desenvolvimento da Fonética Forense no país, área que se inauguraria através da orientação do doutorado de Ricardo Molina. Portanto, podemos afirmar, convictos,

que os estudos em Fonética no país, bem como sua relação com outras áreas, como a Ciência e a Tecnologia de fala, foram impulsionados graças aos esforços empreendidos pela professora Eleonora e por seu percurso acadêmico. Este, cabe ressaltar, inaugurou igualmente no país uma perspectiva epistemológica que consiste em desfazer as largas fronteiras colocadas entre Fonética e Fonologia, e em tratá-las como dois aspectos comensuráveis do nível sonoro da linguagem.

Outra linguista “desbravadora” no país, é Maria Irma Hadler Coudry, que introduziu a Neurolinguística como campo de estudo, na Unicamp, no início da década de 1980, numa atuação multidisciplinar, que relaciona cérebro e mente ao estudo da afasia, seguindo perspectiva discursiva. Como parte de sua trajetória acadêmica e resultado da abordagem multidisciplinar da área que ajudou a fundar no Brasil, a professora Maria Irma criou o Centro de Convivência de Afásicos (CCA), numa parceria entre o Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem e o Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas, na UNICAMP. No Centro convivem pessoas afásicas, familiares dessas pessoas e terapeutas, que fazem uso da linguagem, em suas diversas formas, para a construção de sentidos compartilhados. Além de criar o CCA, a professora Maria Irma orientou várias dissertações de mestrado e teses de doutorado que consolidaram a Neurolinguística no cenário nacional.

Mudando de área, e passando agora à sintaxe, parece-nos pertinente mencionar as professoras Eunice Pontes e Mary Kato. A professora Eunice Pontes - que foi, inclusive, tesoureira da gestão da Abralin entre 1973 e 1975 - foi orientanda de Joaquim Mattoso Camara Jr e atuou como docente na UnB e na UFMG, desbravando os caminhos da sintaxe, área a que se dedicou durante sua trajetória acadêmica. Dentre outros estudos, a professora Eunice Pontes se notabilizou pela investigação acerca dos verbos auxiliares em português, matéria de sua tese de livre docência. Esse trabalho se tornou fundamental na área e continua sendo referência crucial sobre o tema. Ela produziu, ainda, estudos funcionalistas pioneiros na descrição do português oral. Tinha uma incursão importante em cenário internacional, o que permitiu a ela levar à Universidade Federal de Minas Gerais o professor John Robert Ross, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), sintaticista responsável pela descoberta das “ilhas sintáticas”. A inovação e o pioneirismo dos trabalhos da professora Eunice Pontes se refletem, até hoje, sobre trabalhos de outros sintaticistas acerca do

mesmo tema, a exemplo daqueles conduzidos pelas professoras Esmeralda Negirão e Evani Viotti (USP), Charlotte Galves (UNICAMP) e pelo professor Juanito Avelar (UNICAMP).

Continuando nosso percurso, trazemos à memória a professora Mary Kato, que continua nos ajudando a compreender a sintaxe do português brasileiro, bem como processos de aquisição de linguagem - oral e escrita - e de mudança linguística. Atualmente professora colaboradora na Unicamp, tem vasta produção na sua área de atuação, e orientou muitas teses e dissertações, tendo formado muitos professores pesquisadores de universidades brasileiras. Da sua produção acadêmica, cabe uma nota pontual sobre o trabalho que desenvolveu junto com o prof. dr. Fernando Tarallo, na década de 1980, e que estabeleceu um diálogo profícuo entre a abordagem de sintaxe gerativa e a sociolinguística laboviana, que trouxe contribuições importantes para a compreensão de fatos relacionados à variação e à mudança da estrutura sintática do português brasileiro. Com estágios pós-doutorais em instituições como Harvard, UCLA, Universidade de Maryland e New York University, tem inserção e interlocução internacionais expressivas, o que lhe possibilitou participar de grupos de pesquisa que, dentre outros temas, investigam semelhanças e diferenças entre português brasileiro e português europeu.

Enveredando, agora, por outra área da Linguística, a Análise do Discurso (AD), é preciso lembrar de uma das professoras que ajudou a alavancar a área no Brasil, trazendo para cá a vertente francesa da AD, que se baseia nos trabalhos de Michel Pêcheux. Eni Orlandi iniciou sua trajetória acadêmica na USP e migrou para a Unicamp, onde fundou o Laboratório de Estudos Urbanos, que coordena atualmente. Trabalha com teoria do discurso aplicada a várias áreas, como ensino, mídia, história e religião. Eni tem uma vasta produção bibliográfica e orientou um grande número de trabalhos. E — ousar dizer, sem querer desmerecer quem quer que seja — que se hoje a análise do discurso é tão difundida no Brasil, Eni tem uma grande parcela de responsabilidade sobre essa difusão, pois participou da formação de muitos colegas que atuam nas universidades brasileiras sob essa perspectiva.

No que diz respeito ainda à Análise do Discurso, é impossível deixar de mencionar a professora Diana Luz Pessoa de Barros, aposentada da USP e hoje professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em ambas as universidades, continua atuando nos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, formando novos pes-

quisadores na área de AD. Juntamente com a professora Eni Orlandi e o linguista Sylvain Auroux, a professora Diana Pessoa coordenou o projeto “História das ideias linguísticas no Brasil: ética e política das línguas”, entre 2000 e 2004. Ela tem uma vasta gama de publicações, nas áreas de teoria e análise do texto e do discurso, análise da conversação, semiótica e história das ideias linguísticas. A professora Diana - necessário acrescentar - foi presidente da Abralín entre os anos de 1991 e 1993, além de ter tido participação ativa em outras associações científicas, como a Associação de Filologia e Linguística da América Latina (ALFAL).

A professora Maria Bernadete Abaurre precisa igualmente ser citada neste grupo de mulheres linguistas que desbravaram caminhos em suas respectivas áreas de atuação. Tendo atuado na UNICAMP, nas áreas de fonética e fonologia, seu percurso na teoria fonológica e nos aspectos fonológicos do português brasileiro possibilitou que ela estabelecesse diálogo com outras áreas, como a sintaxe. Da parceria com outras colegas, como a professora Charlotte Galves, surgiu um grupo de pesquisa dedicado a estudar aspectos prosódicos do português brasileiro e do português europeu. A interface entre as duas áreas, levada a cabo por ambas as pesquisadoras, possibilitou uma compreensão maior e melhor sobre o ritmo do português brasileiro, em comparação com o ritmo do português europeu, no que diz respeito às diferenças entre as duas línguas. A professora Bernadete ainda se dedicou à aquisição da linguagem escrita, realizando trabalhos que proporcionaram o diálogo com a educação básica. Assim como as linguistas já mencionadas, a professora Bernadete tem vasta produção bibliográfica e formou muitos pesquisadores nas áreas em que atuou.

Uma menção muito especial cabe à professora Altaci Corrêa Rubim. Professora do departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da UnB, a professora é a primeira mulher indígena a se tornar professora universitária. Com publicações no Brasil e no exterior, ela atua com Política Linguística, revitalização de línguas indígenas e elaboração de material didático em língua indígena. Desde 2023 é coordenadora geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas e, no biênio 2024-2026 copreside o Grupo de Trabalho Global para a Década das Línguas Indígenas da UNESCO. Sua trajetória certamente será um incentivo e uma inspiração para que outras mulheres indígenas ingres-

sem nas Universidades brasileiras e atuem, igualmente, na promoção, preservação, documentação, revitalização, descrição e análise das línguas dos povos originários.

Feitas estas menções, passamos agora a algumas outras, que já nos deixaram mas cujo trabalho inaugurou a própria Linguística no Brasil. Por isso, trazê-las à nossa memória é imprescindível: trata-se de uma forma de tentar render homenagem à memória de mulheres linguistas que ofereceram uma contribuição expressiva à ciência linguística no Brasil e cujo legado permanece no trabalho daqueles que ajudaram a formar e nas publicações que seguem sendo material de consulta para muitos pesquisadores.

2.2 As mulheres linguistas pioneiras

É impossível rememorar as mulheres linguistas que nos deixaram sem mencionar a profa. Angela Vaz Leão, primeira presidente da Abralín, no biênio 1973-1975. Filóloga, primeira diretora do Departamento de Letras da UFMG, foi homenageada pela Abralín, em 2022, por ocasião de seu centenário natalício, através de um texto belíssimo, que tem o prof. Ataliba de Castilho com autor principal e que rememora contribuições da professora Ângela³, sem as quais a Abralín não teria seguido adiante, já que a professora foi responsável por todos os expedientes formais requeridos para o estabelecimento da Associação. A professora Angela partiu em 2023 e nos deixou um belo legado, tendo-nos aberto portas como a da própria Abralín. Por ocasião de seu falecimento, recebeu mais uma justa homenagem da Abralín⁴.

A diretoria do biênio 1973-1975 contava também com a professora Maria Antonieta Celani, tesoureira naquela gestão⁵. No que concerne à sua atuação acadêmica, cabe ressaltar que a professora Maria Antonieta foi uma das responsáveis por introduzir a linguística aplicada no Brasil. Atuou na PUC de São Paulo, tendo recebido o título de profes-

³ O texto pode ser lido em <<<https://abralin.org/homenagem-angela-vaz-leao/>>>.

⁴ O texto pode ser lido em <<<https://abralin.org/?s=vaz>>>

⁵ Uma nota histórica: a diretoria do biênio 1973 - 1975 foi a segunda diretoria da Abralín e a primeira diretoria constituída exclusivamente por mulheres. Neste capítulo mencionamos todas as três professoras que fizeram parte daquela diretoria: professora Ângela Leão (presidente); professora Eunice Pontes (secretária); professora Maria Antonieta Celani (tesoureira). Diferentemente de sua configuração atual, com seis membros (presidente, vice-presidente, 1o. e 2o. secretários; 1o. e 2o. tesoureiros), a diretoria da Abralín contava, então, com apenas três membros (presidente, secretário e tesoureiro).

sora emérita daquela instituição. Lá, fundou o primeiro programa de pós-graduação em Linguística Aplicada da América Latina e criou, no final dos anos 70, o Projeto de Inglês Instrumental nas Universidades Brasileiras. O projeto envolveu mais de 20 universidades federais e órgãos como Conselho Britânico, Fapesp e Capes. Profa. Maria Antonietta, por sinal, orientou, dentre tantos outros, a profa. Mary Kato.

Pensar nas linguistas brasileiras que já partiram faz-nos também trazer à memória a professora Rosa Virgínia Mattos e Silva. Durante as décadas em que atuou na Universidade Federal da Bahia, abordou a história da língua portuguesa, tendo sido uma das pioneiras dessa área no país. Além de tratar da história do português no Brasil e em Portugal, desde as origens da língua até a contemporaneidade, enveredou pela sociolinguística e pela dialetologia. A profa. Rosa Virgínia, emérita da UFBA, acreditava que a compreensão sobre a história da língua portuguesa poderia contribuir para o ensino da língua e para o processo de alfabetização. Era forte defensora do diálogo entre Linguística e Educação Básica.

Outra pioneira em sua área de atuação foi a professora Lucy Seki, que nos deixou em 2017 e que atuou na UNICAMP, na área de Linguística Antropológica. Uma das maiores - senão a maior - especialistas em língua Kamaiurá, publicou uma gramática da língua. Trabalhou também com a língua Krenak. Orientou muitos pesquisadores em trabalhos que versavam sobre línguas indígenas brasileiras diversas. Atuou em projetos de formação de professores indígenas, prestou assessoria ao projeto “Formação de Professores Indígenas Kayapó, Paraná e Tapayuna Goronã e criou a revista LIAMES (Línguas Indígenas Americanas), dedicada exclusivamente às línguas indígenas. Focalizando suas pesquisas em descrição linguística, sociolinguística, comparação tipológica e comparação histórica, a professora Lucy Seki deixou também muitas publicações que auxiliaram e auxiliam os linguistas a compreenderem o funcionamento de algumas línguas indígenas faladas no Brasil.

A professora Ingedore Koch foi mais uma mulher pioneira em sua área de atuação. Na UNICAMP, onde integrou o quadro de docentes por algumas décadas, criou a área de Linguística Textual. Seus trabalhos sobre coesão e coerência textuais são seminais e sua leitura obrigatória a quem deseja caminhar pela área. A professora Ingedore Koch teve vasta produção acadêmica durante sua trajetória na UNICAMP e, além disso, formou grande número de pesquisadores, muitos dos

quais, hoje, integram os quadros de docentes de instituições de ensino superior brasileiras. É preciso acrescentar que os trabalhos da professora Ingedore Koch foram levados à Educação Básica e passaram a ser abordados de modo consistente quando da implementação de aulas de produção de textos nas escolas o que, indubitavelmente, reflete a integração entre Universidade e Escola, bem como o diálogo importante entre Linguística e Educação Básica.

Necessário ainda rememorar a professora Miriam Lemle, emérita da UFRJ, instituição onde atuou durante seu percurso acadêmico. Na UFRJ foi uma das responsáveis pela criação do primeiro programa de pós-graduação em Linguística do país, tendo participado da formação de professores oriundos de diferentes regiões do Brasil que iam estudar na UFRJ. Participou também da criação do curso de fonoaudiologia da UFRJ, tendo atuado nele como docente. Voltou-se à Gramática Gerativa e, dali, para a Neurociência. Seu percurso acadêmico levou-a a coordenar, no início dos anos 2000, o Laboratório Clipsen (Computações Lingüísticas: Psicolingüística e Neurofisiologia), que reúne equipe multidisciplinar de professores e alunos dos programas de pós-graduação em Lingüística e em Engenharia Biomédica da UFRJ. A professora Miriam Lemle foi presidente da Abralin entre 1987 e 1989. Ela nos deixou em 2020.

Impossível terminar esta breve reunião de linguistas brasileiras sem mencionar a profa. Maria Helena de Moura Neves, que atuou na Unesp/Araraquara — de onde recebeu o título de professora emérita - e que nos deixou no final de 2022. A profa. Maria Helena nos deixou uma vasta obra sobre as relações entre texto e gramática, abordadas sob uma perspectiva funcionalista. Deixou-nos, ainda, muitas contribuições relacionadas à história da gramática e formou muitos pesquisadores, direta e indiretamente. Sua partida causou grande comoção e resultou em muitas belas homenagens póstumas à professora Maria Helena.

3. Mulheres na Abralin: presença expressiva, representatividade significativa

Os exemplos mencionados na seção precedente deste capítulo são um recorte, dentre muitos possíveis, para se abordar a presença feminina na Linguística nacional, conforme já mencionamos. O fato de ser aquele um conjunto limitado de mulheres linguistas deixa clara a atuação feminina marcante no cenário brasileiro que, por óbvio, se re-

flete na própria Abralin, tópico que tentamos desenvolver de maneira um pouco mais detida nesta seção.

Até onde temos notícia, existem no Brasil poucas pesquisas que verifiquem a presença feminina na Linguística nacional, a exemplo do que já se faz, há tempos, noutros países, como no artigo de Disterheft *et al.* (1990). Nele, as autoras recorrem a publicações em oito revistas de grande relevância para a Linguística norte-americana. Elas cruzam esses dados com informações sobre o nível de contribuição das mulheres nas áreas de publicação - e.g., autoras de artigos científicos, de resenhas de livros, editoras de periódicos, integrantes de comitê editorial de periódicos -, além de sua atividade em eventos - membro de comissão científica de eventos ou conferencista, por exemplo. A partir do cruzamento dessas informações, as autoras comparam a proporção de mulheres com a proporção de homens em diversas atividades profissionais, proporcionalmente ao número de mulheres que têm o título de doutoras, o que lhes dá um bom panorama da desigualdade de gênero também em nossa área. E concluem que há uma visibilidade relativamente grande das mulheres na Linguística, especialmente em eventos como as reuniões anuais da *Linguistic Society of America*. Em contrapartida, postos como os de professor titular ainda eram ocupados majoritariamente por homens, no momento da realização da pesquisa.

No Brasil, o estudo de Altman e Lourenço (2023) lança um olhar sobre a presença das mulheres na linguística nacional entre os anos de 1960 e 1990. Ao comparar textos produzidos por mulheres e homens, publicados na revista *Estudos Linguísticos*, entre 1966 e 1968, cruzando tais informações com o tipo de recorte epistemológico dos textos, as autoras notam que a produção das mulheres linguistas se circunscreve, majoritariamente, aos estudos metateóricos sem dados de língua natural e, ao contrário das produções masculinas, inexistem produções femininas, naquele periódico, voltadas a estudos metateóricos com dados de língua natural. Por outro lado, artigos reportando estudos de estruturas linguísticas, como primitivos de análise, categorias ou relações entre unidades linguísticas, são em percentual maior para mulheres (43%) do que para homens (29%). Paralelamente, o artigo mostra que, entre 1966 e 1968 há uma diminuição do percentual de artigos produzidos por mulheres (25% em 1968 contra 54,55% em 1966). A orientação epistemológica que as autoras denominam “gramatical” e que lidam com estruturas linguísticas, segue o mesmo ca-

minho: diminui, na mesma proporção, entre os anos 1966 e 1968. No mesmo período aumenta a produção “metateórica” entre as mulheres linguistas: de 45,45%, em 1966, a 75%, em 1968.

Dados levantados noutro periódico, a Revista D.E.L.T.A., entre os anos de 1985 e 1988, por outro lado, revelam que a maioria da produção de artigos de linguistas mulheres se circunscreve aos estudos gramaticais (39%). Artigos produzidos por linguistas homens, no mesmo periódico, durante o mesmo período, constituem apenas 5% do total. Em contrapartida, artigos dedicados aos estudos metateóricos sem dados em língua natural perfazem 24% do total de publicações femininas, contra 33% do total de publicações masculinas.

Uma interpretação possível para esses dados, segundo as autoras, é a de que eles traduzem a divisão de conhecimento do mundo entre “sujeitos masculinos ‘teóricos e abstratos’ e sujeitos femininos ‘mais concretos’”.

Estudos como os mencionados, exclusivos para a área da Linguística, são escassos na literatura em geral, como revela uma busca em plataformas com repositórios de referências científicas, como o Google Scholar. Existe uma preocupação bem maior por averiguar a presença feminina e compará-la à masculina em áreas historicamente ocupadas por homens, como as engenharias, por exemplo.

A aparente presença significativa das mulheres na Linguística por certo não exclui a necessidade e relevância da realização de estudos semelhantes aos de Disterheft *et al.*(1990). Logo, fica a sugestão para que mulheres linguistas empreendam um tal estudo. Nesse sentido, nós nos permitimos oferecer uma contribuição singela, que revela a presença expressiva das mulheres na Abralín.

Uma consulta à página da Abralín, mais especificamente ao histórico das diretorias (<https://abralin.org/historico/>) mostra que, desde sua fundação, a Abralín teve 27 diretorias, incluída a atual nesse cômputo. Desse total, 16 diretorias tiveram mulheres linguistas como presidente. Refletindo a diversidade epistemológica da nossa área, as diferentes presidentes eram especialistas em diferentes áreas da Linguística. Além disso, eram provenientes de regiões distintas do país. Dentre as 27 diretorias, uma única era constituída apenas por homens, tendo sido 10 diretorias presididas por homens. Entretanto, nessas diretorias sempre houve pelo menos uma mulher. Não parece exagerado considerar que esse cenário, revelador da presença feminina expressiva na maior e primeira associação de Linguística no Brasil, ao mesmo

tempo em que resulta da presença significativa de mulheres linguistas na academia brasileira, pode e deve servir de estímulo para que outras meninas e mulheres enveredem pelos mesmos caminhos. Isto não significa, necessariamente, que as mulheres linguistas sejam maioria entre os professores titulares, por exemplo, ou que as mulheres deixem de enfrentar, na academia, problemas de ordem diversa, resultantes da sua própria condição. Estas ainda são informações desconhecidas e que merecem ser investigadas se quisermos ter uma visão mais ampla sobre a presença feminina na linguística brasileira.

A falta de informações mais sistematizadas sobre a presença das mulheres na linguística brasileira não se restringe às que já mencionamos. Assim, por exemplo, na seção 2 deste capítulo comentamos que a professora Altaci Rubim é a primeira mulher indígena a integrar o quadro docente de uma Universidade Pública brasileira na área da Linguística. Ora, cabe pensar e implementar estratégias para aumentar a presença de mulheres indígenas linguistas no cenário nacional. Talvez tais ações possam partir da própria Associação Brasileira de Linguística, num esforço conjunto entre Comissões para que se elaborem políticas públicas visando à formação de mulheres indígenas linguistas e à sua inclusão na comunidade de linguistas no Brasil. Tais políticas poderiam ter impacto sobre preservação e revitalização de línguas indígenas porque, embora ações nesse sentido já existam, é preciso caminhar ainda mais. Envolver os próprios indígenas na descrição e análise de suas línguas, como linguistas formados, impactaria muito positivamente no processo. Cabe esclarecer que remetemos, aqui, a políticas públicas de inclusão que vão além das ações pontuais, já existentes, da formação de linguistas indígenas em algumas Instituições de Ensino Superior.

É igualmente necessário e urgente colher dados sobre a presença de mulheres negras na Linguística brasileira. Também neste caso, os dados devem permitir traçar um panorama mais preciso sobre o fato e, a partir daí, devem permitir pensar e propor ações para fomentar o crescimento do número de mulheres negras linguistas na academia brasileira, além de ações que promovam a inclusão de mais mulheres negras nesse cenário. A Abralín tem um papel importantíssimo no sentido de reunir Comissões que possam traçar o panorama mencionado, pensar ações efetivas de fomento e inclusão de mulheres negras na Linguística nacional e reivindicar, junto ao poder público, a implementação de políticas que viabilizem tais ações.

4. Considerações finais

A Linguística brasileira sempre contou com mulheres em seus quadros, inclusive na própria Abralín. Algumas dessas mulheres ocuparam e ocupam posições de destaque, tendo inaugurado áreas na Linguística nacional e aberto caminhos acadêmicos para muitas outras pessoas. No que toca diretamente à Abralín, a associação tem uma contribuição inegável para a inserção da mulher linguista não só no cenário acadêmico nacional, mas também na inserção da mulher linguista em postos de liderança da associação, que esperamos seja preservado.

Ainda assim, temos muitos espaços a reivindicar e a conquistar: incluir as mulheres na Linguística brasileira começa na base, com a oferta de uma boa educação formal às meninas que desejem enveredar por esse caminho já na graduação. Entretanto, é preciso mais: é preciso garantir auxílios para que as mulheres se mantenham na academia e que implementem ações afirmativas, como bolsas de estudo de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado com valores dignos; auxílios para as mulheres que são mães, como creches, para que seus filhos recebam cuidados durante o tempo em que suas mães se dedicam à sua formação, sua pesquisa e sua atuação. São necessárias ações que integrem e deem condições de permanência na academia a mulheres negras, indígenas e em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, tais ações só podem ser levadas a cabo se - frisamos - tivermos um conhecimento mais preciso sobre a presença das mulheres na Linguística nacional, considerando fatos como o número de mulheres linguistas negras e indígenas, por exemplo. Certamente esses dois pontos não esgotam a questão. Não mencionamos neste capítulo a questão da distribuição regional das mulheres linguistas e nem mesmo a presença de mulheres migrantes na Linguística nacional, fato que se coloca num futuro não tão distante, produto das novas ondas migratórias para o Brasil.

Há que se empreender um esforço coletivo para o mapeamento da presença feminina na Linguística brasileira e, para tanto, a Abralín tem o papel fundamental - cabe reforçar - de reunir linguistas de Comissões diversas que possam, para além de mapear a situação, propor ações efetivas para a maior inclusão das mulheres na Linguística nacional. Tal papel se torna ainda mais significativo à medida que, como mostramos, a Abralín, talvez num fluxo contrário ao de associações científicas em outras áreas, se firma, desde sua fundação, como uma associação em que as mulheres têm presença expressiva.

Por fim, cabe afirmar que, ao chamar a atenção para as mulheres linguistas que nos precederam, tencionamos afirmar nosso desejo de que os caminhos que as Linguistas pioneiras trilharam inspirem muitas meninas a seguirem pela Linguística e a levarem adiante a disputa por espaços de igualdade e de direitos na produção de pesquisas em Linguística no Brasil. Tal disputa, hoje, se configura com aspectos diferentes daqueles enfrentados na academia no século passado, certamente, mas oferece desafios que precisam ser enfrentados coletivamente para que novos espaços sejam ocupados.

Referências

- ALTMAN, Cristina; LOURENÇO, Juliana. Outro ponto de vista: uma historiografia linguística feminina no Brasil (1960-1990). **Fórum Linguístico**, 20(3): 9375-9389, 2023. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2023.e95056>
- DISTERHEFT, Dorothy; DAVISON, Alice; ECKERT, Penelope. **Women in linguistics: Recent trends**. Davison and Eckert, p. 89-110, 1990.

Sobre as autoras

ADELAIDE H.P. SILVA

Professora Titular do Departamento de Literatura e Linguística (DELLIN) da UFPR; professora do programa de pós-graduação em Letras da UFPR; professora visitante da PUC-Rio em 2024; presidente da Abralín na gestão 2021-2023. Graduação em Letras (1993); Mestrado (1996) e Doutorado (2002) em Linguística, todos pela UNICAMP. Atua principalmente nas áreas de Fonética e Fonologia, tanto na aplicação e proposição de modelos como em possíveis aplicações das disciplinas (e.g., PLN, ensino de PLAc). E-mail: adelaide@ufpr.br

ANA VILACY GALUCIO

Linguista, pesquisadora sênior do Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, onde também atua como curadora da Coleção de Linguística e professora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Social (PPGDS); Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Dedicar-se ao estudo e documentação das línguas dos povos originários do Brasil, atuando principalmente nas áreas de linguística histórica, estudos de morfologia e sintaxe, estratégias de (re)vitalização de línguas, incluindo o desenvolvimento de dicionários multimídia para línguas indígenas. E-mail: avilacy@museu-goeldi.br

FERNANDA CERQUEIRA

Fernanda de Oliveira Cerqueira é professora adjunta de Língua Portuguesa, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e Doutora em Língua e Cultura, na linha Variação da Língua Portuguesa e Teoria da Gramática, também pela UFBA, com estágio sanduíche na Universidade Nova de Lisboa. Professora de Língua Portuguesa (UFBA). Lidera, com o Prof. Dr. Danniel Carvalho, o Grupo PHINA — Estudos em Gramática, Raça e Sexualidade. É membra dos grupos de pesquisa DTer — Discurso e Tensões Raciais (UESC) e ELiPor — Estudos da Língua Portuguesa: descrição e ensino (IFBA), bem como da rede REPENSE — Rede de Pesquisadores Negres de Ensino da Linguagem e do NetIndiAfro — Núcleo de Estudos Trans/Interdisciplinares Indígenas, Africanos e Afrodiaspóricos. Possui como áreas de atuação/interesse: Linguística Gerativa, Raciolinguística, Linguística Histórica, Sociolinguística, Contato Linguístico, Linguística Aplicada e Feminismo Negro. E-mail: f.cerqueira@ufba.br

GLÓRIA FRANÇA

Linguista, professora e pesquisadora no Departamento de Letras e no programa de pós-graduação em Letras, de Bacabal, na Universidade Federal do Maranhão. Desenvolve pesquisas no campo dos Estudos da Linguagem, com ênfase na Análise do discurso numa perspectiva que problematiza a estrutura colonial, sexista

e machista da sociedade brasileira. Amante da cultura popular, tem desenvolvido estudos em torno dos processos de dominação e de resistência que perpassam os saberes e vivências de comunidades historicamente invisibilizadas. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações/CNPq, com projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq/edital universal. E-mail: gloria.franca@ufma.br

IVÂNIA DOS SANTOS NEVES

Linguista e antropóloga. Professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Prêmio Jabuti 2000, na categoria didático. Há mais de 25 anos assumiu o compromisso em visibilizar, por meio de escuta de narrativas orais indígenas, seus saberes e suas cosmologias, especialmente as sociedades indígenas amazônicas, seu principal interesse de pesquisas. Também desenvolve pesquisa sobre a pluralidade étnica das cidades. Suas principais referências teóricas são os estudos do discurso foucaultianos, as discussões sobre decolonialidade e a interface linguagem e sustentabilidade. Líder do GEDAI - Grupo de Estudos Mediações e Discursos na Amazônia. Atualmente. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: ivanianeves@ufpa.br

JORCEMARA MATOS CARDOSO

Possui Graduação em Letras- Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas, mestrado e doutorado em Linguística, com ênfase em Linguagem e Discurso, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio doutoral na Sorbonne Université, sob a supervisão do prof. Dr. Dominique Maingueneau, com bolsa PDSE/CAPES (2018). Conferencista de Língua e Cultura brasileira na Friedrich-Schiller-Universität Jena e Coordenadora Adjunta da Aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) na mesma universidade. Pesquisadora nos grupos de pesquisa ImaGine (UFS) e LEEDIM (UFSCar). Coordenadora da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Abralin (2023-2025) — CDII/ Abralin. Idealizadora do projeto de divulgação científica *Empoderamento Linguístico* no Instagram e no YouTube. E-mail: empoderamentolinguistico@gmail.com

LARISSA DE SANTANA SILVA

Doutoranda em Linguística pela Universidade de Lisboa, mestre em Língua e Cultura (2020) pelo Programa de Pós Graduação em Língua e Cultura (Área de concentração: História e funcionamento das línguas) e Licenciada em Letras Vernáculas (2017) ambas as formações pela Universidade Federal da Bahia. Experiência com estudos no âmbito da sociolinguística e línguas em contato, especificamente, nos crioulos luso-asiáticos. E-mail: larissasilva1@edu.ulisboa.pt

MAÍSA RAMOS

Linguista e Trabalhadora em Educação. Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão. Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Doutora e Mestra em Linguística, com ênfase em Análise materialista do Discurso, pela Universidade Federal de São Carlos. Realizou estágio de doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris), de 2017 a 2018, com

Bolsa CAPES (PDSE). Integrante da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Abralin (CDII/Abralin). Autora de *Silenciamento e Tomada de Palavra: Discursos de Evo Morales e Lula da Silva* (Letramento, 2020). E-mail: mr.pereira@ufma.br

MARCELA MOURA TORRES PAIM

Graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2005). Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2007). Professora Associada IV da Universidade Federal Rural de Pernambuco, credenciada como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) e do Programa de Estudos da Linguagem (PROGEL-UFRPE). Atua, principalmente, na área de Sociolinguística e Dialetoлогия. Diretora Científica do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. E-mail: marcelamtpaim@yahoo.com.br

THAMIRIS COELHO

Professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Doutora em Língua e Cultura (PPGLinC) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Língua e Cultura pela mesma universidade. Graduada em licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Linguagem no Contexto Educacional (GEPELCE — UPE). Tem como subáreas de pesquisa a Sociolinguística Variacionista e a Educacional e o Contato Linguístico. E-mail: larissasilva1@edu.ulisboa.pt



A obra *Vozes insurgentes: diversidade brasileira em foco na Linguística* reúne oito capítulos elaborados por pesquisadoras da área da Linguística. Os textos versam sobre questões relativas à diversidade da sociedade e da Linguística brasileiras a partir de referenciais teóricos diversos. As autoras refletem sobre questões de linguagem atravessadas pelo social, histórico, político, ideológico, dialetológico, tanto mobilizando conceitos consagrados nos Estudos da Linguagem, quanto forjando noções atinentes aos/às sujeitos/as e/ou objetos implicados nas análises.

